

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Pedro Henrique Faria Machado

**PINHEIRINHO ENTRE O SONHO E A
REALIDADE: Experiências em uma Ocupação
Urbana na cidade de São José dos Campos - SP.**

Taubaté – SP

2014

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Pedro Henrique Faria Machado

**PINHEIRINHO ENTRE O SONHO E A
REALIDADE: Experiências em uma Ocupação
Urbana na cidade de São José dos Campos - SP.**

Dissertação apresentada para a obtenção do
Título de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Desenvolvimento Humano:
Formação, Políticas e Práticas Sociais da
Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento
Humano, Políticas Sociais e Formação.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade
Brisola

Taubaté – SP

2014

PEDRO HENRIQUE FARIA MACHADO

PINHEIRINHO ENTRE O SONHO E A REALIDADE: Experiências em uma

Ocupação Urbana na cidade de São José dos Campos - SP.

Dissertação apresentada para a obtenção do
Título de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Desenvolvimento Humano:
Formação, Políticas e Práticas Sociais da
Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento
Humano, Políticas Sociais e Formação.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade
Brisola

Data: 25/02/2014

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola - Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. André Luiz da Silva - Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. José Rogério Lopes - Unisinos

Assinatura _____

Para Marian y Mallü

AGRADECIMENTOS

Pelo suporte à pesquisa, agradeço inicialmente:

À Professora Dra. Elisa Maria Andrade Brisola, corajosa, acolhedora e entusiasmada orientadora que consegue extrair o melhor de seus orientandos, com muita sabedoria e respeito.

Ao Professor Dr. André Luiz da Silva que, além da presença na banca examinadora, acompanhou de perto esta pesquisa, enriquecendo sua discussão com sugestões e referências sempre pertinentes.

Ao Professor Dr. José Rogério Lopes, membro da banca examinadora, que trouxe valiosas contribuições, dando um fino acabamento à pesquisa.

À Nilsen Aparecida Vieira Marcondes e Sandra Regina dos Santos, companheiras de curso e de linha de pesquisa, pela solidariedade e apoio durante a pesquisa.

Ao amigo Sung, pelos diferentes pontos de vista, sempre abrindo portas para ampliar a discussão acerca do objeto de estudo.

Aos Entrevistados, sem exceção, que abriram as portas de suas casas para falar de suas experiências, mesmo à custa de trazer à mente episódios que preferiam ter esquecidos.

Por fim, sem a mínima intenção de diminuir os primeiros, mas destacar a imensa gratidão que guardo, à:

Marian Elena Barboni Merladet, pela generosidade de doar parte de seus sonhos - mais do que para a realização desta pesquisa - para realizar parte dos sonhos deste pesquisador.

*São casas simples, com cadeiras na calçada
E na fachada, escrito em cima que é um lar
Pela varanda, flores tristes e baldias
Como a alegria, que não tem onde encostar
E aí me dá uma tristeza no meu peito
Feito um despeito de eu não ter como lutar
E eu que não creio, peço a Deus por minha gente
É gente humilde, que vontade de chorar*

GENTE HUMILDE

CHICO BUARQUE, GAROTO E VINICIUS DE MORAES

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo conhecer as experiências sociais vividas por ex-moradores da Ocupação urbana conhecida como Pinheirinho - ocorrida entre os anos de 2004 e 2012 na cidade de São José dos Campos – SP, através dos significados atribuídos aos usos que faziam da cidade, compreendendo os motivos que levaram os sujeitos a optarem por uma ocupação urbana irregular, suas experiências cotidianas e como eram endereçadas suas necessidades sociais junto aos Poderes Públicos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa; de natureza básica; do ponto de vista dos objetivos, descritiva e exploratória; e do ponto de vista dos procedimentos técnicos, pelo fato da pesquisa ter sido realizada após a desocupação da Ocupação, Ex-Post-Facto. Dada a constante polarização das análises acerca da Ocupação, principalmente por parte da grande mídia, restringiu-se a amostra de entrevistados àqueles que não faziam parte da Liderança da Ocupação, tampouco dos Governos Municipal, Estadual ou Federal. Para a coleta de dados, utilizou-se a metodologia da História Oral, orientada por um roteiro, definido em cinco eixos. Tal metodologia possibilitou um aprofundamento nas histórias dos sujeitos, possibilitando a redução da amostra. Dessa maneira, apesar da Ocupação contar com aproximadamente seis mil pessoas, tem-se uma amostra de dez sujeitos, sendo analisados em profundidade, através de uma perspectiva analítica pautada na Teoria Social Crítica, seis deles. A análise dos dados foi subsidiada interdisciplinarmente por diversos autores, dentro os quais se destacam David Harvey, Francisco de Oliveira, Vera Telles e Zygmunt Bauman. Coube ao pesquisador dialogar as entrevistas, repletas de subjetividades, com os teóricos, como os acima citados, além de outras fontes de dados, como jornais e revistas, dentre outros. Como resultado, revelam-se histórias e experiências do cotidiano na cidade. Experiências cheias de vida: do trabalho precário, da luta pela moradia, das práticas do espaço, do despertar de uma consciência política, de acertos, erros, afetos, solidariedade, violência, enganos, desenganos etc. São relatos de pessoas comuns que compartilham a experiência de terem residido em uma ocupação urbana irregular. Relatos de vidas refletidas por políticas públicas mal feitas. Vidas marcadas pela precariedade do trabalho, que determinam pontos de inflexões, criando novos usos da Cidade, em uma constante disputa com poderes públicos – e privados – para transformá-la conforme sua necessidade, resultando em um constante movimento de criação de acessos e bloqueios.

PALAVRAS-CHAVE: Cotidiano. Direito à Cidade. Moradia. Ocupação Urbana. Usos da Cidade.

ABSTRACT

This research aims to understand the social experiences of former residents of the urban occupation known as Pinheirinho, which existed between 2004 and 2012 in the city of São José dos Campos, SP. It was analyzed the significant attributes of those who created the occupation, the reasons that led the subjects to opt for an irregular urban occupation, their everyday experiences, and how their social needs were addressed by the public authorities. This research is qualitative, descriptive, and exploratory, with basic objectives, from the point of view of technical procedures, and Ex-Post-Facto, because the survey was conducted retrospectively after the Occupation was vacated. Given the constant polarization of the analysis about the Occupation, especially by the mainstream media, the sample was restricted to those respondents who were not part of the leadership of the Occupation nor the Municipal, State, or Federal Government. For collect data, it was used Oral History methodology, guided by a script, which focused on five main topics. This methodology enabled the collection of in-depth histories of the subjects, permitting a reduced sample. Thus, although the occupancy contained about six thousand people, our samples has only ten subjects, which were analyzed in depth, through an analytical perspective guided in Critical Social Theory, six of them. Data analysis was supported by several authors across disciplines, such as David Harvey, Francisco de Oliveira, Vera Telles, and Zygmunt Bauman. The investigator who conducted the interviews, which were subjective, used the theorists mentioned above as well as other data sources, such as journals and newspapers. The result is a portrait of stories and experiences of everyday life in the city. Life experiences are described such as job insecurity, the struggle for housing, the practices of space, successes, failures, affections, solidarity, violence, misunderstandings, deceptions, etc. It is a report of common people who share the experience of having lived in an irregular urban occupation. The report reflects the bad public policy. Their lives have been marked by job insecurity, which determine inflection points, creating new practices for the City that is in constant dispute with public and private powers to transform as needed, resulting in constant movement that creates access and obstacles.

KEYWORDS : Everyday Lives. Housing. Right to the City. Urban Occupation. Uses of the City.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

ABS	- Copolímero de Acrilonitrilo Butadieno / Estireno
CDHU	- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEP	- Código de Endereçamento Postal
CODIVAP	- Consórcio Integrado de desenvolvimento do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira
COMAS	- Comunidade de Ação Social.
CTA	- Centro Técnico Aeroespacial
DJ	- Disc Jockey
EDP	- Empresa de Portugal
EMBRAER	- Embraer Empresa Brasileira Aeronáutica S/A
EMHA	- Empresa Municipal de Habitação
EUA	- Estados unidos da América
INPE	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPTU	- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ITA	- Instituto Tecnológico de Aeronáutica
MAVALE	- Macrozoneamento do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira
MUST	- Movimento Urbano dos Sem Teto
NEPO/Unicamp	- Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG	- Organização Não Governamental

PAIH	- Plano de Ação Imediata de Habitação Popular
PCC	- Primeiro Comando da Capital
PCV.	- Pesquisa de Condições de Vida
PDDI	- Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado IBGE
PEAD	- Polietileno de Alta Densidade
PET	- Politereftalato de Etileno
PETROBRAS	- Petróleo Brasileiro S.A
PIB	- Produto Interno Bruto
PMSJC	- Prefeitura Municipal de São José dos Campos
PND	- Plano nacional de Desenvolvimento
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	- Partido dos Trabalhadores
REVAP	- Refinaria do Vale do Paraíba
SEADE	- Sistema Estadual de Análise de Dados
SJC	- São José dos Campos
UBS	- Unidade Básica de Saúde
UNITAU	- Universidade de Taubaté
URBAM	- Empresa Urbanizadora Municipal
UTI	- Unidade de Tratamento Intensivo

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1- Perfil dos Entrevistados.....	38
Tabela 1- Evolução da População em São José dos Campos (1854 – 1935)	27
Tabela 2 - População x Indústrias em São José dos Campos	27
Tabela 3- Evolução demográfica da população de São José dos Campos	28
Tabela 4 - Os 10 maiores PIBs do Estado de São Paulo	45
Tabela 5- Rendimento nominal mensal (Pessoas de 10 anos ou mais de Idade).....	46
Tabela 6 - Rendimento familiar (Pessoas de 10 anos ou mais de Idade)	46
Tabela 7 - Déficit habitacional em São José dos Campos.....	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de São José dos Campos.....	23
Figura 2 - Árvore de Indicações	37
Figura 3- Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	44
Figura 4 - Setores de São José dos Campos	54
Figura 5 - Percentagem de Domicílios Urbanos por Condição Setores Socioeconômicos do Município de São José dos Campos - 2003	57
Figura 6 - Número de Habitantes segundo Setores Socioeconômicos - Município de São José dos Campos - 2003	58
Figura 7 - Percentagem de Domicílios Urbanos por Proximidade de Transporte Coletivo Setores Socioeconômicos do Município de São José dos Campos - 2003.....	59
Figura 8 - Renda Total das Famílias em Salários Mínimos - Setores Socioeconômicos do Município de São José dos Campos – 2003.	60
Figura 9 - Taxa de Desemprego Setores Socioeconômicos do Município de São José dos Campos - 2003.....	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
	1.1 PROBLEMA	17
	1.2 OBJETIVOS	18
	1.2.1 OBJETIVO GERAL	18
	1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
	1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	18
	1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	19
	1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	19
2	REVISÃO DA LITERATURA	21
	2.1 O DIREITO À CIDADE	21
	2.2 A CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP	22
	2.2.1 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE	23
	2.2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	25
	2.2.3 BREVE HISTÓRICO DO PINHEIRINHO	29
3	MÉTODO	32
	3.1 TIPO DE PESQUISA	33
	3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	34
	3.3 INSTRUMENTOS	38
	3.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	40
	3.5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS	41
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
	4.1 ANÁLISES PRELIMINARES DA CIDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP	43
	4.1.1 A MACRO REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE	43
	4.1.2 CONDIÇÕES DE VIDA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP	45
	4.1.2.1 LUTAS SOCIAIS E A QUESTÃO HABITACIONAL EM SJC	49
	4.1.2.2 O BAIRRO CAMPO DOS ALEMÃES	53
	4.2 TRAJETÓRIAS DE VIDA	61
	4.2.1 OS FILHOS DO BAIRRO CAMPO DOS ALEMÃES - ZONA SUL	62
	4.2.2 A PRECARIIDADE DO TRABALHO	65
	4.2.2.1 AS MUTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO	68

4.2.2.2 O “TRABALHO INFORMAL”	70
4.2.3 A CO-RESIDÊNCIA	73
4.2.4 CONCLUSÕES PROVISÓRIAS	75
4.3 USOS E TRAJETÓRIAS NA CIDADE	78
4.3.1 A MORADIA - CONSTRUINDO PALÁCIOS	79
4.3.2 A BATALHA PELOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS	86
4.3.2.1 CONSCIÊNCIA POLÍTICA	92
4.3.3 O OUTRO LADO DO AVESSO	94
4.3.3.1 RELAÇÕES DENTRO-FORA	94
4.3.3.2 RELAÇÕES DENTRO-DENTRO	97
4.3.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL	100
4.3.5 ILEGALISMOS E JOGOS DE PODER	105
4.3.6 ORGULHO E PRECONCEITO	115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
6 REFERÊNCIAS	128
ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	137
ANEXO B – TROCA DE E-MAILS ENTRE O PESQUISADOR E ANTONIO DONIZETE FERREIRA (TONINHO)	138

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se concentra no estudo dos relatos das experiências vividas por ex-moradores da ocupação urbana que ficou conhecida como Pinheirinho - ocorrida na cidade de São José dos Campos, interior do Estado de São Paulo, em uma propriedade privada, entre os anos de 2004 e 2012 e que chegou a contar com mais de mil famílias - e nos usos que faziam da cidade.

São histórias e experiências do cotidiano da e na cidade. Experiências cheias de vida: do trabalho precário, da luta pela moradia, das práticas do espaço¹, de acertos, de erros, de afetos, de solidariedade, de violência, de enganos, de desenganos etc. São relatos de pessoas comuns que compartilham a experiência de terem residido em uma ocupação urbana irregular.

Cabe destacar, porém, assim como reflete Certeau (1998, p. 37), que “o exame dessas práticas não implica um regresso aos indivíduos”. Dessa maneira, a partir do que é aprendido através da História Oral de quem residiu na ocupação Pinheirinho, faz-se uso da Teoria Social Crítica para refletir acerca da cidade. Acredita-se, assim, caminhar no sentido de responder, ainda que um pequeno fragmento, o que aponta Telles (2010, p. 111): “[...] de que modo as novas realidades do trabalho (e do não-trabalho) redesenham mundos sociais, as relações de força e campos de práticas que fazem a tessitura da cidade e seus espaços.”.

Essa pesquisa ainda flerta com a hipótese teórico-metodológica assumida por Telles (2010, p. 21, 22, 36, 169,170), de uma “etnografia experimental”, que “pode nos abrir uma senda para identificar, seguir os traços e traçados dos ordenamentos sociais que vêm sendo tramados nos tempos que correm” (idem), assumindo a possibilidade de construir experimentalmente seu próprio objeto. Nesse sentido, ao optar pela História Oral, concorda-se com Cardoso (2004, p. 101) ao afirmar que “A coleta de material não é apenas um momento de acumulações de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas”.

Apesar de se tratar de uma pesquisa Ex-post-Facto, sendo que esta dissertação está sendo concluída aproximadamente dois anos após a desocupação da área conhecida como Pinheirinho, o trabalho contribui como uma peça a mais para a compreensão da Cidade como um todo – passado, presente e futuro-, trazendo o ponto de vista de quem viveu nesta cidade, mas em uma Ocupação Urbana irregular. Como afirma Debert (2004, p. 151): “O que interessa

¹Termo utilizado por Certeau (1998, p. 50).

à história não são apenas os fatos passados, mas a forma como a memória popular é construída e reconstruída como parte da consciência contemporânea”.

Cabe situar São José dos Campos – SP, importante cidade do Estado de São Paulo, que guarda suas particularidades: apresentou uma rápida urbanização, partindo de 40% na década de 1940, chegando a 98% em 2010 (LAVOR, 2007, p. 108). Apesar de possuir o 8º maior PIB do Estado de São Paulo, 50% da população com 10 anos ou mais de idade vivem com até um salário mínimo (72% com até 2 salários mínimos) (IBGE, 2010) e conta com um déficit habitacional que pode chegar a 25.000 residências (ROSA FILHO, 2007, p. 95).

A localização da Ocupação Pinheirinho, situou-se na região Sul da cidade, sofrendo forte influência do bairro Campo dos Alemães. Este bairro, por sua vez, esteve constantemente em defasagem socioeconômica em relação ao restante da cidade, fruto de um processo histórico marcado por políticas habitacionais questionáveis. A esse respeito, Suriano e Reschilian (2012, p. 196) afirmam: “A habitação entrou na agenda do poder público municipal como um programa para erradicar as favelas”.

O objeto desta pesquisa, é inegável, foi fortemente influenciado pela proximidade temporal da truculenta desocupação do Pinheirinho, realizada em operação surpresa pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, com o início do curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté - SP, da qual essa dissertação faz parte como requisito parcial para obtenção de título. Nesse sentido, acreditou-se poder contribuir, mesmo que indiretamente, com a linha de pesquisa que essa dissertação se insere, com uma avaliação das ações implementadas pelo governo e outras instâncias, refletindo sobre as ações do poder público na questão habitacional – e do conflito – na cidade de São José dos Campos. Soma-se a isso, a inquietação do pesquisador pelo fato da Ocupação ser constante alvo de críticas e análises binárias²: de um lado o Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST), que dava suporte legal e político à Ocupação com uma ampla rede de contatos, como sindicatos etc, contando com integrantes ou simpáticos ao partido político Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e, de outro, os Governos Municipal e Estadual, ambos integrantes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O Governo Federal (Partido dos Trabalhadores - PT), raramente era envolvido nas discussões.

²Ver (OPERAÇÃO..., 2012, on-line; GASPARI, 2012, on-line; AZEVEDO, 2012, on-line; CAMPANERUT, 2012, on-line).

Dessa maneira, notícias vinculadas nos grandes meios de comunicação e ventiladas aos quatro cantos da cidade, limitavam-se, em sua grande maioria nas qualidades, nos defeitos e interesses envolvidos nas “extremidades da Ocupação”.

Mais do que interesses particulares ou de grupos, concorda-se com Maricato (2002, p. 152), em que

A invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização. Ela é gigantesca [...], e não é, fundamentalmente, fruto da ação da esquerda e nem de movimentos sociais que pretendem confrontar a lei. Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais. No entanto, a dimensão e os fatos são dissimulados sob notável artil ideológico.

É importante destacar que também se concorda com Lefebvre (2001) e Harvey (2009), quanto ao conceito de Direito à Cidade, onde todos possam interferir, criar e recriar espaços na cidade à sua maneira. Uma cidade construída pelos homens e para os homens, que atenda suas necessidades sociais e que contribua para o seu desenvolvimento.

Destarte, focou-se em trazer à tona as histórias de quem fazia parte do “grande grupo”, se é que se pode chamar assim, dos moradores da Ocupação. Em linguagem popular, quem se buscou ouvir nessa pesquisa foi a “grande massa” que compunha a Ocupação. Poder-se-ia dizer “massa de trabalhadores³”, na visão da liderança do movimento dos Sem Teto ou “massa de manobra⁴”, caso se adote o ponto de vista do Poder Público e grandes meios de comunicação.

Bauman (2009, p. 15) entende que, uma vez que os regulamentos criados pelos próprios homens não logram atender às expectativas de benefícios e proteção desejados, cria-se a ideia de que algo “de fora” deve estar intervindo:

[...] se a proteção de fato disponível e as vantagens que desfrutamos não estão totalmente à altura de nossas expectativas; se nossas relações ainda não são aquelas que gostaríamos de desenvolver; se as regras não são exatamente como deveriam e, a nosso ver, poderiam ser; tendemos a imaginar maquinações hostis, complôs, conspirações de um inimigo que se encontra em nossa porta ou embaixo de nossa cama. Em suma, deve haver um culpado, um crime ou uma intenção criminosa. (BAUMAN, 2009, p. 15)

Entende-se que esse argumento pode revelar estratégias atuais de classe, que pode explicar, ainda que em parte, o sentimento de dualidade a respeito da Ocupação. Os “de fora”, não se conformariam com algo que escapasse às regras vigentes, no caso a “invasão” de uma

³A categoria “trabalhador” é amplamente explorada em Andrade (2010, p.104), no capítulo “O sujeito da ação: o “trabalhador”.

⁴Ver exemplo em Capez (2012).

propriedade privada. Por outro lado, os “de dentro”, não entenderiam a incapacidade do Estado em atender a um direito constitucional – o de moradia.

Acredita-se que apenas na interdisciplinaridade seja possível fazer uma discussão menos fragmentada, pela ótica dos ex-moradores do Pinheirinho, a respeito da cidade e como se dão os seus jogos de poder, acessos, bloqueios e relação com o trabalho “em mutação”. Assim, a pesquisa dialoga, em diferentes níveis, tanto com a sociologia, quanto com a antropologia, política social, história, urbanismo e tantas outras em menor nível.

Seguem nas próximas páginas, histórias construídas através de percepções que, mais do que reais ou fantasiosas, revelam todo um universo simbólico referente às experiências sociais e à cidade em si: como ela se apresentava para os ex-moradores antes e depois do Pinheirinho, as motivações que levaram os entrevistados a residirem na Ocupação, as formas que os moradores utilizavam a cidade, os pontos de inflexão nas vidas dos sujeitos, a construção de suas residências, o despertar de uma consciência política, os ilegalismos, as relações dentro e fora da Ocupação etc.

1.1 PROBLEMA

A ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos, sempre foi problematizada pela população da cidade – empiricamente percebido nos discursos dos moradores e fomentada pelos grandes meios de comunicação - por critérios binários entre poder público, personalizado principalmente na figura do Prefeito e Governador, ambos do partido político Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e lideranças do movimento dos sem teto, com diversos integrantes filiados ou simpáticos ao partido político Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU.

A grande população que lá residia e não fazia parte de nenhum dos “dois extremos”, apesar de estar inserida na cidade, era comumente deixada em segundo plano, ou mesmo ignorada nas discussões, decisões e atendimento da cidade.

Essas distinções binárias como dentro-fora, legal-ilegal, invasão-ocupação, certo-errado, cidade global-local, dentre outras, acabam por pautar políticas públicas e programas sociais precários, deixando de lado os movimentos que se fazem entre esses polos, desenhando erroneamente configurações sociais, formas de emprego, conflitos sociais, economia, mercados, jogos de poder e, como define Telles (2010, p. 172), “fronteiras incertas do informal, ilegal e ilícito”.

Dessa forma, a proposta da presente pesquisa foi olhar a Cidade e suas experiências de outro ponto de vista, através da percepção dos usos e trajetórias que os ex-moradores do Pinheirinho faziam dela. Quais os significados atribuídos aos usos que faziam da cidade e como se davam os acessos, bloqueios e jogos de poder quando se residia em uma Ocupação Urbana?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer as experiências sociais dos ex-moradores da Ocupação Pinheirinho através dos significados atribuídos aos usos que faziam da cidade de São José dos Campos - SP.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Investigar os motivos que levaram os sujeitos a residirem na Ocupação;
- b) Investigar as experiências sociais através das trajetórias urbanas e os usos que os ex-moradores da Ocupação Pinheirinho faziam da Cidade de São José dos Campos – SP;
- c) Verificar como se davam os acessos, bloqueios, jogos de poder e como eram endereçadas as necessidades sociais dos ex-moradores da Ocupação na cidade de São José dos Campos - SP.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A presente pesquisa se restringe à investigação das trajetórias urbanas e os usos que os ex-moradores da Ocupação Pinheirinho faziam da Cidade de São José dos Campos – SP e dos significados atribuídos à essa experiência. Ainda nesse contexto, o estudo limita-se a entrevistar apenas ex-moradores que não participavam da liderança do Movimento dos Sem-Teto, tampouco do Governo Municipal, Estadual ou Federal.

Devido à amplitude do tema e a proximidade temporal da remoção com o início da pesquisa, optou-se por fazer um recorte analisando momentos próximos ou diretamente relacionados à ida dos sujeitos para a Ocupação Pinheirinho até momentos antes de sua desocupação.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Até o presente momento, em que se encerra esta pesquisa, cerca de mil famílias ainda esperam uma definição para a sua questão habitacional. Muitos recebem um aluguel social enquanto aguardam a construção de moradias populares.

Em uma rápida análise, é possível verificar que a Ocupação é fruto de um complexo processo histórico, envolvendo criação de bairros, precariedade do trabalho e poucas respostas por parte dos Poderes Públicos às expressões da questão social no município, em particular à questão habitacional. Nesse sentido, a adoção de um ponto de vista que analise a Cidade através das trajetórias urbanas e usos da cidade, pode revelar e enriquecer a discussão a respeito da Ocupação, contribuindo como uma peça a mais para a compreensão da Cidade como um todo – passado, presente e futuro-, trazendo o ponto de vista de quem viveu nesta cidade, mas em uma Ocupação Urbana irregular.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Essa pesquisa, composta por cinco seções e suas referências assim se organiza:

Seção 1 – Introdução. Destaca-se a motivação da pesquisa, seus objetivos, sua delimitação e relevância. Espera-se nessa seção conhecer a que se propõe a pesquisa.

Seção 2 – Revisão da Literatura. Busca-se nessa seção, dar um pano à pesquisa, contextualizado seu objeto, subsidiando as páginas que seguem. Dessa forma, é apresentado o conceito de Direito à Cidade, o histórico da cidade de São José dos Campos e da Ocupação Pinheirinho.

Seção 3 – Método. Nesta seção é apresentado o método da pesquisa, população, amostra, instrumentos, procedimento para coleta e análise dos dados.

Seção 4 – Resultados e Discussões. Dedicar-se a analisar os dados colhidos, cercados de subjetividades, dialogando com às experiências teóricas

Seção 5 – Considerações finais. Consolida as informações contidas na última seção, no intuito de concluir a pesquisa.

Tem-se, por fim, um amplo material, com experiências teóricas e práticas, à disposição dos objetivos desta pesquisa. A referência bibliográfica trouxe enorme contribuição no que se refere às experiências teóricas, assim como os entrevistados para as experiências práticas, sendo

o pesquisador o responsável pela identificação das subjetividades e diálogo entre todas essas experiências.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Durante todo o trabalho – antes, durante e depois das entrevistas – foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica, auxiliando na “construção” do objeto desta pesquisa e contribuindo para se familiarizar com o conhecimento já produzido acerca deste tema, subsidiando tanto as entrevistas como suas análises. Optou-se, no entanto, em apresentar a pesquisa bibliográfica realizada na seção 4: “*Resultados e Discussões*”, em momentos considerados oportunos, dialogando com os relatos dos entrevistados. Apesar deste entendimento, acredita-se que algumas informações prévias se fazem necessárias no sentido de criar um pano de fundo para a melhor compreensão dessa pesquisa. Desta forma, seguem as próximas duas subseções.

2.1 O DIREITO À CIDADE

A escolha da Cidade como norte do projeto se faz uma vez que é na cidade que a vida acontece, a vida urbana, a vida humana. Nesse sentido, Lefebvre (2001, p. 117) formula o conceito de Direito à Cidade como um direito à vida urbana, transformada e renovada. Uma cidade que satisfaça as necessidades humanas e as necessidades sociais. Sendo que estas últimas estão além do que os olhos possam ver, estando, também nos sons, toques, gostos etc. Para Lefebvre (2001, p. 105), essas necessidades têm um fundamento antropológico:

[...] opostas e complementares compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo [...], de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo [...], de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num ‘mundo’ (LEFEBVRE, 2001, p. 105)

Sendo assim, uma cidade que atenda às necessidades humanas deve contemplar o atendimento às necessidades pessoais e igualar o direito de todos construírem as cidades como queiram que existam, ao ponto de, como indica Harvey (2009), transformá-la “em algo radicalmente diferente”.

Por outro lado - e por estar do outro lado merece atenção - também nas cidades estão os interesses do capital. Dessa forma, as cidades refletem a desigualdade do capital concentrado em poucas mãos.

No desenvolvimento da história da humanidade ocorreram grandes conquistas e transformações, mas a questão do direito à moradia, o Direito à Cidade em si, não se deu para todos: o desenvolvimento arquitetônico é um exemplo perceptível. O centro da cidade de São Paulo, Londres e outras cidades do mundo possuem construções que caracterizam o período da Belle Époque. O fenômeno se faz sentir também nas avenidas largas que foram construídas para escoar o comércio. A estrutura das cidades foi totalmente adaptada e mudada conforme interesses mercadológicos. A preocupação em dar “um rosto bonito e limpo” aos espaços destinados ao comércio, bem como ao local de moradia da elite é perceptível a olho nu. E isso são características de um desenvolvimento voltado para a acumulação capitalista (HARVEY, 2004; SEVCENKO, 2007).

2.2 A CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

O município de São José dos Campos se caracteriza como importante centro tecnológico industrial e comercial, localizado na região leste do Estado de São Paulo, no médio Vale do Paraíba – SP. Sua localização está entre os principais eixos econômicos do País – Rio de Janeiro e São Paulo – cortada pela Rodovia Federal BR-116 (Presidente Dutra), além de se situar muito próximo ao Litoral Norte de São Paulo e ao porto de São Sebastião – localização mais que favorável para seu desenvolvimento econômico.

O Município é constituído por três distritos, tendo São José dos Campos como sede, dividido em dois subdistritos, São Francisco Xavier e Eugênio de Melo. (PDDI-2006, 2006, p. 9), possuindo uma unidade territorial de 1.099,77 km², com densidade demográfica de 572,77 hab./km² (IBGE, 2010).

Figura 1 - Localização de São José dos Campos



Fonte: PDDI-2006, 2006

2.2.1 BREVE HISTÓRICO DA CIDADE

O território Joseense foi inicialmente ocupado por uma fazenda de pecuária, criada oficialmente a partir da concessão de sesmarias, por volta de 1590, a pedido de padres jesuítas (PDDI-2006, 2006, p. 20). Em 1692, recebe o nome de “Residência da Paraíba do Sul”. Já em 1696 passa a se chamar “Residência de São José”.

A descoberta do ouro em Minas Gerais (1716) causa um esvaziamento da aldeia Jesuíta. Recebe o nome de “São José do Paraíba” em 27 de julho de 1767 e passa a ser considerada Vila. Em 1864 é elevada à categoria de Cidade. Mais tarde, em 1871, recebe o nome de São José dos Campos, devido à suas extensas campinas. Durante a década de 1860, teve destaque na produção de algodão tendo o mercado inglês como seu maior comprador (PDDI-2006, 2006, p. 21).

A cultura cafeeira, acontecendo quase que simultaneamente com a produção de algodão, contribuiu para o grande crescimento demográfico ocorrido em São José dos Campos. Em 1872, sua população atingia 12.998 habitantes, incluindo 1.245 escravos. A inauguração da estrada de ferro, em 1877, contribuiu para o apogeu da indústria cafeeira, em 1886, se mantendo com alguma expressão até 1930. Já a pecuária leiteira, que se mantém até hoje, iniciou-se por volta de 1918 (PDDI-2006, 2006, p. 21).

O Município começa a ser procurado para o tratamento da tuberculose, no início do século XX, devido suas condições climáticas supostamente favoráveis. Nesse período, entre 1925 e 1930, o controle da epidemia da tuberculose obrigou o governo a tomar medidas sanitárias, criando no estado de São Paulo as Prefeituras Sanitárias.

Gradativamente, já estava sendo criada uma estrutura de atendimento com pensões e repúblicas, quando em 1924, foi inaugurado o Sanatório Vicentina Aranha, o maior do País. Entretanto, foi somente em 1935, quando o Município foi transformado em Estância Hidromineral, após passar por “Estância Climatérica” pelo Decreto Estadual nº 7.007, é que São José dos Campos passou a receber recursos oficiais que puderam ser aplicados na área sanatorial (PDDI-2006, 2006, p. 21).

“Com o declínio de sua função sanatorial, em virtude da tuberculose ter passado a receber tratamento ambulatorial com o advento da penicilina na década de 1940” (PDDI-2006, 2006, p. 21), a cidade busca alternativas para atrair investimentos industriais para seu interior. Neste aspecto, têm-se como exemplo a Lei Municipal nº 4 de 1920, concedendo isenção de impostos por um período de 25 anos, terreno gratuito e fornecimento de água para empresários montarem fábricas, com a contrapartida de empregar um mínimo de cem funcionários e com capital de 50 Contos de Réis (SANTOS, 2006, p. 41-43). Dessa forma chega a São José dos Campos a Fábrica de Louças Santo Eugênio, inaugurada em 1924, seguida pela Tecelagem Parayba, em 1925.

Para Oliveira et al. (1999), a chegada da Tecelagem Parayba teve grande importância para a cidade de São José dos Campos, ocasionando mudanças no quadro socioeconômico e cultural do bairro em que foi instalada (Santana) e da cidade em si. A economia Joseense, pela primeira vez em sua história, teve um número considerável de operários assalariados, sendo que os funcionários da Tecelagem Parayba chegaram a corresponder a 8% dos habitantes da zona urbana da cidade (SANTOS, 2006, p. 84-99). Com respeito à população residente na zona rural, o bairro de Santana passou a apresentar índices próximos ao do censo demográfico brasileiro de 1940, fato significativo para uma cidade interiorana (OLIVEIRA et al., 1999):

A importância deste bairro reside na sua evolução histórica: de pequeno núcleo populacional caracterizado como entreposto de mercadorias com a zona rural, à etapa de bairro industrial, iniciada na década de vinte com a instalação da Tecelagem Parayba (Indubitavelmente a Tecelagem Parayba constitui um marco na história de todo o município e foi responsável ainda, por boa parte do êxodo rural) e consolidada entre os anos quarenta e setenta, a partir da construção da Rhodia, grande multinacional (OLIVEIRA et al., 1999)

Para Silva (2001), pelo fato de São José dos Campos ter se tornado Estância Hidromineral e Climática, a verba extra contribuiu para o desenvolvimento da infraestrutura da cidade, preparando-a para sua industrialização. Apesar de seu declínio sanatorial iniciar na década de 1940, sua condição sanitária permaneceu até 1977, “quando recupera sua autonomia administrativa, voltando a eleger o prefeito pelo voto direto” (RESCHILIAN, 2004), dentro do contexto da ditadura militar vivida no País naquele momento.

Já em janeiro de 2012, é criada a Macro Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, da qual São José dos Campos passa a integrar, após um debate de pelo menos uma década, a partir da apresentação do projeto de lei complementar 12/2001, que já propunha a criação de tal Macro Região. Esse tema será discutido mais adiante na seção “*A Macro Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte*”.

2.2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A dinâmica urbana de São José dos Campos é vista por Santos (2006, p. 41 et seq.), por dois momentos dentro do processo brasileiro de industrialização. Entre 1920-1946 e 1946-2000. A primeira caracteriza-se por uma industrialização com capital nacional ou de imigrantes, vindos de outras regiões do Brasil, com alto volume de dinheiro e nível técnico. A segunda, a partir de 1946, uma industrialização com fábricas de grande porte, como as transacionais, fomentadas pelo governo federal.

Já o desenvolvimento industrial de São José dos Campos pode ser identificado por três fases de desenvolvimento econômico. Para isso vale-se do conceito de desenvolvimento exógeno, pressupondo ações de fatores externos para o desenvolvimento regional, e o endógeno, onde o desenvolvimento se utiliza das potencialidades locais (MANOLESCU E KROM, 2008, p. 3; SABINO E MANOLESCU, 2008, p. 3). A primeira fase, de 1920 a 1950, é caracterizada pelo modelo exógeno, com incentivos municipais a empresas para que fosse empregada mão de obra local. Nessa época, marcada pela forte industrialização, instala-se indústrias de louça branca de pó de pedra, cerâmica etc. A segunda fase, de 1950 a 1990, é marcada pela chegada de empresas e instituições de natureza de ensino, pesquisa e

desenvolvimento tecnológico, que acabam criando uma estrutura local de produção com caráter tecnológico, consolidando o processo industrial. Como exemplo, tem-se, nesse período, a instalação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) – projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, influência direta da criação do Ministério da Aeronáutica, em 1942 pelo governo Vargas (SANTOS, 2006, p. 48) –, do Centro de Tecnologia Aeroespacial (CTA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Outras grandes empresas dão continuidade ao caráter tecnológico da cidade, sendo instaladas nesse período a São Paulo Alpargatas, Matarazzo, Johnson & Johnson, General Motors, EMBRAER, Philips, Hitachi, Refinaria Henrique Lage, entre outras. Nesse período, tem-se a instalação da Rodovia Presidente Dutra, que liga as cidades de São Paulo ao Rio de Janeiro, “cortando” a cidade. A terceira fase se inicia em 1990, caracterizada pelos autores (MANOLESCU e KROM, 2008, p. 3) como de desenvolvimento endógeno. Apontam um processo de desconcentração industrial no Estado de São Paulo e um processo de realocação industrial, influenciada pelas tecnologias de informação e comunicação, visando a diminuição das pressões sindicais, melhores instalações, menores custos de mão de obra e insumos e ganhos de produtividade. Manolescu e Krom (2008, p. 3) apontam a capacidade da região em agregar e absorver valor sobre a produção, com o seu potencial de inovação tecnológico, e também de reter o excedente de capital gerado, além de atrair excedentes de outras regiões.

A urbanização de São José dos Campos acompanhou o movimento da industrialização ocorrida na cidade. Santos (2006, p. 62) detalha esse movimento, apontando que o primeiro loteamento surge na década de 1930 (1932 e 1933), definindo as zonas: Comercial, Sanatorial, Residencial e Industrial, essa última acrescentada em 1931.

Santos (2006, p. 50-51) identifica a valorização imobiliária de áreas próximas à Rodovia Presidente Dutra já na década de 1950. Nesse período, foram aprovados 88 loteamentos pela municipalidade.

Com o alto crescimento demográfico (Tabela 3) ocorrido na década de 1960, Santos (2006, p. 66) aponta o conflito entre a ocupação urbana, o relevo e as barreiras urbanas, dificultando a constituição de um tecido urbano contínuo e a fluência do tráfego local, demandando grandes obras públicas devido à fragmentação da cidade. Dado o desafio, uma das medidas foi a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de 1969 e 1970, impulsionando o processo de verticalização na área central. Primeiramente relacionada aos serviços e ao comércio e mais tarde para a habitação.

Ainda Santos (2006, p. 70) posiciona uma nova legislação (Leis n. 1576/70e n. 1606/71) derivada do Plano de Desenvolvimento Integrado de 1969 no início da década de 1970, com

uma proposta de um sistema viário, além de uma nova lei de loteamentos, mais flexível, incluindo a regulamentação dos loteamentos clandestinos e estimulando a verticalização e adensamento. Muito importante pontuar que nessa década, também com a contribuição da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER), São José dos Campos se transforma em cidade-vitrine do milagre econômico (1968-78), tornando-se uma cidade atraente para quem busca novas oportunidades.

Segundo Santos (2006, p. 72), a década de 1980 consolidou São José dos Campos como polo tecnológico, com a expansão do INPE, além de outras indústrias como a Refinaria do Vale do Paraíba (REVAP), da PETROBRAS. Nessa década foram aprovados 67 loteamentos, chegando a uma oferta de 25 mil lotes.

O impacto demográfico da industrialização em São José dos Campos pode ser observado na Tabela 1, ainda que as datas sejam aproximadas. A cidade, em seu período de primeira industrialização, de 1920 a 1946 (SANTOS, 2006, p. 41), tinha poucos habitantes em comparação a seus vizinhos. Em compensação teve o crescimento mais expressivo entre o período de 1854 e 1935, impulsionado pela economia cafeeira.

Tabela 1- Evolução da População em São José dos Campos (1854 – 1935)

Municípios	1854	1886	1920	1935
Guaratinguetá	13.714	25.632	43.101	38.838
Jacareí	9.861	16.565	25.363	31.300
Pindamonhangaba	14.645	25.084	43.183	40.284
São José dos Campos	6.935	17.906	30.681	31.606
Taubaté	22.307	40.624	85.433	60.040

Fonte: Ricci, 2006

Em números absolutos, em sua fase caracterizada como segunda industrialização (SANTOS, 2006, p. 48 et seq.), com fábricas de grande porte, como as transnacionais fomentadas pelo governo federal, é percebido um grande crescimento demográfico na cidade, como é possível visualizar na Tabela 2:

Tabela 2 - População x Indústrias em São José dos Campos

Ano	Nº Indústrias	Nº Habitante
1950	65	44.804
1960	72	77.533
1970	284	148.332
1980	389	287.513
1991	628	442.370
2000	811	539.313
2004	912	589.050

Fonte: LAVOR, 2007

É importante verificar a taxa de urbanização que ocorreu na cidade no período. A Tabela 3 nos dá a dimensão de como esse processo se deu, Partindo de uma taxa de urbanização de 40% na década de 1940, chegando a 98% em 2010.

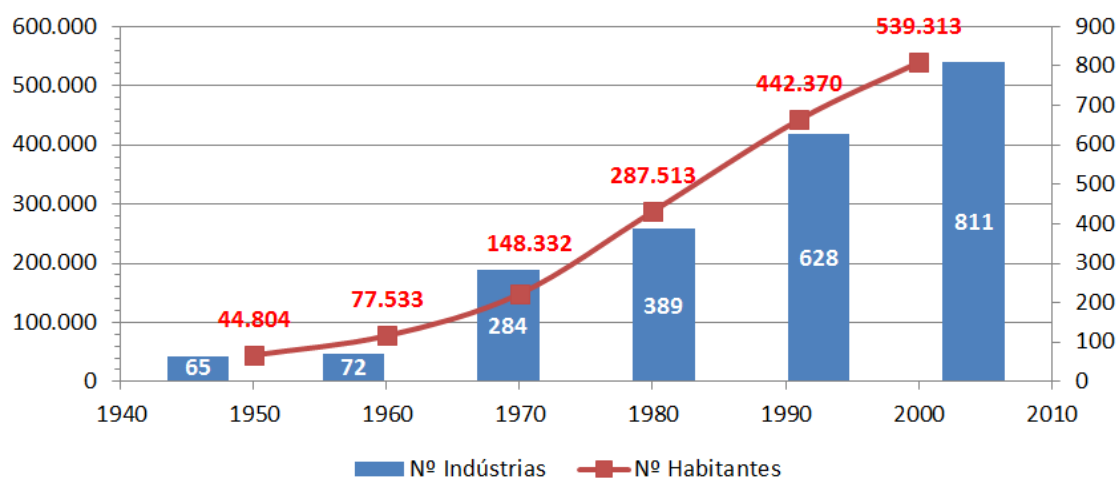
Tabela 3- Evolução demográfica da população de São José dos Campos

Ano	Total	Urbano	Rural	Taxa de Urban.
1940	36.279	14.474	21.805	40%
1950	44.804	26.600	18.204	59%
1960	77.533	56.882	20.651	73%
1970	148.332	132.482	15.850	89%
1980	287.513	276.901	10.612	96%
1991	442.370	425.515	16.855	96%
2000	539.313	532.717	6.596	99%
2010	629.921	617.106	12.815	98%

Fonte: LAVOR, 2007

Na Tabela 2, é percebido um crescimento do número de indústrias e habitantes, que seguem uma mesma tendência, como evidencia o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Indústria x Habitantes



Fonte: LAVOR, 2007

As informações expressas na Tabela 2, Tabela 3 e Gráfico 1, são úteis para a compreensão do processo de expansão do município de São José dos Campos, atrelado ao processo de industrialização e seu impacto na urbanização, sobretudo após a década de 1970 e as décadas subsequentes quando ocorre a valorização do espaço urbano em detrimento dos espaços de vivência das camadas pobres da população, as quais são retiradas de seu espaço para dar lugar ao “desenvolvimento”.

2.2.3 BREVE HISTÓRICO DO PINHEIRINHO

O Pinheirinho foi uma ocupação urbana que teve início em fevereiro de 2004, na Zona Sul da cidade de São José dos Campos, onde permaneceu até janeiro de 2012, quando foi removida pelo Poder Público. O terreno ocupado, de 1,3 milhões de metros quadrados (57 alqueires), pertencia à massa falida da empresa Selecta S/A, propriedade de Naji Nahas⁵ (FORLIN e COSTA, 2010, p. 136). O terreno, abandonado, possuía alta dívida de IPTU.

Seu início é associado à ocupação das “*casinhas*” da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do Campo dos Alemães, em 2003, sendo uma fala recorrente dos entrevistados que presenciaram ou ouviram falar do começo da Ocupação Pinheirinho. Segundo relatos, a ocupação já contava com a liderança do Marrom⁶ e do Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST). A demora na entrega dessas “*casinhas*” e a longa fila de espera da habitação popular foram justificativas constantes dos entrevistados para tal ação.⁷ Ainda segundo os entrevistados, depois de aproximadamente um mês da Ocupação, a prefeitura conseguiu ordem judicial para desocupação e a cumpriram, marcada por forte violência e baixa repercussão midiática. Essa população, porém, decidiu acampar no que ficou conhecido como “Campão”, também localizado no bairro Campo dos Alemães, o que durou cerca de dois meses, até a ida definitiva para a ocupação Pinheirinho⁸, em fevereiro de 2004.

Iniciada com algumas famílias, esta ocupação chegou a possuir sete mil pessoas em 2006, cerca de 1500 famílias, sendo aproximadamente 2.600 crianças de 0 a 10 anos, segundo dados de Forlin e Costa (2010, p. 136). Em agosto de 2010, foram cadastrados pela prefeitura cerca de 1600 famílias (SUPLICY..., 2012, on-line), número próximo a dados do IBGE, do mesmo ano, que aponta 1520 famílias (IBGE, 2010). Porém a prefeitura (SUPLICY..., 2012, on-line) afirma que apenas 925 famílias fizeram o cadastro para assistência na época da remoção, correspondente a 2,85 mil pessoas. Na mesma época, o movimento responsável pela ocupação apontava nove mil moradores.

A ocupação foi organizada a fim de atender a moradia e comércio, com lotes de 250m², (dez metros de largura e vinte e cinco metros de comprimento), correspondentes à “área urbana”

⁵Libanês naturalizado brasileiro que fez história no mercado acionário com jogadas de altíssimo risco, Naji Nahas já foi o maior investidor individual do Brasil, e, sozinho, controlava 6% dos papéis da Petrobrás e 10% da Vale do Rio Doce. À época, tais ações valiam US\$ 490 milhões. Foi o protagonista de um dos maiores escândalos do sistema financeiro nacional. Inúmeras acusações de corrupção pesam sobre o megainvestidor.

⁶Valdir Martins, um dos líderes da ocupação Pinheirinho filiado ao partido político PSTU.

⁷Ver mais na seção de “*Resultados e Discussões*”.

⁸Ibid.

e “chácaras de três mil metros quadrados na ‘zona rural’” (FORLIN e COSTA, 2010; ANDRADE, 2010) recebendo o nome de Pinheirinho, devido aos pinheiros que contornam um de seus limites. Andrade (2010, p. 70) afirma que 60% da área foi destinada a moradia, sendo que o resto era composto por barrancos, brejos e “áreas de proteção ambiental” definidas pela liderança da Ocupação.

A água e a luz eram obtidas através de ligações clandestinas na rede pública. Normalmente as moradias se iniciavam como barracos de madeira e lona, sendo substituídos por alvenaria de acordo com a possibilidade de cada morador. A ocupação contava ainda com parque e diversos comércios como bares, cabelereiros, bicicletaria, dentre outros, totalizando vinte e cinco estabelecimentos (FORLIN e COSTA, 2010, p. 136). Já Andrade (2010, p. 70), contabiliza “cerca de 100 estabelecimentos comerciais, como padarias, bares, mercadinhos e até mesmo uma vídeo-locadora”. Sendo que o comércio era regido por uma “ordem moral”.

Segundo relatos de moradores, a liderança da Ocupação era, majoritariamente, filiada ou simpática ao partido político PSTU, que também dava todo o suporte jurídico ao movimento, que tinha como referência o líder Marrom. A Ocupação era dividida em 16 setores, de A a M e de O a P, referentes à área chamada de Mangueira, que segundo Andrade (2010, p. 70) era “um dos setores do acampamento que faz parte do movimento, mas que se encontrou separada do mesmo pela Vaquejada, uma “favela”, nos dizeres dos moradores, até 2009 [...]”. Cada setor possuía um líder, que se reuniam todas as terças-feiras para discutir reivindicações, problemas, regras de convivência, oportunidades de emprego etc. Os assuntos tratados em cada setor eram avaliados e resolvidos em assembleias gerais que aconteciam todo sábado (ANDRADE, 2010, p. 70).

A ocupação encontrava na cidade uma forte resistência, enfrentando inúmeras tentativas de desocupação por parte da Prefeitura. Notícias corriam pela cidade na tentativa de desqualificar seus moradores, como a oferta de passagem de ônibus para que famílias retornassem à sua cidade natal, vinculando a ideia que a população residente do Pinheirinho era “de fora de São José dos Campos”, como comenta Forlin e Costa (2010, p. 136). Outra notícia ventilada na cidade foi a de multa de mil salários mínimos aos moradores, ou mesmo corte de fornecimento de água e luz e restrição a serviços públicos, como o atendimento médico público.

Na madrugada do dia 22 de janeiro de 2012, foi feita a reintegração de posse pela Polícia Militar de São Paulo, sendo que apenas na noite do mesmo dia o Superior Tribunal de Justiça deu competência para a Justiça Estadual (UOL, 2012). Marcado por violência, a ação que durou três dias e terminou com a destruição das moradias, levou os moradores, identificados por uma pulseira, para abrigos, como igrejas e quadras poliesportivas. Após a saída dos abrigos, as

famílias recebem um aluguel social no valor de R\$ 500,00 (aproximadamente US\$ 250,00 na época), com a promessa de encaminhamento para moradias populares assim que construídas, em um prazo de um ano e meio. O terreno foi à leilão, mas as famílias do Pinheirinho, com uma ação na Justiça conseguiram a sua suspensão por prazo indeterminado.

Quatro dias depois da desocupação, foi anunciado um terreno para a construção imediata de 1,1 mil moradias populares - de um plano de cinco mil casas-, com previsão de entrega de dezoito meses. As demais casas esperariam definição de novas áreas (CASA CIVIL, 2013). Tal prazo já foi ultrapassado no decorrer deste trabalho e apenas em julho 2013, novas notícias apareceram, com uma nova definição de terreno para a construção de 1.800 casas (MACHADO, 2013).

3 MÉTODO

A metodologia se faz necessária na pesquisa científica, devendo ser tomada com rigor a partir do momento que se define o objeto, podendo ser redefinida a partir da escolha das “normas precisas para a condução do pensamento na elaboração do Conhecimento” (PRADO JÚNIOR, s.d., p. 5).

A importância do método científico se dá pelo fato de agrupar um conjunto de processos ou operações mentais empregados na investigação, sendo a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa, fornecendo bases lógicas à investigação (GIL, 1999, p. ; LAKATOS; MARCONI, 1993). Diferencia-se dessa forma, o conhecimento científico de outros tipos de conhecimentos, a rigor, conhecimento popular, filosófico, ideológico e teológico (TRUJILLO FERRARI, 1974, p. 11; VIEGAS, 1999, p. 47).

Apesar da riqueza e tamanho que a pesquisa possa tomar e trazer como resultado, o pesquisador, como responsável pela condução das investigações, assume o principal papel e responsabilidade pelo seu trabalho. Caso os resultados da pesquisa venham ser maiores que o próprio pesquisador, a tendência é que o pesquisador cresça junto com ela, continuando a assumir uma papel de destaque dentro da obra. Ainda assim, deve-se ter cautela e rigor científico. A metodologia tem um papel importante para evitar que o pesquisador “se enforque na corda da liberdade”, pois sua negação leva ao “empirismo sempre ilusório em suas conclusões ou a especulações abstratas e estéreis.” (MINAYO, 2004, p. 16).

Por outro lado, deve-se encontrar o meio termo entre a liberdade criativa e a aplicação estrita de uma metodologia, com um “instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” (Ibid., p. 16) pois seu completo enrijecimento, confere “um formalismo árido, ou respostas estereotipadas”(Ibid., p. 16).

Na presente pesquisa, visando dar voz aos sujeitos - ex-moradores da Ocupação Pinheirinho em São José dos Campos optou-se pela metodologia da História Oral que, segundo Lang (1996), trata-se de uma “metodologia de pesquisa voltada para o estudo de tempo presente e baseada nas voz das testemunhas”.

Para a História Oral, a narrativa constitui sua matéria prima. O narrador que conta sua história, seu relato ou dá seu depoimento de vida, não se constitui, ele próprio, no objeto de estudo, mas sim seus relatos de vida, sua realidade vivida, apresentando subjetivamente *os eventos vistos sob seu prisma e o crivo perceptivo*, possibilitando conhecer as relações sociais e as dinâmicas que se inserem ao objeto de estudo (CASSAB, 2003, destaque do autor).

É nessa perspectiva que se adota a metodologia da História Oral na presente pesquisa.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Tendo conhecimento da importância da metodologia científica, busca-se classificar a presente pesquisa no intuito de se enquadrar no rigor científico recomendado. Dessa forma, a presente pesquisa é de natureza básica, uma vez que gera novos conhecimentos universais, porém sem aplicação prática prevista (PAULA, 1992).

Entende-se que, apesar dos objetivos se darem no campo social, investigando-o, analisando-o e fornecendo pistas para se inferir na realidade, de imediato não se dará nenhuma aplicação prática por parte do pesquisador, ficando além de suas possibilidades, mas à disposição de quem se apossa do conhecimento aqui gerado.

Ainda a respeito da metodologia, a pesquisa se enquadra em uma problemática qualitativa. É claro que um dimensionamento inicial se faz necessário, a fim de conhecer a população a ser estudada, assim como dados socioeconômicos fornecidos por institutos estatísticos, traduzidos em números e gráficos. Por outro lado, conhecer a realidade de moradores de uma ocupação envolve subjetividades e experiências de vida que não podem ser lidas em um gráfico. Ou seja, uma relação dinâmica entre a subjetividade dos sujeitos e o mundo subjetivo, necessitando a interpretação e a atribuição de significados aos fenômenos observados (SILVA & MENEZES, 2005). Na concepção de Minayo (2004, p. 21), são “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, [...] que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Se, por um lado, a pesquisa qualitativa permite todo um universo de possibilidades, explorando a subjetividade contida na fala – e no silêncio- dos sujeitos, possibilitando interpretações do que é dito e não dito, ou o porquê determinada experiência é explicitada ou ocultada em um mar de possibilidades e variáveis, como por exemplo a presença do entrevistador, que pode trazer confiança, desconfiança, indiferença etc. ao entrevistado, por outro lado traz algumas restrições, como a complexidade da análise, limitando o tamanho do universo a ser estudado. Dada a sua complexidade, é necessária a preparação adequada do pesquisador para a coleta e análise dos resultados (MINAYO et al., 2010, p. 90). De qualquer forma, acredita-se que apenas dando voz aos sujeitos, serão alcançados os objetivos desejados. E a pesquisa qualitativa dá conta disto, na medida em que, por meio dela é possível reconhecer a singularidade do sujeito, revelando-se no discurso e na ação, assim como conhecer também a

sua experiência social, e não apenas as suas circunstâncias de vida (MARTINELLI, 1999, p. 22-23).

Esta pesquisa ainda se caracteriza, do ponto de vista dos objetivos, como descritiva e exploratória, buscando inicialmente se familiarizar com o tema para, através das análises das entrevistas, descrever as experiências através dos usos que os ex-moradores da Ocupação Pinheirinho faziam da cidade, descrevendo os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (SILVA & MENEZES, 2005, p. 21). Finalmente e, pelo fato da pesquisa ter sido realizada após a desocupação do Pinheirinho, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa *Ex-Post-Facto* (GIL, 1991).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Como apresentado na seção “*Referencial Teórico*”, dados de Forlin e Costa (2010, p. 136) do ano de 2006, apontam para cerca de 1500 famílias, dado muito próximo aos da Prefeitura Municipal de São José dos Campos (SUPLICY..., 2012, on-line), que apontam 1600 famílias no ano de 2010 e também aos dados do IBGE (2010), apontando 1500 famílias no mesmo ano. É interessante destacar a Ocupação Pinheirinho não consta no Plano Diretor Integrado da cidade (PPDI-2006, 2006), que indica indiretamente números distintos. O número de moradores da Ocupação Pinheirinho, no ato da sua desocupação são contraditórios. Enquanto a Prefeitura Municipal apresentou apenas 2,85 mil pessoas, o Movimento dos Sem-Teto apontava 9 mil (SUPLICY..., 2012, on-line).

Alberti (2005, p. 31) afirma que “a escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa”. A opção pela História Oral como instrumento de coleta de dados para atender aos objetivos da pesquisa, reduziu a preocupação quanto à amostra que representasse a população da Ocupação, dada às particularidades desse instrumento.⁹

Para atender aos objetivos dessa pesquisa, revelando histórias e experiências de “pessoas comuns” de dentro da Ocupação, convencionou-se a limitar os entrevistados àqueles que não fizeram parte da liderança da Ocupação, tampouco dos Governos atuantes.

Para se chegar à amostra, enfrentou-se o desafio de localizar os sujeitos, uma vez que eles foram removidos da Ocupação, buscando moradia nos mais diversos lugares, dentro ou fora da cidade de São José dos Campos. Nesse sentido, o contato com os ex-moradores se daria através

⁹ Ver seção a seguir.

da Prefeitura de São José dos Campos ou pela Liderança do Movimento dos Sem-Teto. Dessa forma, o critério inicial utilizado para a seleção dos entrevistados, foi à *acessibilidade*.

A dificuldade e burocracia de se conseguir acesso a dados da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, além do baixo número de moradores que constavam no último cadastro da Prefeitura logo após a remoção, foi visto com preocupação pelo pesquisador, dado o risco de se perder a heterogeneidade dos sujeitos que lá residiram.

Por golpe de sorte, em um seminário ocorrido na Universidade de Taubaté em treze de abril de 2012¹⁰, identificou-se o advogado da Ocupação Antônio Donizete Ferreira (Toninho), que é sabido ser filiado ao partido político PSTU, ao qual foi solicitado contatos de ex-moradores da Ocupação. É de suma importância a clareza de nenhuma relação prévia (assim como no decorrer da pesquisa) entre o pesquisador e o Advogado.

A partir de uma curta troca de e-mails¹¹, chegou-se a quatro sujeitos. A fim de minimizar a possibilidade de uma falsa saturação dos dados, pediu-se aos entrevistados outros contatos, e assim sucessivamente até que se encontrasse um volume de dados consistente que respondessem ao objeto de estudo.

No decorrer das entrevistas ocorreu algo bastante interessante. Após identificar uma *saturação* no conteúdo dos depoimentos (após cerca de sete entrevistas), devido à riqueza de sentidos e relações que emergiam nos depoimentos, teve-se a mesma sensação que aponta Debert (2004, p. 145), em que “Sempre teria sido possível mergulhar mais profundamente nas mesmas coisas de forma a perceber novos ângulos. A cada nova entrevista, um novo leque de questões poderia ter sido aberto”, dessa maneira, estende-se o número de entrevistados para dez.

Após minuciosa análise dos dez depoimentos, confirmou-se a *saturação* dos dados nas primeiras entrevistas. Por outro lado, a análise de todas dez entrevistas se tornaria uma armadilha para o cumprimento dos prazos desta pesquisa, uma vez que a mesma seria atendida com uma amostra menor. Acredita-se, porém, que as entrevistas “pós-saturação” de dados contribuiu para uma aproximação ao objeto de estudo, consolidando um panorama geral da Ocupação ao pesquisador, possibilitando uma melhor organização da pesquisa.

Decide-se, portanto, utilizando o critério da *intencionalidade*, analisar seis entrevistas em profundidade, ressaltando que, mais do que o critério de representatividade, a saturação e escolha dos sujeitos se deram pela mesma sensação relatada por Debert (2004, p. 155) ao

¹⁰Para mais detalhes a respeito do evento, consultar: <<http://www.unitau.br/noticias/detalhes/153/seminario-realizado-pela-unitau-tera-presenca-de-suplicy>>.

¹¹A troca de e-mails pode ser verificada em anexo.

comentar sobre a coleta de dados de uma de suas pesquisas: “A força vem do fato de que são relatos muito vivos e a sensação que transmitem é que estamos mais próximos do que é ser um [...] [objeto de sua pesquisa]”. O mesmo ocorreu aqui, com relatos que pareciam contar mais da história do Pinheirinho. Ainda fazendo uso de um argumento de Debert (idem): “A sensação que esses depoimentos nos dão é que eles retratam alguma coisa, como se diz da boa literatura, que eles retratam uma época” (idem, p. 155)¹². Além da “vivacidade” dos depoimentos, as entrevistas selecionadas para serem analisadas em profundidade atenderam aos objetivos da pesquisa, além de serem os responsáveis pela primeira sensação de saturação dos dados.

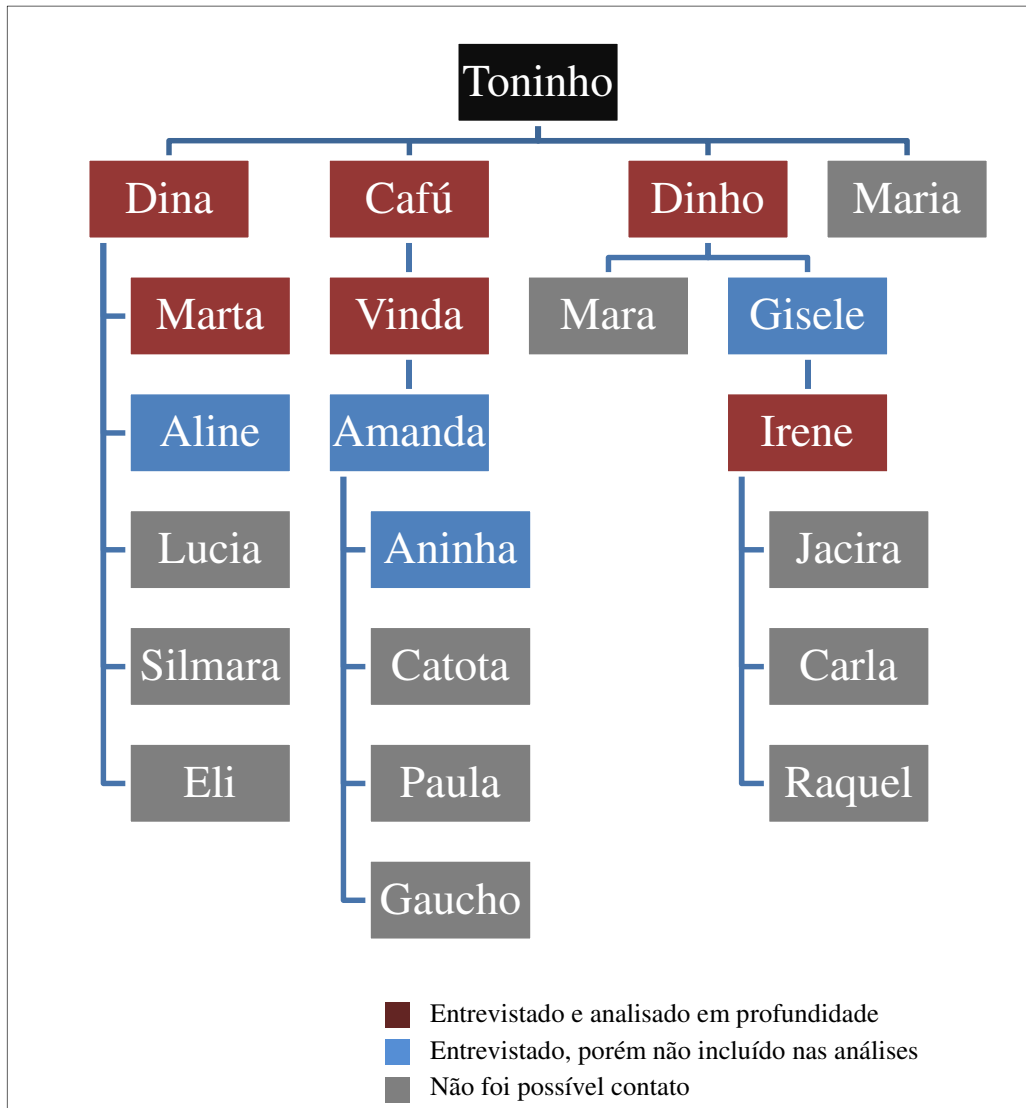
A partir dos quatro sujeitos indicados por Antônio Ferreira, chegou-se a um total de vinte e uma indicações. Depois de contatos telefônicos, bem ou mal sucedidos, configurou-se a amostra de dez sujeitos entrevistados. Por questão de sigilo, a fim de preservar os entrevistados, seus nomes foram alterados, lembrando que Antônio Ferreira não faz parte dos entrevistados. A “árvore” de indicações assim se configura:

- I. Toninho indica Dina. Dina indica Marta, Aline, Lucia, Silmara e Eli;
- II. Toninho indica Cafú. Cafú indica Vinda. Vinda indica Amanda. Amanda indica Aninha, Catota, Paula e Gaúcho;
- III. Toninho indica Dinho. Dinho indica Mara e Gisele. Gisele indica Irene. Irene indica Jacira, Carla e Raquel;
- IV. Toninho indica Maria

Buscando uma melhor visualização desta “árvore de indicações”, tem-se a Figura 2:

¹² Diferentemente desta pesquisa, os argumentos utilizados por Debert (2004) não são utilizados para justificar uma redução da amostra.

Figura 2 - Árvore de Indicações



Fonte: Autor, 2013

A Figura 2 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** ilustra essa seleção: a amostra analisada está identificada na cor vermelha, como segue: Dina, Cafú, Dinho, Marta, Vinda e Irene. Já o Quadro 1, explicita o perfil dos entrevistados que tiveram suas narrativas analisadas em profundidade nessa pesquisa. De ambos os sexos, os entrevistados de escolaridade variada (ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo e ensino médio completo) se destacam pela sua relação com o trabalho precário. Esses entrevistados já residiam anteriormente em São José dos Campos e, em sua maioria, em situação de Co-residência.

Quadro 1- Perfil dos Entrevistados

Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Trabalho antes/depois da Ocupação	Tipo de trabalho antes / depois da Ocupação	Dados de Antes do Pinheirinho		
						Local Moradia	Tempo de Moradia em SJC	Tipo de Moradia
Dina	F	42	Médio Completo	Diarista/ Diarista	“Informal” / “Informal”	S.J.Campos	36 anos	Aluguel
Vinda	F	60	---	Desempregada/ Dona de Bar	--- / “Informal”	S.J.Campos	6 meses	Aluguel / Coabitação
Dino	M	54	Fundamental Completo	Desempregado / Pedreiro e Motorista	--- / “Informal”	S.J.Campos	2 anos	Aluguel / Coabitação
Cafú	M	44	Fundamental Completo	Desempregado / Reciclagem	--- / “Informal”	S.J.Campos	44 anos / Natural	Aluguel / Coabitação
Marta	F	23	Médio Completo	--- / Telemarketing	--- / Formal	S.J.Campos	23 anos / Natural	Aluguel / Coabitação
Irene	F	54	Fundamental Completo	Costureira/ Dona de Lanchonete	Formal / “Informal”	S.J.Campos	34 anos	Aluguel / Coabitação

Fonte: Autores, 2013

3.3 INSTRUMENTOS

Pode-se dizer que a presente pesquisa foi guiada pela escolha do instrumento de coleta de dados que se acreditou ser o mais coerente para alcançar os objetivos aqui propostos: a História Oral.

Dado o contexto da desocupação do Pinheirinho, entende-se que a escolha da História Oral, vai ao encontro do pensamento de autores que são referência no assunto sendo um

Método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo (ALBERTI, 2005, p. 18).

Entende-se que a História Oral permite outra forma de “fazer história”. Uma história contada pela experiência de cada sujeito, envolto a subjetividades, fantasias e realidades que fogem às “histórias tradicionais”. Dessa forma, o posto de observação é montado em um local diferente do comum, revelando um novo ponto de vista sobre o objeto. Nesse sentido, segundo Thompson (1992, p. 22) a História Oral altera o enfoque da própria história e revela novos campos de investigação.

Surgida na década de 1940, após a segunda Guerra Mundial, possibilitada pelo uso do gravador, a História Oral transforma os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribuindo para uma história mais rica, viva, comovente e verdadeira (ROSA, 2007), buscando na subjetividade mais do que puras informações sobre o passado (PORTELLI, 1997, p. 17), mas “recuperar aquilo que não encontramos em documento de outra natureza: acontecimentos pouco

esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc.” (ALBERTI, 2005, p. 22).

Entende-se que todo o relato deve ser considerado, incluindo a riqueza das subjetividades, distorções, fantasias, verdades e mentiras. Para tanto, faz-se necessário confrontá-los com outros materiais. Sabia-se do desafio a ser enfrentado ao trazer à tona, lembranças fortes e desagradáveis dos narradores. Por outro lado, a História Oral permite trazer

[...] não mais o passado “tal como efetivamente ocorreu”, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado; A entrevista de história oral – seu registro gravado e transcrito – documenta uma versão do passado. Isso pressupõe que essa versão e a comparação entre diferentes versões tenham passado a ser relevantes para estudos na área das ciências humanas. Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações (ALBERTI, 2005, p. 19).

Definiram-se, para a realização da História Oral, cinco eixos norteadores a fim de planejar, organizar e balizar as entrevistas, auxiliando em sua condução, buscando alcançar os objetivos desta pesquisa.

- a) Qual a trajetória de vida do entrevistado?
- b) Quais usos eram feitos da cidade e como se davam os acessos e restrições a ela?
- c) Como o entrevistado vê a cidade de São José dos Campos?
- d) Como o entrevistado se vê em São José dos Campos?
- e) Qual a percepção do entrevistado com relação à percepção dos “não moradores” do Pinheirinho sobre ele?

Apesar desses eixos norteadores, existiu uma liberdade de se inserir novos questionamentos ao longo da entrevista:

O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. (BONI; QUARESMA, 2005).

Considera-se exitosa a escolha do instrumento de coleta de dados, dado o contexto enfrentado pelo pesquisador no momento da realização das entrevistas. Algumas explicações

prévias são necessárias: após a desocupação do Pinheirinho, devido à pressão da Liderança do Movimento dos Sem-Teto, os Governos Estadual e Municipal se uniram para fornecer um aluguel social aos antigos moradores da Ocupação, mediante um cadastro e a aceitação de diversas exigências, como por exemplo um termo de compromisso de não retornar “à área invadida ou invasão de nova área”¹³.

Percebeu-se durante as entrevistas, que os entrevistados não tinham uma clareza quanto à “legalidade” dos atos que faziam no seu dia-a-dia pós-desocupação, com medo de infringir o termo de compromisso estabelecido com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e perder o aluguel social. Dessa forma, previamente às entrevistas, era necessária uma longa identificação do pesquisador, mostrando que não eram “funcionários da prefeitura disfarçados”, tampouco trabalhavam a seu serviço.

Por outro lado, a possibilidade do pesquisador estar relacionado com a liderança do Movimento dos Sem-Teto, poderia gerar um mal estar, dependendo das narrativas dos entrevistados, uma vez que a liderança ainda se reúne com os ex-moradores para reivindicar suas moradias.

Portanto acredita-se que no decorrer das entrevistas, foi possível a criação de laços progressivos de confiança, possibilitando maior riqueza nas informações, além de permitir “trazer” os sujeitos para os eixos norteadores da pesquisa, visto que a memória da desocupação sempre vinha à tona, desviando os entrevistados dos eixos propostos. Como afirma Cardoso (2004, p. 103): “É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas”.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

O Projeto de Pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade de Taubaté (UNITAU) em novembro de dois mil e doze, sob o número 09550912.4.0000.5501.

Devido ao contato direto com os ex-moradores da Ocupação, sem a necessidade da aprovação ou intervenção de alguma instituição, após um primeiro contato telefônico, foi agendando um local e horário para a realização das entrevistas. Todas as entrevistas acabaram sendo realizadas nas casas dos próprios sujeitos, que em sua maioria recebia o pesquisador com

¹³Termo de compromisso em anexo.

bastante expectativa, expressados no banho recém-tomado, na maquiagem, e na mesa da cozinha, geralmente com refrigerante, um café recém passado e alguns biscoitos.

As entrevistas aconteceram entre janeiro e setembro de 2013. Com exceção de um sujeito – Aninha, que foi apenas gravado o áudio, por motivo de desconfiança da entrevistada - as entrevistas foram filmadas em alta resolução e posteriormente transcritas. Em alguns casos, como o da Irene, foi necessária mais de uma seção de entrevista para a coleta dos dados.

Previamente às entrevistas, foi explicado o motivo do encontro e firmado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, sendo que uma via ficou em posse do entrevistado e a outra com o pesquisador, garantindo sigilo ao entrevistado assim como a sua liberdade para abandonar a entrevista em qualquer momento que desejasse. Entretanto, isso não ocorreu em nenhum caso.

3.5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

De posse das gravações das entrevistas, em um primeiro momento foi realizado o trabalho de transcrição. Aqui se atentou para aspectos maiores que as próprias falas, quais sejam, o silêncio, a expressão corporal, a entonação, transformando-se em comentários e observações dentro das transcrições, sendo necessário revisitar as gravações por diversas vezes para a realização deste trabalho. Se por um lado novos elementos surgem cada vez que se revisita as gravações, por outro lado o material escrito permite uma visão de conjunto (DEMARTINI, 1992, p. 54).

O Próximo passo se inicia com o processo de categorização dos dados transcritos. Revelam-se então, experiências e pontos de vistas convergentes, divergentes, particulares, claros, confusos, etc. Selecionou-se as informações que atendiam aos objetivos desta pesquisa, tendo como resultado final depoimentos diversos agrupados, na medida do possível, por categorias.

Após minuciosa leitura e reflexão acerca do material que se apresentava, foi necessária intensa análise e reorganização das categorias, identificando falas que contemplem mais de uma categoria, assim como trechos únicos que não poderiam ser separados em categorias, por ter sua riqueza naquela trajetória como um todo. Tomou-se o devido cuidado para não buscar apenas relatos mais representativos, uniformes ou concordantes, respeitando, dessa maneira, a riqueza do ponto de vista de cada sujeito analisado.

Posteriormente, foi realizada a “limpeza” dos depoimentos, com o intuito de aliviar o texto de certas frases confusas de redundâncias verbais ou tiques de linguagem, preservando, ainda assim, as palavras originais utilizadas pelos entrevistados (BOURDIEU, 1999).

Cabe ressaltar que antes de se iniciar as entrevistas, foi feita uma intensa pesquisa bibliográfica a fim de se familiarizar com o conhecimento já produzido acerca desse tema, subsidiando tanto as entrevistas como suas análises. Optou-se, no entanto, em apresentar a pesquisa realizada em momentos oportunos, dialogando com os relatos dos entrevistados. Dessa maneira, dentro de uma perspectiva analítica pautada na Teoria Social Crítica, foi realizado um “diálogo” entre as falas – e mais que as falas - dos sujeitos com teóricos conceituados, ou seja, os “sentidos das falas e das ações para alcançar a compreensão ou explicação para além dos limites do que é descrito e analisado” (GOMES et al., 2010, p. 202).

Tem-se, por fim, um amplo material, com experiências teóricas e práticas, cercadas de subjetividades à disposição dos objetivos desta pesquisa. A referência bibliográfica trouxe enorme contribuição no que se refere às experiências teóricas, assim como os entrevistados para as experiências práticas e o pesquisador para a identificação das subjetividades e diálogo entre todas essas experiências.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISES PRELIMINARES DA CIDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

4.1.1 A MACRO REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

Em nove de janeiro de 2012, foi criada a Macro Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a qual faz parte São José dos Campos, após um debate de pelo menos uma década desde a apresentação do projeto de lei complementar 12/2001, de autoria do então Deputado Estadual Carlinhos Almeida - hoje prefeito da cidade de São José dos Campos - que já propunha a criação de tal Macro Região.

Para Reschilian (2012, p. 18), existe uma tendência, tanto no Brasil, quanto nos demais países de se associar planejamento e desenvolvimento, a fim de minimizar desequilíbrios e desigualdades regionais, sendo que o processo de metropolização teve mais força nos países em desenvolvimento nas últimas quatro décadas (Id., p. 3). A institucionalização de regiões metropolitanas é permitida pela Constituição Federal, que delega aos Estados a prerrogativa de suas criações, sendo que “não existe uma normatização sobre quais os critérios para a criação de uma região metropolitana” (Id., p. 16). Dessa maneira, no estado de São Paulo, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, se soma às regiões metropolitanas de Campinas, Santos e São Paulo.

Segundo Reschilian (2012, p. 12-13)

Observou-se, seja nas audiências públicas realizadas, seja na veiculação da mídia, que parecia haver grande consenso, apesar das preocupações manifestas, de que esse é um caminho necessário para alavancar o desenvolvimento regional e que o aparato jurídico-institucional proposto dará sustentação e configurará o modelo de gestão e planejamento pretendido para alcançar tal objetivo.

Reschilian (2012, p. 6) afirma que o processo de desenvolvimento metropolitano no Brasil ganhou força ainda durante o governo militar (1964-1985), com períodos de inflexão, no período de afirmação da economia global ou na tentativa de atrofia dos estados nacionais derivada do consenso de Washington, assim como do modelo de “Estado derivado da Constituição Federal de 1988 que tornou os municípios entes federativos com autonomia, porém sem capacidade de sustentação econômico-financeira” (Id.).

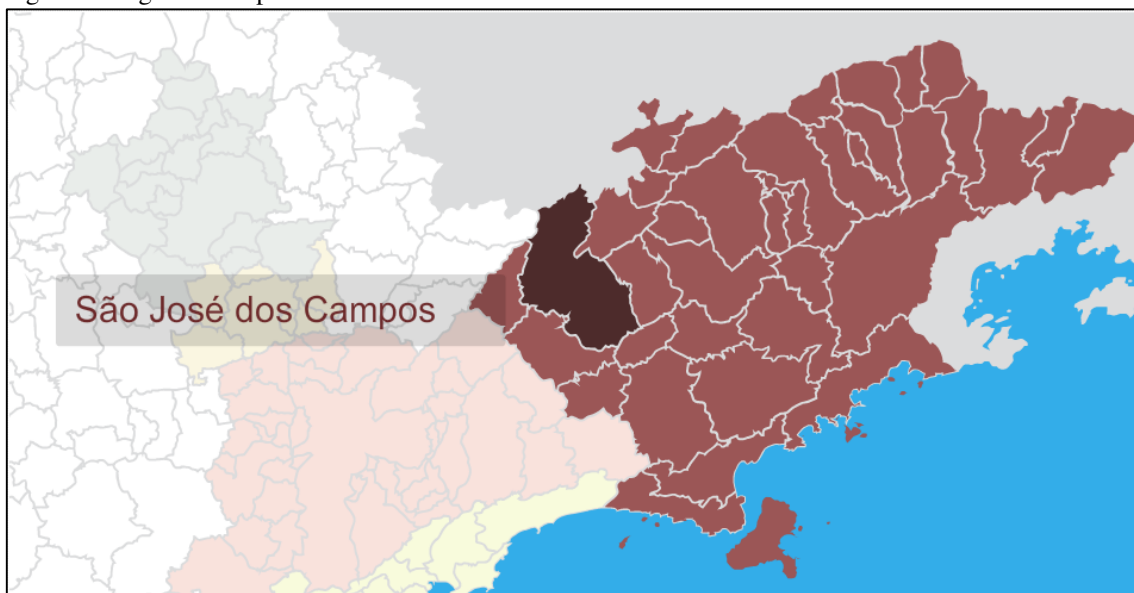
Historicamente, Reschilian (2012, p. 8) posiciona que o processo de metropolização do Estado de São Paulo e da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, se

desenhava a “pelo menos quatro décadas”, pontuando os estudos regionais realizados pela Secretaria de Economia e Planejamento na década de 1970:

Pode-se destacar o estudo Macro Eixo Paulista (1975-1978) no qual se procurou analisar e apontar diretrizes de planejamento e desenvolvimento para a região do Vale do Paraíba (incluindo-se litoral norte e Serra da Mantiqueira) inserida no contexto da descentralização sugerida no II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. A denominação desse macro eixo que identificava o eixo Rio de Janeiro - São Paulo e o Vale do Paraíba nele inserido já indicava um caminho de organização do território associado ao cenário metropolitano. Na década seguinte a realização do MAVALE (1988-1991) – Macrozoneamento do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira – realizado em parceria com o INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o CODIVAP – Consórcio Integrado de desenvolvimento do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira procurou enunciar parâmetros de planejamento regional fundamentados num conceito de zoneamento ecológico econômico. Os estudos recentes inclusive já apontam para a possibilidade de constituição de RUG's Regiões Urbanas Globais, nas quais a recém-criada RM Vale, assenta-se no eixo macro metropolitano (Rio de Janeiro - São Paulo) (RESCHILIAN, 2012, p. 8)

A Macro Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte compreende, portanto, 39 cidades, com 2, 258 milhões de habitantes em uma área de 16,1 mil quilômetros quadrados, separados em 5 sub-regiões: 1. São José dos Campos; 2. Taubaté; 3. Guaratinguetá; 4. Cruzeiro; 5. Litoral Norte (MANOUKIAN, 2011, on-line).

Figura 3- Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



Fonte: SECRETARIA..., 2012

A ideia de uma Macro Região, segundo entrevista de Reschilian concedida ao jornal O Vale (MANOUKIAN, 2011, on-line) é “ter instrumentos institucionais e orçamento para

organizar uma estrutura de planejamento e gestão visando o desenvolvimento integrado dos municípios, e, em tese, procurar alcançar certos níveis de equidade, apesar das desigualdades existentes.”. Nessa mesma entrevista (Id.), Reschilian destaca que “As experiências brasileiras, sem contar as de outros países, não lograram a longo prazo o sucesso que pretendiam [...]. Não há um pacto sócio territorial em curso que traga para o centro da arena de discussões a questão da função social da cidade”. Como caminho, sugere que “A questão a se pensar é como situar num processo de planejamento e gestão municípios com disparidades sociais e econômicas tão significativas como se tem na região.” (Id.).

4.1.2 CONDIÇÕES DE VIDA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

São José dos Campos possui o 8º maior PIB do Estado de São Paulo, com R\$22.018,04 milhões, correspondendo a 2,03% do PIB do Estado de São Paulo (O PIB..., 2012), como mostra a Tabela 4, revelando seu grande desenvolvimento econômico.

Tabela 4 - Os 10 maiores PIBs do Estado de São Paulo

Municípios	PIB (em R\$ milhões correntes)	Participação (%)	Participação Acumulada (%)
Estado de São Paulo	1.084.353,49	100,00	100,00
1. São Paulo	389.313,17	35,90	35,90
2. Guarulhos	32.473,83	2,99	38,90
3. Campinas	31.654,72	2,92	41,82
4. Osasco	31.616,45	2,92	44,73
5. São Bernardo do Campo	28.935,77	2,67	47,40
6. Barueri	26.908,07	2,48	49,88
7. Santos	22.546,13	2,08	51,96
8. São José dos Campos	22.018,04	2,03	53,99
9. Jundiaí	16.585,14	1,53	55,52
10. Santo André	14.709,60	1,36	56,88

Fonte: O PIB..., 2012

Porém, em um olhar mais atento, percebe-se que esse desenvolvimento não atinge a todos, a partir do momento que a renda é má distribuída entre seus habitantes, como se pode observar na Tabela 5, onde 50% da população com 10 anos ou mais de idade vivem com até um salário mínimo (72% com até 2 salários mínimos).

Tabela 5- Rendimento nominal mensal (Pessoas de 10 anos ou mais de Idade)

Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos e bairros	Total (1)	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) (2)								
		Sem renda (3)	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	
São José dos Campos	544.032	194.930	8.340	67.038	123.689	96.373	34.889	13.645	4.500	
%	100 %	36%	2%	12%	23%	18%	6%	3%	1%	

Fonte: IBGE, 2010.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento nominal mensal. (2) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

(3) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios

E ainda de acordo com o IBGE (2010), verifica-se também que 24% das famílias vive com rendimento de até 2 salários mínimos, como se pode observar na Tabela 6

Tabela 6 - Rendimento familiar (Pessoas de 10 anos ou mais de Idade)

Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos e bairros	Total (1)	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) (2)								
		Sem renda (3)	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	
São José dos Campos	189.503	6.051	1.040	10.390	27.913	71.497	44.168	19.560	8.489	
%	100 %	3%	1%	5%	15%	38%	23%	10%	4%	

Fonte: IBGE, 2010.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento nominal mensal.(2) Salário mínimo utilizado:

R\$ 510,00.(3) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios

A mesma desigualdade pode ser vista com relação à habitação. Diferentes metodologias apresentam diferentes e contraditórios números à respeito do déficit habitacional em São José dos Campos. Segundo Lacerda et al (2012): I) A Fundação João Pinheiro¹⁴ define déficit habitacional como (a) a necessidade de casa em função de sua precariedade, (b) em locais sem fins residenciais, como viadutos etc., (c) quando se utiliza mais de 30% de seu rendimento para o pagamento de aluguéis e (d) coabitação familiar; II) A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)¹⁵, define déficit habitacional (casas a serem substituídas) quando são moradias rústicas, isto é, feitas com material reutilizados. Exclui-se assim a coabitação familiar; III) Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp)¹⁶, (a) casas construídas com material reutilizável, (b) cômodo, (c) domicílios improvisados, (d) casas de alvenaria e/ou madeira com sanitário de uso comum a mais de um

¹⁴Responsável pelos dados das necessidades habitacionais no Brasil, valendo-se de dados do IBGE.

¹⁵Vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, calcula o déficit habitacional no estado utilizando os dados provenientes de amostragem de domicílios através da Pesquisa de Condições de Vida (PCV).

¹⁶Trabalho encomendado pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, escolhendo como metodologia de análise dos dados uma combinação entre os conceitos utilizados pela Fundação João Pinheiro e a Fundação

domicílio, (e) casas de alvenaria e/ou madeira sem sanitário. O NEPO/Unicamp salienta que não inclui no cálculo do déficit o total de famílias que vivem em situação de co-residência.

Os números oficiais da Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PDDI-2006, 2006, p. 52), foi obtido através da metodologia do NEPO/Unicamp em 2003, apresentando um déficit habitacional de 2.560 moradias na cidade. Considerando a situação de coabitação esses número vai para 7.440 moradias.

Sendo o tema de coabitação polêmico, Lacerda et al (2008, p. 3) aponta um estudo realizado em 2006 pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em parceria com o IBGE, em Campos de Goytacazes, verificando a intenção de famílias em condição de coabitação em residir em uma moradia própria. Como resultado, 64% tinha esse interesse. Sabe-se que cada realidade e localidade possuem suas especificidades, porém para ilustrar, segundo cada metodologia, a variação que pode ser encontrada nessa medição, usando os dados da NEPO/Unicamp e extrapolando os números da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro para São José dos Campos, seria possível, para Lacerda et al (2012, p. 3), incluir os números na terceira linha da Tabela 7. Outros estudos contradizem esses números, chegando inclusive a um déficit na ordem de 25.000 (ROSA FILHO, 2007, p. 95).

Tabela 7 - Déficit habitacional em São José dos Campos

Instituição/ Fonte	Números oficiais	Estimativa
NEPO/Unicamp (excluindo coabitação)	2.600	
NEPO/Unicamp (incluso coabitação))	7.440	
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro - Extrapolação		10.193
Fundação João Pinheiro		15.927
Rosa Filho, 2006		25.000

Fonte: Lacerda et al;2012; PMSJC, 2012; ROSA FILHO, 2006

O que se vê, porém, é que apesar do déficit habitacional e da desigualdade da apropriação da renda gerada na cidade, a questão habitacional, mais especificamente o mercado imobiliário, segue as tendências do mercado capitalista, fazendo desse déficit, oportunidade para a acumulação capitalista concentradora de renda.

Harvey (2009) explica o fenômeno da valorização imobiliária no mundo, através do excedente de capital sem destinação. O problema reside no capital crescendo a uma taxa anual cumulativa de 3% desde 1750, precisando encontrar maneiras de ser reinvestido, pois o capital é um processo de produção e realização, necessitando sua constante expansão e reformulação, tanto do processo do trabalho, quanto dimensões e formas de circulação. A necessidade de continuar se expandindo, em um mercado completamente aberto, significa encontrar formas de absorver o capital acumulado.

Ainda segundo Harvey (2009), a partir da década de 1970 o investimento em novas produções começa a cair, em detrimento de investimentos em ativos, ações, direitos de propriedades, que, principalmente na década de 1980, tornam-se altamente lucrativos, fazendo com que corporações cheguem a ganhar mais dinheiro “com operações financeiras do que com suas próprias coisas” (HARVEY, 2011b, p. 28). Seguindo a lógica capitalista, uma vez que o capital é aí investido, o valor destes tende a aumentar.

Destarte, mas trazendo para a realidade brasileira, tem-se na cidade de São José dos Campos, que em três anos, “o preço de imóveis na região subiu 110%. A média de preço do metro quadrado, que em 2008 era de R\$ 1.900, passou para R\$ 4.000 em 2011” (COSTA, 2012, on-line), mesmo com índices, como o da construção civil ou da inflação não seguindo a mesma tendência.

O fenômeno de valorização do espaço urbano insere-se na perspectiva apontada por Harvey (2005, p. 168-169), segundo o qual a urbanização deveria ser um “processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interage por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas”. Contudo, aponta o autor, em uma sociedade vinculada por classes, essas práticas também adquirem um conteúdo de classe definido.

Pela lógica apresentada pelo autor, “as práticas espaciais de classe, em associação com a circulação do capital, a reprodução da força de trabalho e das relações de classe, e a necessidade de controlar a força de trabalho permanecem hegemônicas” (HARVEY, 2005, p. 168-169), levando, a processos que privilegiam uma classe em detrimento da outra. Nesse sentido, afirma Maricato (2011, p. 3):

[...] uma parte da cidade é feita ilegalmente, pelas mãos dos moradores. Para que? Para manter o mercado como ele é. Para manter a propriedade imobiliária como ela é e para manter a sociedade patrimonialista. Toda a população de zero a três salário está fora dessa cidade.

Tal perspectiva analítica, associada à compreensão de que o capital enfrenta sua crise interna com múltiplas e perversas estratégias as quais afetam a vida das e nas cidades, reflete em novas configurações sociais e novas “estratégias de sobrevivência” por aqueles que são mais afetados pela desigualdade gerada.

4.1.2.1 LUTAS SOCIAIS E A QUESTÃO HABITACIONAL EM SJC

Se propor a analisar a Ocupação Pinheirinho como um evento isolado do contexto histórico, social e habitacional da cidade de São José dos Campos, é reduzir o ocorrido a um golpe de sorte, oportunismo ou interesses pessoais, políticos ou de pequenos grupos, como muito se ventilou pela cidade. Nesse sentido, acreditar que a Ocupação Pinheirinho foi um fato isolado é acreditar que a sua existência – e posterior remoção – não terá reflexos na cidade de São José dos Campos, ou mesmo na Região em que a cidade se insere.

Existe uma ampla literatura que trata da problemática habitacional no Brasil¹⁷. Por não ser o foco desta pesquisa, toma-se a liberdade de não se aprofundar no tema, destacando apenas algumas passagens de interesse.

O problema habitacional de São José dos Campos não é recente e acompanha um movimento semelhante ao apresentado em outras regiões do Brasil. Maricato (2008), afirma que “A questão da terra está no centro dos conflitos sociais que alimenta a desigualdade social”. Segundo (SURIANO & RESCHILIAN, 2012, p. 196), em se tratando de São José dos Campos, “A habitação entrou na agenda do poder público municipal como um programa para erradicar as favelas”.

Sob a intervenção da Era Vargas, em 1932-1933 foram definidos quatro zonas para cidade: Comercial, Sanatorial, Residencial e a Industrial (SILVA, 2008, p. 56). Rosa Filho (2002, p. 52) identifica a primeira favela em São José dos Campos em 1930, surgida apenas três anos após a inauguração da Tecelagem Parayba. Dada a sua localização, esse núcleo ficou conhecido como Banhado, hoje conhecido como Jardim Esperança. Em 1932, surge o segundo núcleo, chamado de Linha Velha, hoje Santa Cruz. Destaca-se nesta década a migração de trabalhadores vindos do Sul de Minas Gerais (SILVA, 2008, p.56).

A construção da Via Dutra, na década de 1950, gerou uma supervalorização imobiliária, com o aparecimento de loteamentos de luxo em sua proximidade, fazendo com que loteamentos populares se concentrassem em áreas rurais mais distantes dela. Nessa época, foram aprovados 88 loteamentos pela municipalidade, sendo que a cidade contava com 24 loteamentos clandestinos. Surge também nessa década a favela conhecida como Santa Cruz II (SANTOS, 2006; SILVA, 2008, p. 56).

Segundo Santos (2006) e Silva (2008, p. 61), na década de 1960, devido ao crescimento da cidade e o início do conflito pela sua ocupação, é criado um Plano Diretor (o primeiro

¹⁷ (VALLADARES E FIGUEIREDO, 1981; KOWARICK (1994, 2000), MARICATO, 1979, 2009, 2011; ROLNIK, 2009).

publicado em 1969 e o segundo em 1970). Define-se, então, um sistema viário, uma nova lei para loteamentos, a regulamentação de determinados loteamentos clandestinos e a flexibilização na classificação das zonas da cidade (SILVA, 2008, p. 62).

Ainda incapaz de suprir a demanda habitacional, São José dos Campos torna-se cidade-vitrine do milagre econômico (1968-78) acentuando a migração. É percebido um aumento do valor dos imóveis na cidade (SILVA, 2008, p. 62).

Em 1973, haviam quatro núcleos de favelas em São José dos Campos (soma-se aos núcleos anteriores a favela conhecida como Vidoca e a da Vila Guarani), com 430 barracos e um total de 1926 habitantes – um salto de 100% com relação à década de 1950 (ROSA FILHO, 2002, p. 46-47). Nessa época a migração é diversificada, com pessoas de outras regiões do Brasil. Em 1976, foi criado o Conjunto Habitacional São Judas Tadeu, localizado em uma região então afastada da cidade, com a função de remover a população da favela Linha Velha (ROSA FILHO, 2002). Em 1977-78, com déficit habitacional em 13 mil casas, já com a existência de 12 núcleos de favela, elaborou-se o Primeiro Plano de Desfavelamento, prevendo a reurbanização desses núcleos (SURIANO & RESCHILIAN, 2012, p. 196). Na prática, porém, aprovou-se a “Lei nº 2007/78, que instituiu a criação da Empresa Municipal de Habitação (EMHA), com a principal diretriz de planejar e executar programas de erradicação de favelas, cortiços e outras habitações inadequadas” (Id.). Suriano & Reschilian (2012, p. 196) a esse respeito afirmam: “o que ocorreu foi a transferência da população das favelas localizadas nas áreas centrais para loteamentos periféricos, como o Conjunto Elmano Ferreira Veloso, na região Sul, em 1980.”. Esse loteamento, assim como a maneira que a Zona Sul se insere nesse contexto, por estar diretamente relacionado com a Ocupação Pinheirinho, será tratado com mais detalhes em seção a seguir. Silva (2008), afirma que o processo de remoção segue a tendência de construção de unidades habitacionais em regiões distantes do centro. Nesse sentido Rosa Filho (2002) afirma:

A remoção de moradores de fato da área central para a periferia, viria modificar e dificultar as suas vidas. A acessibilidade a equipamentos urbanos e sociais ficava mais difícil. A partir de então, esses moradores passavam a depender de transporte próprio ou coletivo para se locomoverem ou para o emprego ou para quaisquer outros afazeres no centro da cidade ou em outro local. O acesso à saúde, à educação e ao lazer, também ficava mais difícil. A população sentia-se obrigada a permanecer nessas áreas afastadas, pois sua condição econômica dificultava deslocamentos (ROSA FILHO, 2002, p. 72).

Em 1984, após alguns escândalos, a EMHA é fechada.

Forlin e Costa (2010 apud SURIANO & RESCHILIAN, 2012, p. 196) destacam que “[Os programas habitacionais da cidade] [...] não atenderam à população que recebia até 3 salários mínimos, pois o financiamento de lotes urbanizados e casas populares eram voltados para a população cuja renda era de até 10 salários mínimos.”. Nesse sentido, afirma Maricato (2009, p. 37)

As diversas formas de provisão da moradia [...] constituem um conjunto contínuo e interdependente: se o mercado é muito restrito às camadas de mais altas rendas, como acontece no Brasil, e o investimento público é escasso, a produção informal fatalmente se amplia, pois, como já foi destacado, todos moram em algum lugar.

Na década de 1980, época que o município recebe investimentos de base estatal (ROSA FILHO, 2002, p. 47), foram aprovados 67 loteamentos, chegando a uma oferta de 25 mil lotes. Nessa década, ocuparam-se os vazios urbanos existentes na cidade (SILVA, 2008, p. 64). Espalhavam-se pela cidade 12 favelas (ROSA FILHO, 2002). Com a criminalização dos loteamentos clandestinos, somado à crise econômica vivida no país, a cidade apresenta um acréscimo em seu déficit habitacional. No final desta década, a cidade contabilizava 17 favelas, totalizando 884 barracos (ROSA FILHO, 2002, p. 47). A tratativa dada pela municipalidade às favelas e a sua população é explicada por este autor da seguinte maneira:

[...] devido a uma determinação do poder executivo municipal de não proliferação de favelas, alguns funcionários da fiscalização faziam ronda pelo município para não deixar formar núcleos, principalmente, na região central da cidade. Havia uma escala de fiscais para saírem à noite e se percebessem qualquer construção de barracos, eles avisavam imediatamente a polícia para as devidas providências (ROSA FILHO, 2002, p. 58).

A década de 1990 se inicia com uma crise econômica afetando as condições de vida da população com desemprego e a alta inflação. Nesta década, Segundo Silva (2008, p.64), foi aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, PDDI (Lei Complementar n. 121/95) e em 1997 uma nova Lei de Zoneamento (Lei Complementar n. 165/97). Nessa década, aprovou-se cerca de vinte loteamentos e cinco conjuntos habitacionais. Poucos lotes foram ofertados e manteve-se a dinâmica da ocupação dos vazios urbanos (SILVA, 2008, p.64). Ainda segundo pesquisas de Silva (idem), o Ex-Secretário de Obras e Habitação do Município de São José dos Campos no período 1993/1996, Luiz Carlos Raimundo Pontes relata:

Tinha uma fila de mais de sete mil famílias e essa fila não andava. Ao mesmo tempo a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) estava fazendo quase mil e quinhentas (ou mil e duzentas) casas aqui. A Caixa Econômica Federal já tinha feito o D. Pedro I, que era um número grande também de casas, me parece que

mil e duzentas casas, algo assim. Já tinha o Campo dos Alemães, que tinha sido começado pelo Bevilacqua. Então a gente verificava o seguinte: que aquela zona sul era um barril de pólvora, porque só tinham pessoas carentes amontoadas lá e não tinha estrutura. Hoje tem asfalto, tem água, tem esgoto, mas quando nós chegamos as ruas eram de terra, a água só tinha em parte, tinha lugar que não chegava água, aquelas mil e duzentas ou mil e trezentas casas que a CDHU estava fazendo a previsão de água era para chegar a dois anos para frente.

Segundo Rosa Filho (2002) a cidade apresentava nessa época 28 núcleos de favelas e 140 loteamentos clandestinos. Suriano e Reschilian (2012) afirmam que na década de 1990, sob o governo da Ângela Guadagnin (1993-1996):

[...] diferentemente do que havia sido feito nas administrações anteriores, adotou a política habitacional de investir na urbanização de favelas e na regularização de loteamentos irregulares, e criou o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação, com o intuito de construir casas populares, garantindo, assim, o acesso à infraestrutura, ao transporte e ao emprego.

É importante lembrar, entretanto, que durante o Governo da. Ângela Guadagnin na cidade de São José dos Campos, entre os anos de 1993 e 1996, houve a remoção de aproximadamente 70 famílias já no bairro do Campo dos Alemães.

Já na década de 2000, foi implantado o projeto “Habitar São José”, prevendo intervenções nas favelas. Volta-se a política de erradicação de favelas. Segundo dados de Rosa Filho (2002, p. 48), “[...] durante o ano 2000, a cidade atinge o total de 538.909 habitantes, com 9.230 moradores de favelas, em 22 núcleos, 12 mil famílias nos 120 loteamentos clandestinos e, também, cortiços.”. Ainda de acordo com Rosa Filho (2002, p. 75) o Plano de Desfavelamento dessa gestão, priorizava a remoção das favelas localizadas em áreas centrais, revelando o interesse imobiliário por trás destas ações.

Esse projeto, parte da plataforma política de quatro gestões municipais do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), se manteve até o final do ano de 2012. Inicia-se, então, o mandato do Prefeito Carlinhos Almeida (Partido dos Trabalhadores – PT), que manteve fortes críticas às ações de remoção dos governos passados.

Espera-se, com a breve exposição do histórico da questão habitacional de São José dos Campos que, logicamente, está inserido no brasileiro, fornecer um pano de fundo para a compreensão desta pesquisa e da Ocupação em si.

4.1.2.2 O BAIRRO CAMPO DOS ALEMÃES

Devido ao Pinherinho estar localizado na Zona Sul de São José dos Campos e, como será visto mais adiante, a alta frequência de referências pelos sujeitos entrevistados à essa Zona, mais especificamente ao bairro Campo dos Alemães, esse capítulo visa contextualizar esse bairro, abordando alguns dados históricos e socioeconômicos relevantes para a pesquisa. Para isso, é de fundamental importância o trabalho de Rosa Filho (2007).

Segundo a pesquisa de Rosa Filho (2007), são conhecidas duas versões sobre as origens do bairro Campo dos Alemães. Uma delas é adotada como oficial pela prefeitura da cidade e a outra permeia o imaginário popular, principalmente dos sujeitos que residem ou residiram lá. Por diversas vezes durante as entrevistas, é feita alusão à versão popular da história do bairro, reforçando a pesquisa realizada por Rosa Filho (2007).

Segundo a versão dos moradores, a área que hoje compõe o bairro, pertencia a um casal alemão, que foi assassinado em uma de suas visitas à cidade, mais especificamente no bairro Jardim Paulista, localizado na Zona Central. Sem herdeiros, a prefeitura se apossou das terras para a construção de um conjunto habitacional (ROSA FILHO, 2007, p. 115).

Ainda segundo Rosa Filho (2007, p. 116) a versão oficial da Prefeitura de São José dos Campos, diz que a Câmara Municipal, em 1907, arrendou 400 alqueires do chamado Campo do Rio Comprido para uma empresa alemã de nome Companhia de Matérias Taníferas, de cultura de acácias. Tal companhia fez um alto investimento em plantações e benfeitorias. Porém, com o advento da Primeira Guerra Mundial, a empresa foi abandonada, já que sua diretoria estava situada na Alemanha.

O então prefeito João Alves Cursino reapossa as terras, resultando em uma ação judicial do Banco Alemão. A seguir as terras com benfeitorias da cultura de acácias foram vendidas a D. Borges e Cia, com sede no Rio de Janeiro e a terra sem benfeitorias, vendida a Uriel Gaspar e Cia. Por fim, ainda foram arrendadas outras terras no Campo do Rio Comprido (ROSA FILHO, 2007, p. 117). Ainda segundo o autor, parte dessas terras foi vendida em um plano de loteamento, o Colonial Paraíso. Na Figura 4, corresponderia ao que hoje se denomina os setores 15: Jd. Oriente/ Morumbi e 16: Parque Industrial. A parte não ocupada, em 1973, foi declarada de utilidade pública para a implantação de um Distrito Industrial pelo prefeito Brigadeiro Sérgio Sobral de Oliveira, porém o projeto perdeu sua validade depois de 5 anos, sendo então declarada área de Interesse Social pelo prefeito Joaquim Ferreira Bevilaqua, em 1978/1979. Dessa forma, transcorreu a desapropriação da área, com o desenvolvimento do projeto de loteamento Campo dos Alemães, em 1987, com área de 808.345,86 m² e Campo dos Alemães II, com área de

386.493,24 m², em 1988. Ainda dentro da área dos Campos dos Alemães, foram implantados os Conjuntos Residenciais D. Pedro I e D. Pedro II – governo municipal, estadual e federal – assim como o Conjunto Habitacional Elmano Ferreira Veloso, implantado em 1980 e regularizado em 1991 (ROSA FILHO, 2007, p. 118).

Figura 4 - Setores de São José dos Campos



Fonte: NEPO..., 2003.

Marcado por discontinuidades e interrupções, o Programa de Habitação popular do Campo dos Alemães, que teve início em 1980 com o Conjunto Habitacional Elmano Ferreira Veloso - 847 lotes-, não teve continuidade. Já em 1986, a Empresa Urbanizadora Municipal (URBAM)¹⁸ retoma os trabalhos e é realizado um censo da população favelada, com abertura de inscrição para a aquisição de lotes.

¹⁸URBAM foi fundada em 10 de outubro de 1973 como uma sociedade de economia mista, e tem a Prefeitura de São José dos Campos como sua acionista majoritária. Com o objetivo de gerenciar e executar uma variada gama

Rosa Filho (2007, p. 102), sobre o Plano Diretor do Loteamento do Campo dos Alemães de 1989, aponta que “em maio de 1988, foram sorteados 934 lotes, dos quais 112 não possuíam rede de água com ligação domiciliar. Em outubro de 1988 foram sorteados 2.943 lotes sem rede de água e sem conclusão de serviços de terraplanagem”. Os lotes eram sorteados, com sistema de pontuação, dando preferência às famílias com até 3 salários mínimos e moradores de favelas.

Ainda de acordo com a pesquisa de Rosa Filho (2002, p. 103), poucos compradores que adquiriram os lotes iniciaram a sua construção - aproximadamente metade deles. Para otimizar a implantação de infraestrutura, foi então incluído nos critérios de destinação dos lotes a possibilidade de seus proprietários iniciarem imediatamente a construção. Quem já havia comprado, e não tinha condições de iniciar a construção, foi convocado e recebeu um termo de credenciamento para liberação futura do lote. Na época, cerca de 250 famílias moradoras de favelas localizadas em áreas valorizadas imobiliariamente e centrais, como a do Caramujo¹⁹, Santa Cruz (Linha Velha)²⁰ e Banhado²¹, foram removidas para o loteamento do Campo dos Alemães.

Vale lembrar que, pouco antes, em 1977 surge o primeiro Plano de Desfavelamento, devido ao crescente número de favelas que se formava em São José dos Campos. Nesse plano, liderado por sociólogos, dava-se preferência em manter os moradores em suas localidades ao invés de removê-los para áreas distantes, em uma tentativa de urbanizar as favelas, prevendo um menor impacto para seus moradores, mostrando um maior compromisso social. Porém esse plano foi alterado, enquanto Ednardo José de Paula Santos estava à frente da gestão executiva da prefeitura, sendo sancionado em 1978. Com as alterações, foi criada em 1978, a Empresa Municipal de Habitação (EMHA) pela Lei nº 2007/78, no que constava em suas funções erradicar favelas, cortiços e outras “habitações inadequadas” e “higienizar” as áreas ocupadas, prevendo parcerias com “organismos oficiais ou entidades particulares ligadas ao problema” (ROSA FILHO, 2002, p. 71).

Como citado, em 1991, também na região Sul, através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e do Plano de Ação Imediata de Habitação Popular (PAIH), foram criados os conjuntos D. Pedro I, com 2.000 unidades e D. Pedro II, com 1.726 unidades que não chegaram a ser comercializadas, pois foram ocupadas previamente.

de serviços de infraestrutura essenciais para a comunidade joseense, a URBAM tem se desenvolvido e se adaptado às transformações das áreas urbanas nas últimas décadas (Disponível em: <<http://urbam.com.br/site/Empresa/Urbam.aspx>>. Acesso em: 23maio 2013).

¹⁹Região Sul.

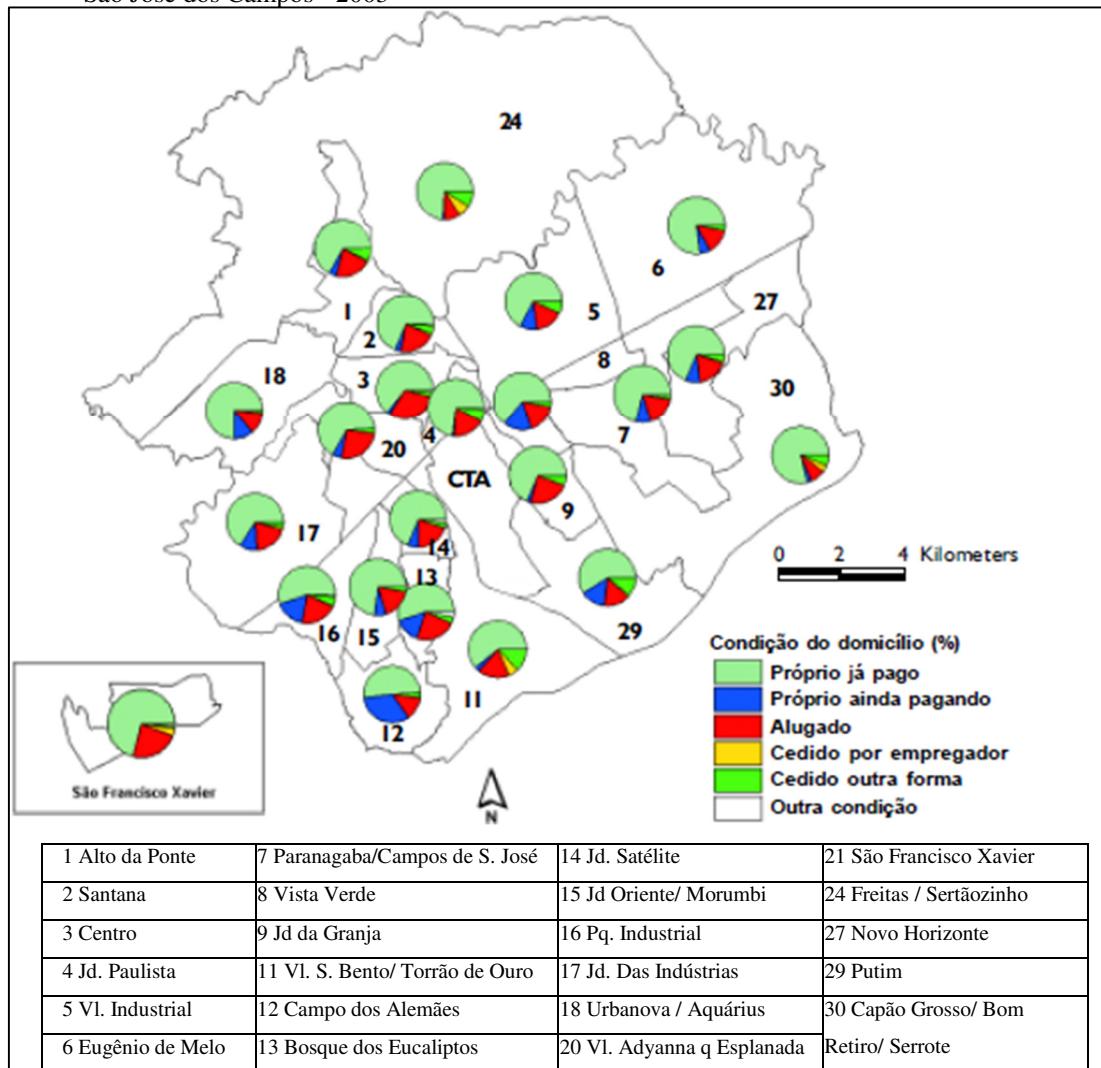
²⁰Região central.

²¹Região central.

A distância dos bairros, somada ao grande adensamento populacional, a falta de infraestrutura básica e ausência de equipamentos urbanos, se transformou em sérios problemas e reivindicações dos moradores desses bairros, que passaram a conviver com uma forte violência e com o difícil acesso à cidade e ao mercado de trabalho.

Dados do Atlas das Condições de Vida em São José dos Campos (NEPO..., 2003) fornecem uma perspectiva do setor socioeconômico do Campo dos Alemães, previamente à ocupação do Pinheirinho, ocorrida em 2004. Com relação à condição do domicílio, vê-se na Figura 5 que a região socioeconômica do Campo dos Alemães possuía a maior concentração de domicílios ainda em pagamento (33%) de São José dos Campos. Dessa forma, o número de domicílios “próprios já pagos” torna-se um dos menores da cidade de São José dos Campos. Outro dado interessante é a pequena porcentagem de domicílios na condição “cedido outra forma”, dado o histórico da região.

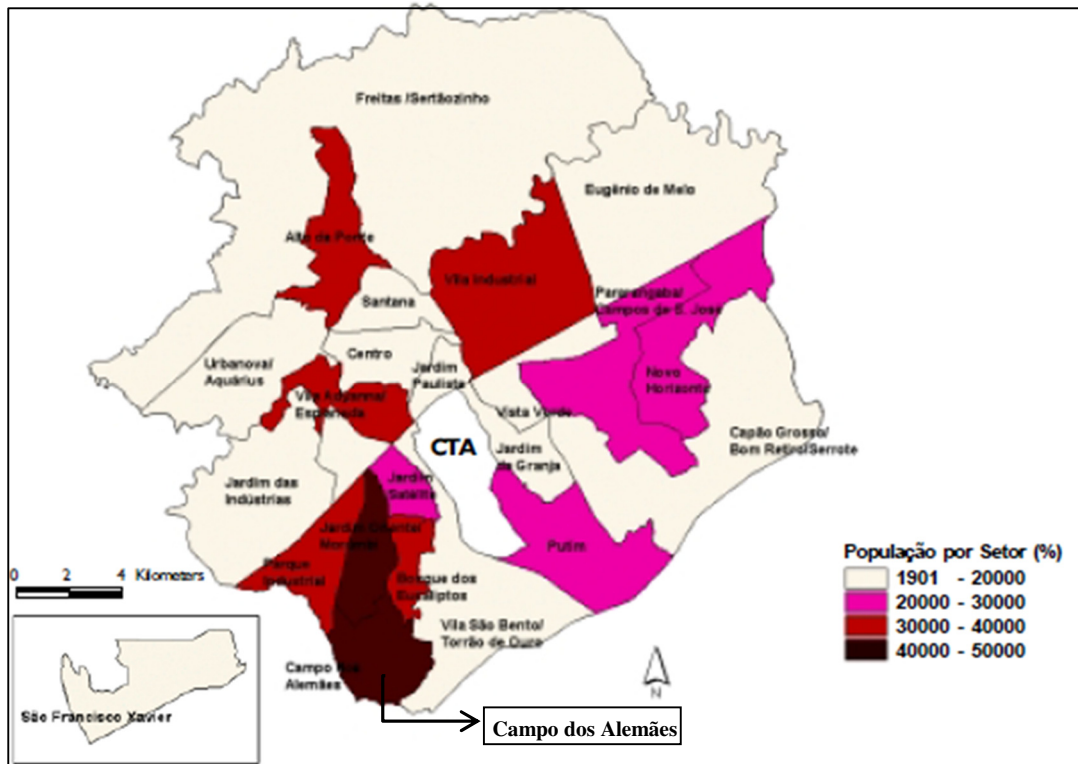
Figura 5 - Percentagem de Domicílios Urbanos por Condição Setores Socioeconômicos do Município de São José dos Campos - 2003



Fonte: NEPO..., 2003

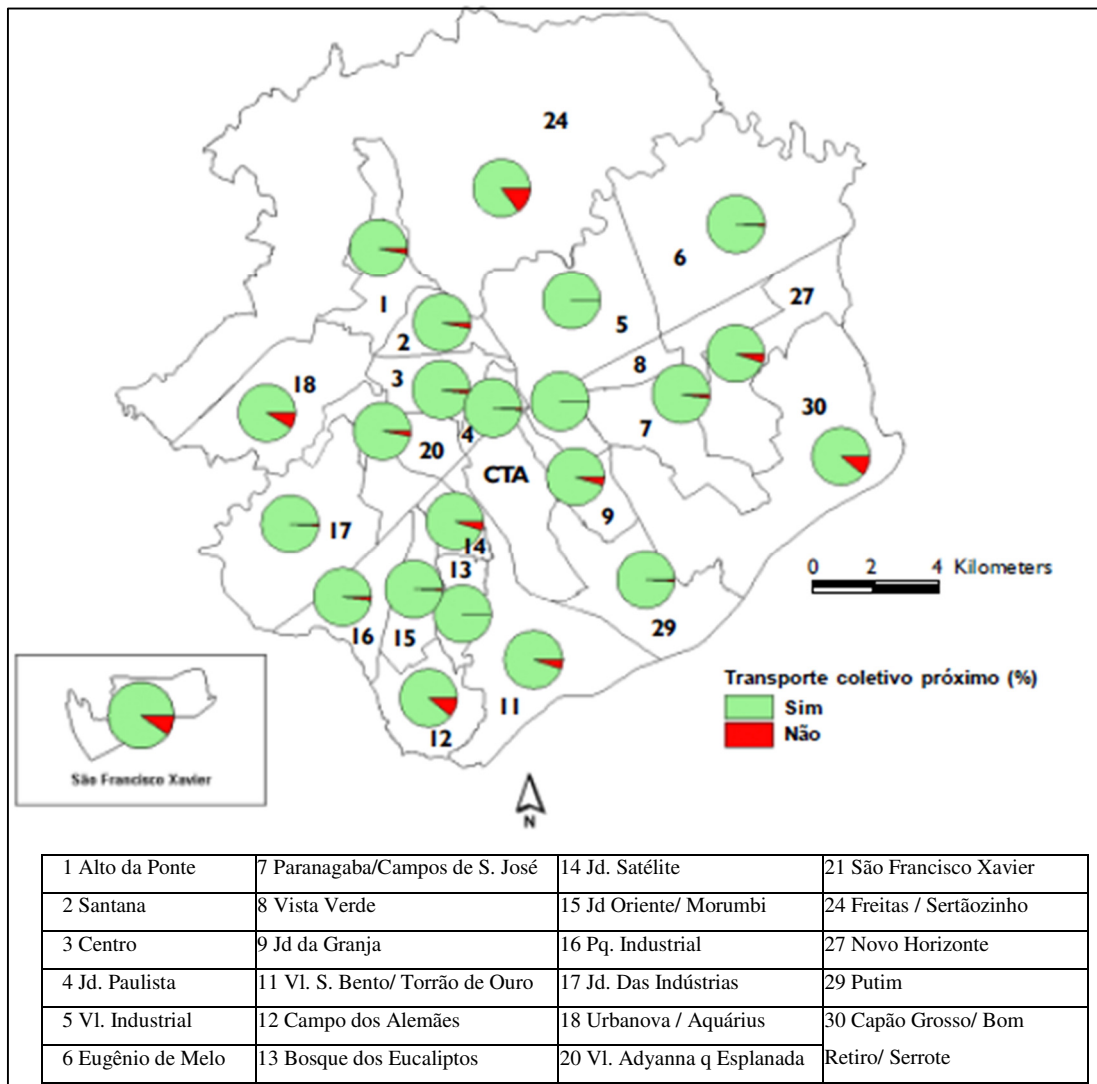
A Figura 6 revela que o setor socioeconômico do Campo dos Alemães é extremamente adensado, apresentando a maior concentração de habitantes de São José dos Campos, juntamente com o Jardim Oriente e Morumbi. Contraditoriamente, apresenta um dos menores níveis de proximidade de transporte coletivo da cidade, como pode ser visto na Figura 7.

Figura 6 - Número de Habitantes segundo Setores Socioeconômicos - Município de São José dos Campos - 2003



Fonte: NEPO..., 2003.

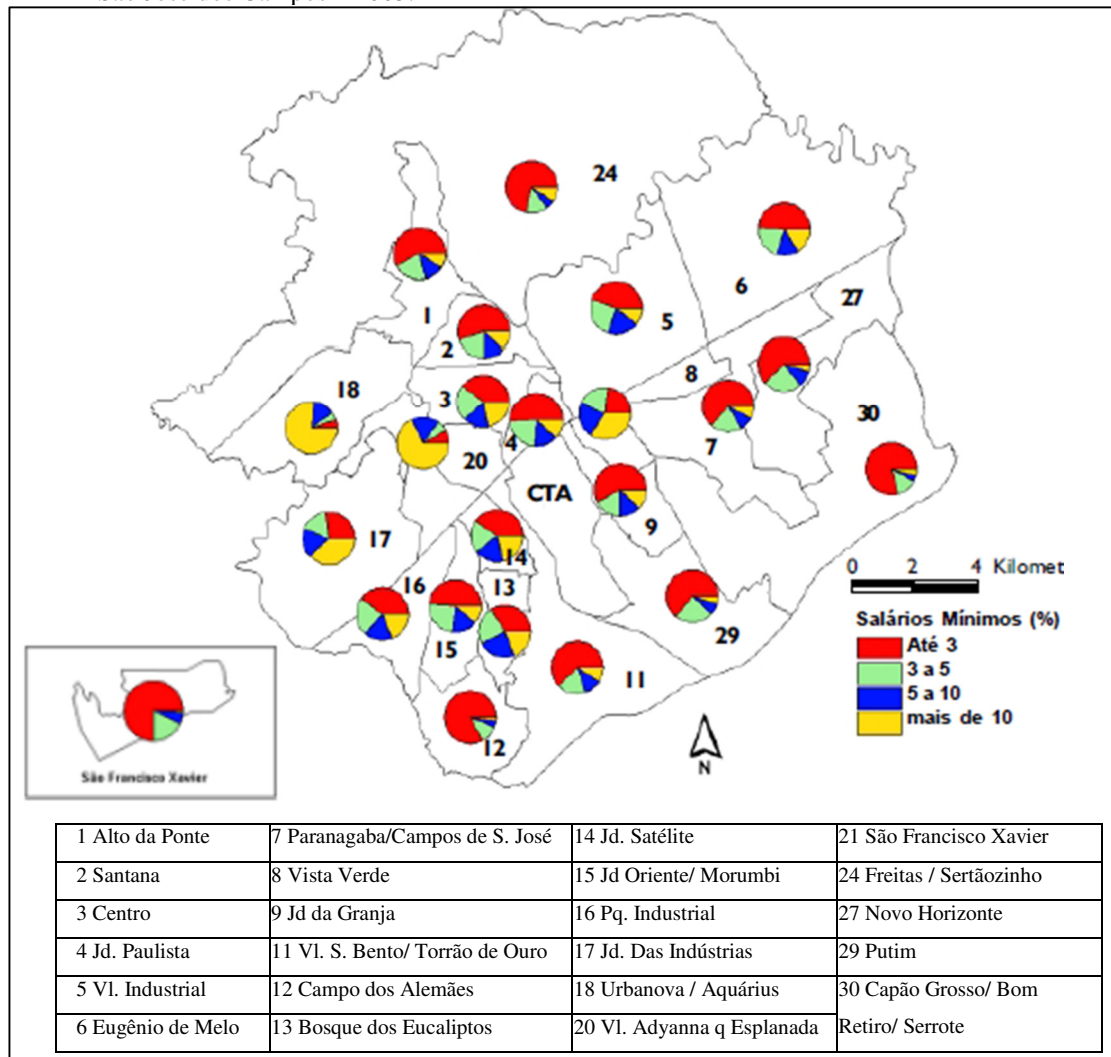
Figura 7 - Percentagem de Domicílios Urbanos por Proximidade de Transporte Coletivo Setores Socioeconômicos do Município de São José dos Campos - 2003



Fonte: NEPO..., 2003

Outro dado de extrema relevância, é o rendimento familiar desse setor socioeconômico. Apesar de, na época, a cidade apresentar, segundo a pesquisa da NEPO... (2003), apenas 43% dos domicílios com rendimento mensal de até 03 salários mínimos, setores como o Campos dos Alemães chegam a apresentar 70% de domicílios nesta faixa de rendimento. Em contrapartida, setores como Vila Adyanna/Esplanada e Urbanova/Aquários, 60% dos domicílios apresentam renda superior a 10 salários mínimos (NEPO..., 2003, p. 28), como apresentado na Figura 8.

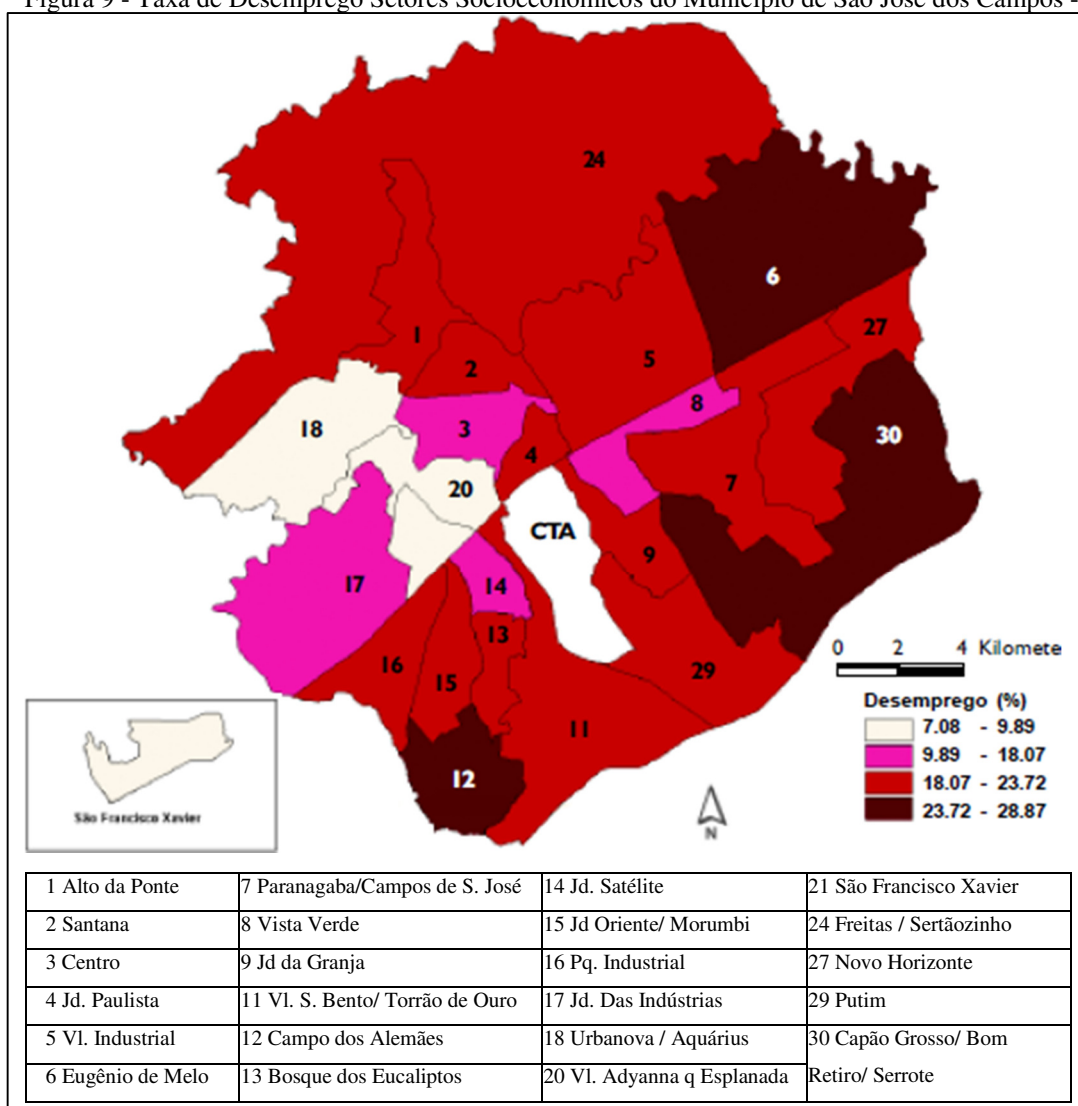
Figura 8 - Renda Total das Famílias em Salários Mínimos - Setores Socioeconômicos do Município de São José dos Campos – 2003.



Fonte: NEPO..., 2003

O baixo rendimento das famílias do Campo dos Alemães, justifica-se, também, pela alta taxa de desemprego apresentada na Figura 9. Pode-se notar que esse setor, apresenta uma das maiores taxas de desemprego da cidade, entre 27% e 28%, enquanto que no Setor Urbanova/Aquarius, esse valor é de apenas 7% (NEPO..., 2003, p. 29).

Figura 9 - Taxa de Desemprego Setores Socioeconômicos do Município de São José dos Campos - 2003



Fonte: NEPO..., 2003

O alto nível de desemprego “formal” da região é compreendido, dada a frequência do tema da informalidade e da precariedade do trabalho como um todo, contido nas falas dos entrevistados a respeito das estratégias para fazer a sua renda. Esse assunto será tratado novamente na seção de “*Resultados e Discussões*”, principalmente para a compreensão de que o trabalho informal está diretamente relacionado à lógica capitalista e, mais do que ser uma opção ao desemprego, é uma “opção” do capitalismo e para o capitalismo.

4.2 TRAJETÓRIAS DE VIDA

Inicialmente, buscou-se nas trajetórias de vida dos sujeitos entrevistados, apesar da heterogeneidade de suas histórias e experiências, pontos em comum que possam dar pistas para

compreender a ocupação Pinheirinho como “alternativa” à moradia. Portanto, trata-se de uma seção que analisa fatos que se iniciam **anteriormente à existência da Ocupação**.

Esses dados podem, eventualmente, necessitar um aprofundamento na história particular de cada entrevistado, assim como a necessidade de análise específica de um tema. Dessa forma, entende-se que a íntima relação entre onde e como os sujeitos residiam, o mercado e o tipo de trabalho, além dos custos da moradia, merecem um destaque nesse estudo.

Cabe destacar, entretanto, que muitas trajetórias, a fim de atender aos objetivos desta pesquisa, foram **“desmembradas” em pequenas histórias** ou destacadas em **pequenos momentos ou relatos específicos**. Porém, entende-se que a trajetória como um todo de cada sujeito entrevistado pode ser compreendida ao longo da pesquisa.

4.2.1 OS FILHOS DO BAIRRO CAMPO DOS ALEMÃES - ZONA SUL

Um dos aspectos marcantes nas entrevistas refere-se a frequência que a Zona Sul da cidade de São José dos Campos foi mencionada, principalmente o bairro do Campo dos Alemães, e a íntima relação que essa região guarda com ida desses moradores para o Pinheirinho.

Dos seis entrevistados analisados em profundidade, cinco residiram na Zona Sul antes de irem para o Pinheirinho, como afirma Dina: “*Eu morava na rua 65 no Campo dos Alemães*”; Marta por sua vez afirma: “*[Eu morava] aqui mesmo, zona sul, sempre zona sul. Mas morava na rua de trás [...] na rua 35 do Campo [dos Alemães] [...]*”. Cafú relata: “*Morei a maioria da minha vida no [Bairro] Jardim Satélite²²[...]*”, assim como Irene. Dinho, vindo de outra cidade, morou com seu filho no D. Pedro²³. Já Vinda, morava no bairro Novo Horizonte²⁴.

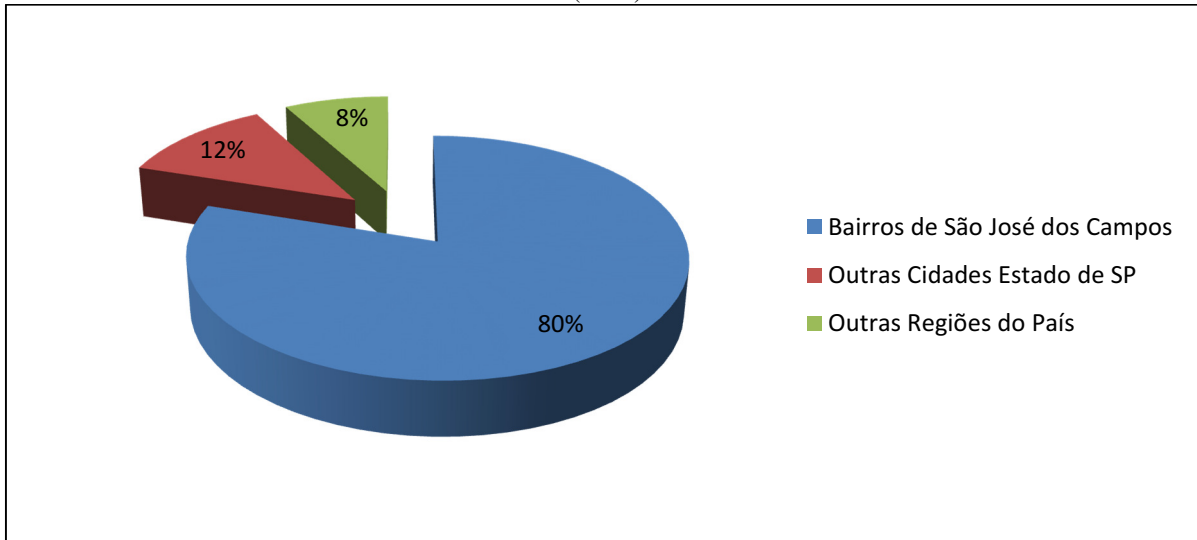
Esses dados vão de encontro com a pesquisa realizada por Forlin e Costa (2010, p. 146), dentro da Ocupação Pinheirinho, no período de Junho a Outubro de 2006, com 150 famílias que residiram na Ocupação, na qual, em sua grande maioria, eram moradoras de São José dos Campos, mais especificamente na Zona Sul da Cidade, anteriormente à Ocupação, como pode-se ver no Gráfico 2 e Gráfico 3

²²Localizado na Zona Sul de São José dos Campos, bairro mais próximo da região central da cidade com relação aos outros bairros da mesma zona.

²³Parque D. Pedro, conjunto habitacional popular localizado no extremo sul de São José dos Campos.

²⁴Região leste.

Gráfico 2- Local de Moradia anterior ao Pinheirinho (2006).



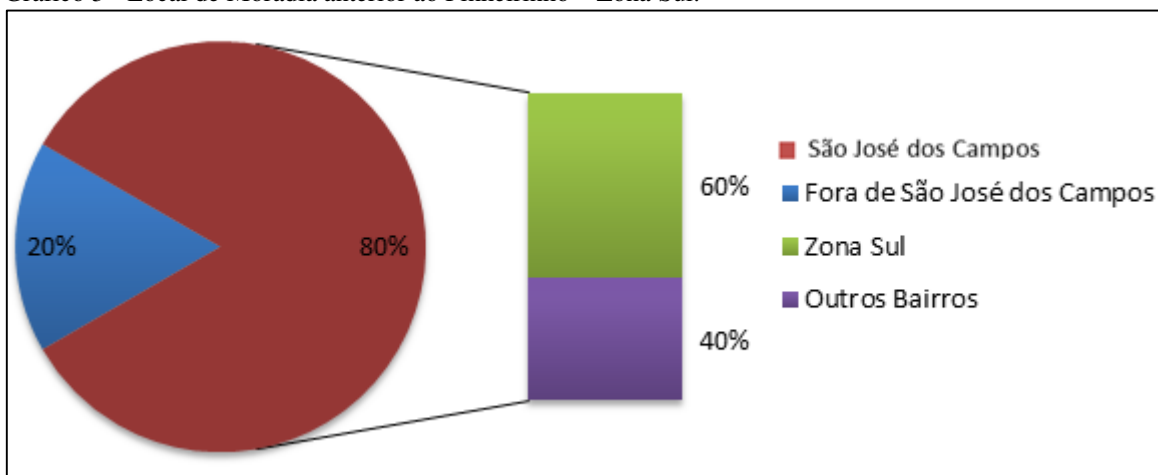
Fonte: FORLIN e COSTA, 2010.

No Gráfico 2, é possível perceber que a maioria das famílias (80%), já residiam em São José dos Campos. Esse dado é interessante, uma vez que contraria a ideia de que o Pinheirinho era constituído, majoritariamente, por migrantes, motivado e reproduzido nos meios de comunicação com notícias que trabalham a subjetividade de quem as lê, deixando “algo a entender”²⁵.

Ainda de acordo com a pesquisa de Forlin e Costa (2010), dessa população (80% de moradores de São José dos Campos), 60% vieram da Zona Sul, como apresentado no Gráfico 3, ou seja, aproximadamente 50% do Pinheirinho residia na Zona Sul da Cidade anteriormente à Ocupação.

²⁵Notícias veiculadas em grandes meios de comunicação contribuíam para esse pensamento, com manchetes de fácil absorção e imediata associação com notícias “ventiladas” na cidade. Para exemplo, consultar MIGRANTES..., 2012.

Gráfico 3 - Local de Moradia anterior ao Pinheirinho – Zona Sul.



Fonte: FORLIN e COSTA, 2010.

O discurso de Dina corrobora com esses dados. Segundo ela, o Pinheirinho foi formado pelos filhos dos moradores dos bairros carentes da Zona Sul de São José dos Campos:

[...] Porque eu sou, minha mãe é do Campo dos Alemães. Todo mundo que você via [também era de lá]. Não tinha um que morava ali que você falasse, a não ser os idosos: ‘nossa, mas você morava aonde?’ ‘Eu morava na rua 2 [do Campo dos Alemães]’. ‘Ah morava no [bairro Residencial] União!’. E então o Pinheirinho foi formado por filhos desses bairros. [...] Ai, depois de um certo tempo que um monte de pessoas de fora foram chegando (DINA).

Esses dados são importantes, primeiramente por questionar um dado empírico, presente no ideário dos Joseenses, associando os moradores da Ocupação a oportunistas sendo vistos como algo “negativo” à cidade.

Por outro lado, conhecendo a longa história de políticas públicas destinadas à região, como destacado na seção “*Lutas Sociais*” e “*O Bairro do Campo dos Alemães*”, que se assemelham à montagem de um quebra-cabeça com peças de diversos temas misturadas e incompletas, com uma infraestrutura sempre atrasada com relação aos demais bairros da cidade, concentração de trabalhos precários, além dos baixos índices de rendimento e alta densidade demográfica, é possível contextualizar as entrevistas e dar pistas sobre “motivos” da ida para a Ocupação Pinheirinho, uma vez que “pelo prisma das mobilidades urbanas e seus territórios, a história passada não se volatiliza nas brumas do tempo [...]. Ela está corporificada e incorporada nos espaços e seus artefatos” (TELLES, 2010, p. 86). Vale reforçar que essa afirmativa se encaixa perfeitamente nesse estudo, uma vez que Telles (2010, p. 86), ao analisar falas de moradores de sua pesquisa realizada nas periferias da cidade de São Paulo, conclui: “Vistas de hoje, com suas ruas pavimentadas, razoável cobertura de serviços e equipamentos urbanos, mal

deixam imaginar o ‘fim de mundo’ que eram no início dos anos 70”, parecendo estar se referindo ao bairro Campo dos Alemães em São José dos Campos, sobretudo quando faz referência ao “ciclo de integração urbana”, destacando o popular conceito de “periferia” que ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980 em grandes cidades brasileiras.

4.2.2 A PRECARIIDADE DO TRABALHO

O mundo do trabalho, nos últimos 30 anos, sofreu grandes mudanças e muito se discute a seu respeito, com questionamentos no sentido de seu esgotamento, assim como da própria classe trabalhadora. Trata-se, ainda, de uma categoria importante como força estruturante da vida social?

Acredita-se que para tal análise, seja necessário ajustar o foco para essa questão, uma vez que ao utilizar referenciais do “modelo fordista” ou de seu ideário, pode-se perder de vista como o trabalho se apresenta nos dias de hoje, em constante “mutação”, para utilizar a definição de Antunes (2004, p. 335).

Se, por um lado, é preciso ajustar o foco, por outro, seguindo as pistas de Telles (2010, p. 95 et. seq.), não é de se estranhar encontrar novas configurações societárias a partir dessas transformações. Antunes (2004, p. 335), a esse respeito, afirma que a “classe trabalhadora não é idêntica àquela existente em meados do século passado, ela também não está em vias de desaparecimento”. É preciso atentar que a flexibilização do contrato de trabalho, o trabalho sem forma, informalizado, acaba redefinindo as relações de classe, direitos e relações sindicais, distanciando-se dos modelos dos “tempos fordistas” (TELLES, 2010, p. 84; OLIVEIRA e RIZEK, 2007, p. 27).

Antunes (2012, p. 336), em suas análises sobre as mutações no mundo do trabalho, considera que a “classe-que-vive-do-trabalho”, ou seja, “homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho” e são “despossuídos dos meios de produção”, vivem mudanças, as quais afetam sua condição de vida e trabalho.

Nesse sentido, identifica-se no depoimento de Irene, uma trajetória de vida extremamente relacionada com a sua vida profissional, que, por sua vez, foge completamente do modelo do “[...] trabalho fixo, previsível [...], base para a produção fordista e do consenso welfarista [...]” (OLIVEIRA e RIZEK, 2007, p. 27).

Resumindo sua trajetória de trabalho/vida, guiando-se pelo primeiro, até a sua chegada à Ocupação Pinheirinho, Irene relata que ainda criança, após a separação de seus pais, teve a família separada. A mãe continuou morando “na divisa com o [Estado do] Mato Grosso” e ela

acompanhou o pai, que se mudou para o Jardim Satélite, Zona Sul da cidade de São José dos Campos, para trabalhar de Faxineiro no CTA. Seus irmãos foram morar com outros tios.

Com a morte de seu pai, aos “*quarenta e oito anos de idade*”, foi reencontrar a sua mãe e acabou dividindo a herança de seu pai entre ela (sua mãe) e seus irmãos. Conseguiu dessa forma “*registrar os filhos dela [...]. Colocar dentadura nela, [porque] que ela não tinha mais dentes*” dentre outras coisas.

Trabalhou desde cedo. Com 16 anos já tinha carteira assinada na Alpargatas. Teve diversos empregos como babá: “*Eu fazia tudo. Eu era babysitter, eu era a dona de casa. Elas [as patroas] tinham faxineiras, domésticas. Mas eu era tudo ali*”. Trabalhou com famílias de “*alta classe social*”, diretores da Ford, AETON, Kodak. “*Vivi um bom tempo no meio de americanos*”. Chegou a negar convite de morar nos Estados Unidos, pelo apego que tinha com o pai.

Como babysitter, Irene ajudava as famílias nas atividades do dia a dia: “*Eu levava as crianças na escola [...], saía para jantar com a mulher, quando o marido não ia. Se a [...] família morava [longe de sua casa] [...], eu ia para lá, para eles poderem ir para a reunião social deles, só de americanos*”. Irene relata que os filhos de “*outros americanos*” gostavam tanto dela, que pediam autorização para seus pais para que ela os levasse e, seus passeios: “[...] *la para o parque [...], [restaurante] [...] Eu era confundida até com americana [...] na época!*”.

Seus patrões não gostavam que ela voltasse para a casa de seu pai, quando terminava seu horário de trabalho, pois a queriam cuidando de seus filhos também nos finais de semana. Dessa forma ela os acompanhava nos “*lugares chiques que eles iam. [...] só coisa de madame*²⁶. *De vez em quando, eu tirava elas [dos lugares de] madame e levava elas para os lugares mais feios*”. Irene guarda recordações positivas dessa época, como “[*fazer*] *muita amizade. [...] Bastante gente. [...]*”. Porém ao término desse emprego conta que: “[...] *depois acabou...*”.

Perdeu um namorado, com quem teve um relacionamento de 13 anos e uma filha, devido a um acidente de trabalho. Conta que ele trabalhava na estiva e morreu em um maremoto que ocorreu na cidade de Santos –SP.

Foi morar com outro namorado, com quem “*construiu um patrimônio grande*”. Com a separação, acabou “*perdendo tudo*”, pois não tinha “*nada no meu nome*” e ele “*era alcoólatra e viciado em cash bingo*²⁷”. Com ele teve a experiência de ter um bar “*muito grande*”.

²⁶Madama: Título dado de forma informal e por vezes irônica a mulher rica.

²⁷Máquinas ilegais de jogos de azar, em que se aposta dinheiro.

Relata que trabalhou na Alpargatas, “[...] Johnson²⁸, [...] na National²⁹, fui auxiliar de escritório”. Acreditava que tantas mudanças se davam por ser “aventureira”. Dessa forma conta que devido aos trabalhos que tinha, morou em diversas cidades, como São Paulo e Campos do Jordão: “[...] Fui trabalhar de doméstica lá”.

Trabalhou “uns tempos de faxineira” e seu último contrato foi temporário, trabalhando apenas três dias na semana. Para os dias que não trabalhava de faxineira, montou um “carrinho de lanche na varanda [...] da casa que pagava aluguel”. Com esse carrinho de lanche, “eu pagava o aluguel e sobrevivia disso”. Devido à sua melhor condição financeira, suas filhas foram morar com ela. Aproveitou um quarto de sua casa e montou um brechó: “Separei tudo: infantil, adulto, camisa, calça: E eu costuro. [...] Ai, tudo que tinha estragado, eu costurava, eu lavava, eu passava”. Dessa forma, com o contrato de faxineira já encerrado, “trabalhava [no período da noite] com lanche e durante o dia eu tinha o brechó”.

Tendo tido a experiência do brechó, foi trabalhar como “ajudante” em uma fábrica de costura: “Eu cortava com a tesoura coisinhas para as costureiras pregarem”. Logo “cresceu” dentro da fábrica se tornando líder das costureiras. No total, trabalhou na fábrica por sete anos, abandonando, por falta de tempo, o carrinho de lanche e o brechó que tinha em sua casa.

A fábrica, por sua vez, depois de certo período em que Irene trabalhava lá, enviou o setor de estamperia e costura para São Paulo, “Que era tudo [a maior parte da empresa]”, ficando em São José dos Campos “só a costura”. Como líder das costureiras, por diversas vezes tinha que ir para São Paulo “para por ordem no corte”. Algumas vezes ia “para ficar uma semana” sendo que chegou a ficar “mais de um mês lá”. Conta que o primeiro turno de trabalho era das 6h (da manhã) às 14h, e o segundo das 14h às 22h, porém, “na época de muitos pedidos” trabalhava das 14h às 22h e seguia até as 6h da manhã: “Eu cheguei a perder a noção de dia [dia e noite]”.

Em época de “muito serviço”, era responsável por recrutar seus companheiros de trabalho para trabalhar aos domingos “Por fora da carteira. Na hora. Acabou? Vamos embora! Toma o seu dinheiro!”. Além de convencer seus companheiros, negociava “com os patrões” quanto pagariam por aquele final de semana: “[...] [a patroa] só oferecia R\$35,00, R\$40,00 estourando, por dia. Eu fazia um motim, eu sempre fui muito do empregado [...] nós brigávamos de quebrar o pau dentro do escritório. Eu e a dona”. Com suas negociações, conseguia aumentar consideravelmente o número de funcionários dispostos a trabalhar no final de semana: “virávamos a noite trabalhando [...]”. Se alguém não aguentasse mais trabalhar,

²⁸Johnson & Johnson.

²⁹Atual Panasonic, na via Dutra

ela tinha a resposta na ponta da língua “*Filha: quer vem, não quer não vem!*”. Para quem ficava, ela mesma se encarregava de “*fazer a janta [...] eu fazia de tudo!*”.

Por estar muito cansada do trabalho, pois “*trabalhava demais*” e, sem ver o reflexo financeiro desse trabalho, após ver na Ocupação Pinheirinho uma alternativa para reduzir seus gastos, pois “*meu salário não dava para fazer uma coisa assim [moradia]*”, acabou pedindo demissão: “*eu fiz acordo com eles [os patrões]. Perdi quase a metade do que eu tinha direito [...]*”. “*Empatou*” o dinheiro da demissão para a construção de uma lanchonete dentro da Ocupação Pinheirinho, devido à sua experiência anterior com um bar. Seu filho caçula vendeu seu fusca e aplicou metade do dinheiro em “*material*” para auxiliá-la nessa construção.

Encerrando a trajetória de Irene, com sua ida para o Pinheirinho, fica impossível não reconhecer a importância que o trabalho teve em sua vida. A precariedade de seus contratos - quando existiam - de trabalho definiu pontos de inflexão, limitando suas alternativas e escolhas, traçando estratégias de acordo com o “momento” vivido, a urgência e experiências anteriores. Ao se aproximar de trajetórias como essas, concorda-se com Telles (2010, p. 111), que entende que “Seguir os traçados das mudanças (e conturbações) do mundo urbano significa levar a sério processos e práticas que só se deixam ver nos deslocamentos e nos pontos de inflexão, de entrelaçamento, e bifurcações que vão compondo as realidades urbanas”.

As configurações de seus inúmeros trabalhos, instáveis, com baixa remuneração e o chamado “trabalho informal”, encontram-se ancoradas no que Antunes (2004) define como as mutações do mundo do trabalho.

4.2.2.1 AS MUTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO³⁰

Para Antunes (2004, p. 343), a classe trabalhadora é “mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental”. Ressalta que é preciso uma compreensão mais ampliada do trabalho e de suas mudanças para entendê-la.

São mudanças referentes ao modelo taylorista e fordista. Nesse novo modelo, o proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, com o advento da reestruturação produtiva, motivada pela introdução de máquinas informatizadas, dá lugar a formas desregulamentadas do trabalho, trazendo instabilidade aos trabalhadores. Outra tendência é caracterizada pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, que cresce em

³⁰ Título que faz alusão ao artigo de Antunes (2004).

escala mundial, estando presente nas mais diversas modalidades de trabalho precarizado, na forma de trabalho temporário, terceirizado, subcontratado, informalizado, part-time etc e no próprio desemprego em si (ANTUNES, 2004, p. 336-341).

Antunes (Id.) ainda aponta outras mudanças no mundo do trabalho, como o incremento do chamado “terceiro setor”, de teor comunitário, motivados por trabalhos voluntários, de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos, comumente encontrados à margem do mercado, como as Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras associações. O autor considera positivo o caráter do terceiro setor de reintegração dos trabalhadores expulsos do mercado de trabalho formal, trazendo alento ao trabalhador que não se vê completamente excluído, por estar “realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil” (Ibid.). Porém pondera que essas atividades são funcionais ao sistema capitalista, “que se mostra completamente incapaz de absorver os desempregados e precarizados”. Se o autor considera positivo o caráter de “minimizador do desemprego estrutural”, considera insuficiente como um efetivo transformador social, “capaz de alterar o sistema de capital em sua lógica”, apesar de suprir algumas lacunas sociais que se abriram no decorrer dos tempos.

Ainda, dada a transnacionalização do capital e seu sistema produtivo, o espaço e tempo de produção são revistos. Nasce e morrem regiões industriais ao longo do globo, buscando sempre as maiores taxas de lucro. O trabalhador, por sua vez transita aonde seus acessos lhe permitem, seja local, regional, nacional ou internacionalmente, nem sempre podendo acompanhar as melhores situações encontradas pelo capital. Assume-se o risco do capital global e o trabalhador local.

Nesse contexto se enquadra a mudança de cidade de parte da fábrica de costura que Irene trabalhou. Irene, que residia em São José dos Campos, em um primeiro momento viajava até a nova sede da fábrica, devido a sua localização não estar muito distante. Porém Irene relata seu desgaste ao fazer tal deslocamento.

Ainda nesse sentido, Cafú, em sua entrevista, se questiona a respeito das mudanças das empresas que se localizavam em São José dos Campos “[...] *grandes empresas foram embora, [...] Kodak, Philips, LG, Panasonic, Primatic, [...] Alpargatas [...] se São José cresce, era para ter mais empresas, mais emprego, né?*”. Para Harvey (2005, p. 177). A “redução das barreiras espaciais para o movimento de bens, pessoas, moedas e informações”, reflexo da queda dos custos de transportes faz com que a qualidade do local ganhe importância na “competição” por alocar uma empresa:

[Considera-se], do ponto de vista do capital multinacional de alta mobilidade. Com a redução das barreiras espaciais, a distância do mercado ou das matérias-primas se torna menos importante para as decisões localizadas [...]. As pequenas diferenças na oferta de mão-de-obra (quantidades e qualidades), nas infraestruturas e nos recursos, na regulamentação e tributação governamental assumem muito maior importância do que quando os custos elevados de transportes criavam monopólios “naturais” para a produção local em mercados locais (HARVEY, 2005, p. 177).

Sendo assim, vê-se a necessidade de oferecer condições atrativas para empresas se estabelecerem nas cidades, fomentando a concorrência entre localidades. O perigo mora quando os atrativos passam a ser, entre outras coisas, em detrimento das regulamentações trabalhistas e da responsabilidade social da localidade.

4.2.2.2 O “TRABALHO INFORMAL”

A informalidade do trabalho merece destaque na pesquisa, uma vez que a ausência de direitos, sua instabilidade e precariedade tiveram, direta ou indiretamente, grande peso para os entrevistados acabarem indo para o Pinheirinho. De acordo com os dados dos Campos dos Alemães previamente apresentados, não é de se estranhar a constante presença do chamado “trabalho informal” na fala dos entrevistados. Fazendo um recorte temporal relatando experiências próximas ao início da Ocupação, explicitam-se diversas situações que também merecem apontamento, além dos já apresentados na trajetória de Irene. Dina, por exemplo, trabalhando como empregada doméstica na época relata que seu marido era pedreiro, **também** “*sem carteira assinada*”. A informalidade do trabalho se faz presente em outras falas, como Dinho “*A minha profissão era a mesma que eu fazia aqui, pedreiro, carpintaria, então eu trabalhava **mais como autônomo mesmo**. Trabalhei bastante tempo fichado, mas estou há doze anos autônomo*”. Cafú diz ter sido preso injustamente por não pagamento de pensão alimentícia. Justifica que possuía os recibos, comprovando que o pagamento estava em dia, tanto que chegou a ser liberado após apresentação dos mesmos. Mesmo assim, após o ocorrido não conseguiu mais ingressar no mercado formal: “*não, eu não trabalhei mais. Não consegui trabalho registrado desde 2000 [13 anos] [...] só bico*”. Todas essas experiências tiveram papel fundamental para os sujeitos da pesquisa no que diz respeito à decisão por residir no Pinheirinho.

Historicamente, o termo setor informal, surge de um estudo realizado em 1972, no Quênia, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) a respeito da problemática do emprego (ALVES e TAVARES, 2006, p. 427). Na época se caracterizavam dois segmentos: o formal “caracterizado por unidades produtivas organizadas” e também o informal “composto

por unidades produtivas não organizadas”, sendo que o informal se organizava produtivamente com pouco capital em “mercados não regulamentados e pouco competitivos” (CACCIAMALI, 1983 apud ALVES e TAVARES, 2006, p. 427).

Ainda segundo Alves e Tavares (2006, p. 427), a informalidade passa a ser estudada em análises sobre a América Latina e Caribe com questões relacionadas ao mercado de trabalho: emprego e desemprego, a partir dos anos de 1970, com as mesmas orientações da OIT, onde nela se agruparia “as categorias de trabalhadores não subordinados à legislação trabalhista” e “atividades de baixo nível de produtividade” (CACCIAMALI, 1983 apud ALVES; TAVARES, 2006, p. 427). Ainda segundo os mesmos autores, faltava uma explicação da relação entre o setor informal e o funcionamento do sistema econômico.

Oliveira (2003, p. 71) diz que não é novo o que, no processo de industrialização brasileiro, desde a década de 1930, “veio a ser posteriormente chamado, pela literatura das instituições internacionais, ‘setor informal’”. Tanto que em seu ensaio de 1972, com o título “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, já tratava do tema (OLIVEIRA, s.d., p. 26), abordando as relações do “setor informal” com o funcionamento do sistema econômico.

Oliveira (s.d.), a respeito do modelo de Colin Clark, desenvolvido na obra “*The Conditions of economic progress*” (1940), colocando o conjunto das atividades econômicas como setores Primário, Secundário e Terciário, diz que interpretações equivocadas podem confundir as relações formais entre esses setores com relação ao “papel que cada um desempenha no conjunto da economia [...] com o papel **interdependente** que jogam entre si” (OLIVEIRA, s.d., p. 26, destaque do autor). Ainda segundo Oliveira (Id.), interpretações de teóricos do subdesenvolvimento concluíram que uma das características do “modo de produção subdesenvolvido” é ter um setor terciário, ou de serviços, “inchado” na participação do produto e emprego, “que consome excedente e comparece como um peso morto na formação do produto”.

Ao contrário das interpretações dos teóricos do subdesenvolvimento, de “inchaço” ou segmento “marginal”, Oliveira (s.d, p. 27), vê que o crescimento do terciário “faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil”:

[...] é uma questão estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial. A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras [...] infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas. A intensidade do crescimento industrial [...], não permitirá uma intensa e simultânea capitalização nos serviços, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação propriamente capitalística. **Tal contradição é resolvida mediante o crescimento não capitalístico do setor Terciário.** [...] que não é contraditório com a forma de

acumulação, que não é obstáculo à expansão global da economia, que não é consumidor de excedente. A razão básica pela qual pode ser negada a negatividade do crescimento dos serviços — sempre do ponto de vista da acumulação global — é que a aparência de "inchação" esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, **que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, "mais-valia" em síntese** (OLIVEIRA, s.d., p. 29, grifos do autor).

Oliveira (s.d.), não estava analisando (inclusive), nada menos, do que se deu a conhecer por “informal”, mas o faz dentro da realidade brasileira, sem deixar de lado sua relação com o sistema econômico vigente. Indo ao encontro de suas análises, Alves e Tavares (2006) concordam que a economia “informal” faz parte do modo de acumulação capitalista:

Tal qual um assalariado, o produto de seu trabalho será enlaçado pela lógica do capital. O mercado é o ponto para o qual todos convergem e no qual todas as pseudo-autonomias se dissolvem. Por mais independente que o indivíduo imagine ser, o produto do seu trabalho terá, em algum momento, de se confrontar com outros, no mercado, onde cada troca imprime a presença da mais valia, expressando, portanto, a oposição do capital à capacidade viva de trabalho. (ALVES e TAVARES, 2006, p. 427).

Dessa forma, o “informal”, fica sujeito aos movimentos capitalistas, sendo que “nas fases de expansão [...] aumentam-se os espaços de ocupação pelas atividades informais e nos momentos de crise essas atividades se retraem”. (DEDECCA, 1990 apud ALVES e TAVARES, 2006, p. 427).

A informalidade, observada no discurso dos sujeitos dessa pesquisa, é agravada, uma vez que, essas atividades, sujeitas aos movimentos capitalistas, acompanham a perda do poder de compra dos trabalhadores assalariados, já que sua renda alimenta em grande parte esse setor (OLIVEIRA, 2003, p. 75). Esse decréscimo é, ainda, acentuado pela própria concorrência entre os que compõem esse quadro de informalidade.

A precarização do trabalho, como observado em seção anterior, leva a uma restrição do conceito de “informal”. O termo agora parece pequeno demais para a complexidade e heterogeneidade de trabalhadores e formas de trabalhos que compõe esse quadro. Alves e Tavares (2006, p. 429) a esse respeito, trazem uma observação de Malagutti (2000 apud ALVES E TAVARES, 2006, p. 429), segundo o qual até os trabalhos mais transparentes contem informalidade, como falta de segurança, horas-extras, trabalhos em horários livres etc. Diante desse panorama, as autoras trazem tentativas de ampliação desse conceito, como a utilização do termo *informalidade*, que seria mais amplo que informal ou “processo de informalidade”,

contemplando as diversas formas de trabalho advindas dos processos de reestruturação produtiva como um todo.

A precarização do trabalho “informal”, ao contrário da ideia de “autonomia”, é refletida diretamente na renda desses trabalhadores, marcados pela descontinuidade de suas atividades, “bicos”, instabilidade e **ausência de direitos**. Dinho, por exemplo, não recebeu nenhum auxílio após seu acidente, o que acabou limitando suas opções acerca de sua próxima moradia: “[...] eu não vim de lá falando: ‘vou morar direto no Pinheirinho’. Aí eu me acidentei dessa vista, fiquei um tempo encostado, sem poder trabalhar”. Já Dina apresenta em seu relato tanto a situação de falta de direitos na perda de emprego do marido, quanto a complexidade e arbitrariedade das relações de trabalho “não formais”, em seu emprego de faxineira:

*Eu trabalhava, eu tinha acabado de ter minha filha, ela estava com dois meses de nascida [...], ela nasceu de seis meses. Aí meu esposo já tinha sido mandado embora [...], porque eu fiquei 48 dias internada. Então, ele tinha que dar assistência no serviço dele e cuidar de mim em casa também, cuidar de mim no hospital. Daí, nesse vai e vem, vai e vem, ele acabou sendo despedido do emprego. [...] aí terminou minha licença maternidade e minha patroa [...] me mandou embora, [...]. Daí, por dois meses, [...] eu consegui pagar o aluguel ainda, **com o dinheiro que ela me deu, que foi muito pouco também [...] foi naquela fase, naquela época que [...] não conseguia emprego em lugar nenhum aqui em São José [dos Campos]** (Dina, grifos do autor).*

Oliveira (2003, p. 30) afirma que o tipo de serviço “informal”, mais do que um “depósito do ‘exército industrial de reserva’”, atua para “o processo da acumulação global e da expansão capitalista” reforçando a concentração de renda. Os “trabalhadores informais”, como os da pesquisa, além de se submeterem às atividades econômicas capitalistas e sofrerem a precarização decorrente desse tipo de trabalho, por fim, ainda ficam à mercê do movimento de crescimento e estagnação da economia e do mercado de trabalho regulamentado, sem o mínimo amparo, como os direitos que, em tese, o emprego formal proporciona, além de sofrerem discriminação dependendo do trabalho que estiverem realizando no momento, como por exemplo, o de catador de material para reciclagem.

4.2.3 A CO-RESIDÊNCIA

Como subeixo da trajetória de vida dos sujeitos, destaca-se a condição de co-residência. Esse tema merece destaque, pois ele pode significar um déficit habitacional (não necessariamente) quando é de interesse do sujeito deixar essa condição, e também por poder refletir uma resposta a uma situação de emprego precário, desemprego ou baixos-salários, já

que a família ainda desempenha um papel de suporte aos sujeitos, principalmente quando políticas sociais ainda são precárias, como no caso brasileiro (PEIXOTO, LUZ; 2007).

Duas modalidades de co-residência estão presentes nas falas dos entrevistados. São elas a coabitação e a re-coabitação. No primeiro caso, pais e filhos adultos (casados ou não, com filho ou não), sempre residiram juntos. Já a re-coabitação é caracterizada por uma dependência pais-filhos ou filhos-pais para possibilitar a residência, após residirem em localidades diferentes. Essa modalidade comumente está relacionada às questões econômicas, podendo se dar de diversas formas, como uma mãe que enviúva e passa a viver com um filho(a), a necessidade de voltar a residir com os pais ou filhos devido a um desemprego prolongado, ou mesmo pais e filhos que residem em locais distintos, porém um ajuda financeiramente o outro para possibilitar a sua moradia (PEIXOTO & LUZ, 2007, p. 177-178).

É mais comum encontrar filhos buscando ajuda de moradia aos pais do que ao contrário. Tal fato se justifica em partes – longe da idealização de algo –, que a geração “dos pais”, tiveram mais facilidade na aquisição de suas casas que a “geração dos filhos”, com programas governamentais de financiamento de casa própria com taxas de juros mais justas, ajustadas de acordo com os reajustes salariais (PEIXOTO & LUZ, 2007, p. 173).

A co-residência foi citada pelos entrevistados, tanto em situação de coabitação, como relata Cafú ao fato de residir junto com seus pais “[...] *[a casa] era dos meus pais [...]*”, quanto em situação de re-coabitação, como diz Dina, na ocasião que se separou do marido: “*Aí vim para o Campo dos Alemães, ajudei minha mãe, a gente foi e levantou essa casa no Campo dos Alemães*”; já Dinho, após sair de Guaratinguetá, foi para São José dos Campos e, por não ter onde morar e sem dispor de recursos financeiros, busca o genro: “*nós moramos um tempo com ele [genro], no [bairro] D. Pedro*”; Irene, com suas filhas indo morar com ela quando sua situação financeira se fez mais estável e, por fim; Vinda, em um caso parecido com Dinho, após sair de Taubaté e ir para São José dos Campos, vai morar com sua filha: “*Fiquei no Novo Horizonte³¹ durante uns cinco ou seis meses, aí morava junto com a minha filha [...], o marido dela, os netos, filhas, tudo junto morava lá*”. Já Marta, apesar de morar com sua mãe e com seu padrasto por ser “*menor de idade*” na época, não chegava a configurar uma situação de co-residência.

É interessante perceber em algumas entrevistas o quanto a situação de coabitação é percebida como uma situação não ideal, como diz o Cafú: “[...] *morar com pai e mãe não tem [jeito]. Depois que você tomou um rumo na vida, uma decisão na vida, já não fica a mesma*

³¹Região Leste.

coisa. E eu nunca gostei de levar problema para os meus pais [...]”, ou na frase de Dinho: “Porque morar com parente não é bom 100%. [...] morar com parente não dá certo”. Vinda também trata o tema com enorme desânimo, percebido em suas expressões quando fala à respeito.

Sabe-se que residir com familiares, sejam eles os pais ou tios, filhas(os), entre outros, apesar de estimular a solidariedade familiar em períodos difíceis, as relações familiares adquirem outras dinâmicas, constituindo-se como uma situação geradora de inúmeros conflitos, sobretudo por questões geracionais, valores (autonomia) e financeiros (dependência/independência) (PEIXOTO & LUZ, 2007, p. 187).

Tendo conhecimento que o desejo de muitos que vivem em situação de co-residência é residir em moradia própria, esse dado deve ser contemplado em metodologias de cálculo de déficit habitacional, conforme indicado na seção “*Um breve Histórico de São José dos Campos*”. Apenas assim é possível chegar a um número mais próximo da realidade, que possa pautar políticas públicas mais consistentes e assertivas.

4.2.4 CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Ao analisar as seções anteriores, apesar da heterogeneidade das experiências dos entrevistados, percebe-se que, anteriormente à Ocupação, a questão econômica é fator central na vida dos sujeitos. Reflexo da precariedade do trabalho, desencadeadora de inúmeros processos de precarização das condições de vida de muitas famílias brasileiras, vítimas, ainda, da arbitrariedade de respostas do Estado às expressões da questão social contemporânea, determinando pontos de inflexões, refazendo estratégias de sobrevivência de famílias inteiras recorrentemente. Concordando com Telles (2010, p. 81), são situações que definem:

[] pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias – “zonas de turbulência” em torno das quais ou pelas quais são redefinidas (deslocamentos, bifurcações) práticas sociais, agenciamentos cotidianos, destinações coletivas. E são esses eventos que nos dão a cifra para apreender os campos de força operantes no mundo urbano, a trama das relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsação da vida urbana – a redistribuição de possibilidades, bloqueios, aberturas ou impasses que atravessam e individualizam cada história de vida, mas que também a situam em um plano de atualidade (ibidem).

Acredita-se que, ao analisar essas situações limites, seja possível se aproximar do objeto, uma vez que são momentos que pouco permitem passividade, sendo quase que obrigatório

tomadas de decisões e avaliações do leque de possibilidades existentes, ou mesmo ter que criar novos leques “a qualquer custo”, trazendo clareza a acessos e bloqueios que permeiam a vida dos sujeitos. No caso dessa pesquisa, para os entrevistados, o “fim da linha” não se deu apenas pela impossibilidade de adquirir uma moradia, mas também pela necessidade de se avaliar a viabilidade de continuar residindo “formalmente” – um dos mais básicos direitos do ser humano.

Uma vez que a questão econômica é central nessa situação limite, é evidente seu reflexo nas relações sociais que se estabelecem e nos usos que se fazem da cidade. Harvey (2005, p. 168) considera a “[...] urbanização como um processo social espacialmente fundamentado [...] com um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos [...]”. Esse processo social produz artefatos, ou seja, “constroem a cidade”, os espaços, assim como “arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poderes etc.” que influenciam as ações sociais subsequentes.

Ainda com relação ao ponto comum entre os entrevistados- a questão econômica -, tem-se uma sociedade capitalista vinculada por classes, inclusive às que detêm “fluxos socioeconômicos poderosos” (TELLES, 2010, p. 10). Dessa forma, a cidade vai sendo construída, também, pelos seus interesses (historicamente predominantes) e dessa forma:

[...] redesenham os espaços urbanos, redefinem as dinâmicas locais, redistribuem bloqueios e possibilidades, criam novas clivagens e afetam a economia doméstica, provocando mudanças importantes nas dinâmicas familiares, nas formas de sociabilidade e redes sociais, nas práticas urbanas e seus circuitos (TELLES, 2010, p. 10)

A história de Dina ilustra muito bem essa situação. Vendo-se desempregada, assim como seu marido – não tiveram direitos trabalhistas, por estarem em situação de informalidade -, recebeu pouco dinheiro após acordo com a patroa e conseguiu pagar apenas mais poucos meses de aluguel. Não conseguiam emprego na cidade, pois “foi aquela [...] época que [...], não conseguia emprego em lugar nenhum aqui em São Jose” (Dina). ***A falta de dinheiro chegou ao limite, impossibilitando-a de pagar aluguel:***

[paguei] mais um mês de aluguel, paguei a água e paguei a luz. Daí, no terceiro mês, terceiro para quarto mês, eu já não tinha mais como pagar aluguel [...] porque o dono da casa era muito bravo, entendeu? Chegava o dia e a gente tinha que ter o dinheiro para o aluguel. E aquele desespero batendo. Eu não sei [...] se eu tive alguma tensão pós-parto, só sei que eu entrei numa depressão que eu não aceitava [a situação que eu me encontrava] [...] (DINA).

Vendo-se com poucas alternativas, “*porque eu não tenho para onde ir*” (DINA), ela vê na Ocupação que estava acontecendo naquele momento nas “*casinhas*³²” do bairro D. Pedro, uma opção para a sua moradia, porém não teve sucesso: “[...] *eu falei para ele [marido]: corre lá e vê se tem alguma [casa] que daí a gente vai embora para lá. Sem porta, sem janela, sem nada. A gente pega uma lona e vai para lá. [...] [porém] não tinha mais casinha nenhuma*”. Dada a desocupação dessas “casinhas” pela guarda civil de São José dos Campos (CAFÚ), seus moradores acamparam no “Campão”, praça localizada no bairro Campo dos Alemães, que hoje reúne os antigos moradores em assembleias quinzenais que, por coincidência ficava em frente à casa que Dina estava alugando.

Tendo como exemplo de vida a sua mãe, que “*tinha que trabalhar de segunda a segunda, porque ou ela vendia a folga dela e trabalhava ou ia faltar [dinheiro] para pagar aluguel ou para pagar água ou para pagar luz*”, Dina vê o “Campão” como alternativa para seguir sua vida:

[...] Ai eu falei: olha, eu vou ter que abandonar a minha casa e fazer um barraco lá para mim, porque eu não tenho para onde ir. Eu fui lá, falei para meu esposo: ‘vamos lá pegar, fazer um barraquinho para gente e a gente vai para qualquer lugar, porque a gente não tem mais para onde ir’. [...] Eu estava assim, como se diz, deprimida, de ficar na rua com minha família. Daí que ele concordou em fazer um barraco e a gente foi para lá (DINA, grifos do autor).

Interessante notar que as “opções” entendidas por Dina nesse momento era um barraco improvisado em uma praça ou morar na rua. Ainda no “Campão”, Dina conta sobre sua dificuldade financeira: “*Um ovo era para dividir para mim, meu esposo e minha filha*”. Com a ajuda de R\$100,00 de um sobrinho que também estava desempregado, conseguiu comprar lona para cobrir seu barraco, junto com as madeiras que conseguiu na rua.

Eu fiquei tão feliz com cem [reais] que eu fui lá e comprei seis metros de lona, e a gente saiu andando pelo [bairro] Campo dos Alemães juntando madeira e a gente conseguiu fazer o nosso barraco, de quase seis metros. Só que a lona também foi só para cobrir o barraco, porque não tinha como colocar lona dos lados. Mas mesmo assim eu fui feliz, porque, eu [não] sou de ficar devendo aluguel, essas coisas assim [...]. Eu saí com as minhas duas filhas, meu esposo e a gente foi para esse barraco (DINA).

³²Casas populares da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (C.D.H.U).

Importante notar, no final da fala, o sentimento de dignidade em não dever para alguém. Após ficar no Campão por alguns dias, o acampamento foi para o “*Plano C*”, que era o Pinheirinho, e Dina foi junto com a sua família.

Marta, filha de Dina, confirma essa versão:

O Pinheirinho [...] foi quando a gente morava lá na rua 65 do [bairro] Campo [dos Alemães]. Meu padrasto ficou desempregado, minha mãe tinha acabado de ganhar minha irmã e começou a apertar tudo e apareceu a oportunidade do Pinheirinho. De início [...] chocou! Uma casa [anterior ao Pinheirinho] que era confortável, a casa era imensa, maravilhosa. Então, [você ir morar] [...] em uma favela, entendeu? Morar em barraco de lona, madeira. Parte que tinha madeira estava bom, mas a maioria era lona mesmo, entendeu? Sem água, sem luz, sem esgoto, sem nada (MARTA).

Outros entrevistados têm histórias limites semelhantes, cada um com sua particularidade, todas tendo como ponto em comum a ida para a Ocupação Pinheirinho: Cafú que vivia de bicos e não conseguia casa dado que “*Os planos do governo sempre dificultava bastante*” (CAFÚ); Dinho, vivendo em condição de co-residência, que não conseguia um emprego por ter sofrido um acidente de trabalho com seu olho (não teve direitos trabalhistas, pois “*estava informal*”); Vinda, desempregada, também vivendo em situação de co-residência e Irene, com salários insatisfatórios.

A dificuldade financeira dos entrevistados e o crescimento da Ocupação logo no seu início, também revelam o déficit habitacional existente na cidade como apresentado na seção “*Condições de vida em São José dos Campos*”. Nesse sentido é marcante a fala de Cafú “*A gente começou com cento e cinquenta famílias, e quando foi ver, foi, e foi [indo mais famílias] [...] rapidinho [...]! Você vê que a falta de moradia de São José é grande, se você der um berro: ‘Ô gente, vamos! Vai aparecer muita gente’*”.

4.3 USOS E TRAJETÓRIAS NA CIDADE

A existência da Ocupação Pinheirinho não podia ser negada: milhares de famílias, como era de se esperar, tinham suas demandas, porém ficavam de lado devido aos jogos de poder existentes na cidade. Os discursos dos entrevistados acabaram revelando estratégias de “dentro” do Pinheirinho para sobreviver às imposições de “fora”.

Nessa segunda etapa de análise, uma vez que os sujeitos já estão instalados na Ocupação, investigou-se os usos e trajetórias que os moradores faziam da cidade. Espera-se, com tal investigação, revelar experiências sociais, necessidades individuais e coletivas, além da relação dos entrevistados com o Poder Público.

É inegável considerar a Ocupação como um novo uso que a população fazia da cidade. A ida para um “terreno abandonado”, por sua vez, demandava uma infraestrutura básica, a ser disputada com os poderes público e privado. Revelam-se a partir daí, trajetórias inerentes a esses usos, com destaque inicial para a “coleta” de Matéria Prima para a construção de suas moradias.

Por outro lado, esses usos podiam se apresentar como agressivos para a população do entorno da Ocupação, principalmente para os moradores do bairro Residencial União, que fazia divisa com um dos lados da Ocupação, por não considerarem correta a existência da Ocupação, a maneira como os novos moradores supriam suas necessidades e arbitrariedades do Poder Público (“gatos”, por exemplo) ou mesmo por “não desejar esse perfil de moradores” circulando nas proximidades de suas residências. Os moradores da Ocupação, como serão apresentados mais adiante, eram claramente criminalizados.

4.3.1 A MORADIA - CONSTRUINDO PALÁCIOS

Antes mesmo de iniciar a análise das narrativas dos sujeitos acerca da percepção de morar no Pinheirinho, importa compreender que a “questão da moradia engendra grande complexidade, dada sua inter-relação e interdependência com aspectos diversos da vida individual e coletiva, abrangendo conteúdos objetivos, subjetivos e intersubjetivos” (ARAÚJO, 2005, p. 92). Logo, a compreensão desses significados implica na compreensão das contradições que os sujeitos vivenciam, as relações que estabelecem e as expectativas e esperanças que alimentam em relação à moradia.

Dentre os entrevistados, aqueles que foram os primeiros moradores do Pinheirinho, após sair do acampamento localizado no “Campão”, enfrentaram uma série de dificuldades para se estabelecer, tanto com relação ao terreno quanto aos recursos para a construção de seus barracos, assim como aos acessos à infraestrutura básica.

Os relatos apontam para uma enorme dificuldade de se estabelecer inicialmente na Ocupação, principalmente de cunho financeiro: “*Um ovo era para dividir para mim, meu esposo e minha filha*” (DINA). Vinda, de forma semelhante, tendo que alimentar sua neta, conta que “[comprava] *uma fatia de mortadela e uma de pão e dava para ela. E nós ficávamos sem comer*”. Os recursos financeiros necessários para a construção do “barraco” foram adquiridos de diversas maneiras, como empréstimo de parentes, ou venda, a preços baixos, de pertences pessoais, como aparelhos de som, da mesma maneira foi necessária a coleta de matéria-prima nas ruas.

A seguir serão detalhados trechos das trajetórias de Dina, Vinda e Irene, pois são experiências que explicitam os usos que eram feitos da cidade, ora como opção, ora como falta de opção, para levantar seus barracos.

Dina, com cem reais emprestados de um sobrinho, comprou seis metros de lona. Para fazer a estrutura do barraco, *“saiu andando pelo [bairro] Campo dos Alemães juntando madeira”*. A lona permitiu somente cobrir o barraco.

Foi uma mudança marcante na vida de Dina que, quando empregada, morava em uma casa alugada que *“todo mundo ficava admirado”*. Desempregada, foi com suas duas filhas e o esposo para um barraco que, caso fizesse *“só [...] sol, [a lona] durava um mês. Se chovesse, era uma vez só [que se perdia tudo]”*.

Devido aos gastos com a manutenção do barraco – trocas de lonas e madeiras - após quatro anos na Ocupação decidiu, com seu marido, construir uma casa de alvenaria. Ele, pedreiro de profissão, *“muito trabalhador”* e ela, acabaram construindo sua casa: *“eu trabalhei com meu marido, de servente [...] carreguei bloco, carreguei concreto. Ali foi um trabalho maravilhoso”*. Como resultado, *“a casa era bem bonita, minha casa era considerada assim, uma [...] [das melhores] casas que tinha no Pinheirinho”*.

Em seu quintal, cultivava diversas árvores frutíferas, além de ter uma horta. Esse ponto é comum a todos os entrevistados, sendo um motivo de orgulho e nostalgia quando lembrado.

Também em seu quintal, Dina reunia a família e amigos nos finais de semana: *“a minha casa vivia lotada de criança”*. Ela se recorda que o marido gostava de ver a casa cheia, *“[...] meu marido gostava, tinha o [...] marido da minha filha, ai já vinha o pai, já vinha a mãe, já vinha tudo, [...] já ficavam todos ali para almoçar, [...] almoço coletivo!”*. Seu quintal era interligado com o quintal de mais dois outros vizinhos, o que lhe trazia segurança a respeito de sua filha, pois *“Uma hora ela estava nessa casa, outra hora estava nessa aqui [aponta para a mesa identificando as posições das casas], ou de repente estava tudo em [minha] casa. Era desse jeito a minha vida no Pinheirinho!”*. Para confirmar a veracidade de suas falas ela diz *“tá no youtube!”*.

Vinda, com dificuldades semelhantes às de Dina, revela outras possibilidades encontradas na cidade para conseguir o material necessário para a construção de seu barraco *“[...] Eu ia ao ferro velho, ia em uma pessoa, ia em outra, comprava uma madeira, eu ia pegar um pedaço de cano, [...] arrumar alguma coisa. Tudo ali, coisa pouca que eu arrumava”*. Por fim, encontrou um local cercado de paletes na parede e como *“todo mundo ia arrancar lá, [então] eu falei: ‘eu vou [arrancar] também!’ . Fomos e arrancamos os paletes.”*, que eram carregados em um carrinho de mão pelas ruas do bairro. Teve as mãos machucadas de tanto *“desentortar prego,*

um por um". Por fim, construíram seu "comodozinho". Pouco a pouco foram pintando e melhorando a casa. Quando *"passava aquelas carretas, jogava paletes, nós pegávamos os paletes e fomos revestindo as paredes. Às vezes quando chovia vinha aquele desespero"*.

A história de Irene já mostra outro lado da Ocupação. Chegou no ano de 2005 na região conhecida como "Mangueira", localizada *"No fundo, [...], que é aonde existem os pés de manga [...]. Ficava num lugar bem isolado. [...] parecia um condomínio particular"*. Comenta que a Mangueira era uma Ocupação à parte, que acabou sendo "anexada" ao Pinheirinho pela liderança do movimento dos Sem-Teto, porém, *"O pessoal que morava para o lado de lá [Pinheirinho], ficavam para o lado de lá. Os do lado de cá [Mangueira], ficavam para o lado de cá"*. Considerava a Mangueira como *"um pedacinho do céu"*, enquanto que o Pinheirinho *"se me dessem uma coisa de graça ali eu não queria!"*.

Foi ao Pinheirinho procurar uma casa e, após todo um dia de procura, encontra uma "mulher" que está "por dentro" da situação das casas e terrenos da ocupação. Logo lhe ofereceu um terreno com *"alicerce na altura de pôr uma janela"*, pertencente a uma irmã que foi trabalhar como prostituta em São Paulo. "Apaixonada" pelo terreno, Irene combina um encontro com a Irmã e inicia a negociação.

Com o valor acertado – três mil e quinhentos reais- foram comunicar a liderança do movimento dos sem-teto, ocultando que se tratava de uma venda, pois *"não era permitido"*. A mudança, inicialmente, não foi autorizada, por já ter *"[umas] três [pessoas] na frente procurando [terreno]"*. Foi necessária uma série de estratégias, com mentiras e o pagamento de R\$120,00 para uma pessoa da liderança autorizar a transação. Vale lembrar que essa medida era proibida na Ocupação, mas Irene relata que havia casos de venda de terreno. Mudou-se para o Pinheirinho e inicialmente *"não tinha janela, não tinha telhado, o banheiro a gente improvisou"*. Chegou a dormir sob chuva *"A chuva batia: enrola no cobertor, para esquentar um pouquinho!"*. Ao contrário do que ela pensou inicialmente, viu que lá dentro não tinha problema de segurança *"[...] eu encostava um madeirite na porta [...] do jeito que você saía e largava, você podia voltar que lá estava"*.

Finalmente construiu nos 250 m² do terreno. Conta orgulhosa que em seu banheiro chegou a instalar uma banheira. Montou também cômodos independentes para seu filho, e outro para uma "moça" com *"uma menininha deficiente"* que trabalhava com ela em sua lanchonete.³³

³³Essa lanchonete será detalhada em seção posterior.

Além da moradia, a Ocupação autorizava o estabelecimento de comércios – e prestação de serviços – pelos próprios moradores. Dessa forma, uma nova relação se estabelecia com moradores “de fora”, que também consumiam “lá dentro”.

A seguir será descrito a experiência de Cafú, Vinda e Irene para ilustrar a melhora nas condições de vida dos sujeitos a partir de uma nova fonte de renda – Dinho também tinha uma “*bomboniere*” em sua casa, estratégia utilizada por muitos moradores para complementar sua renda, com pequenos e variados comércios em suas próprias casas.

Cafú, precisando de dinheiro, faz um “*carrinho de catar reciclagem [...], com coisa de geladeira*”. Colocava os filhos no carrinho e saía com sua mulher para “*pegar reciclagem*”.

Adquirindo experiência com essa reciclagem, foi convidado por outro morador da Ocupação a “*abrir uma reciclagem*” dentro do Pinheirinho. Como diz que “*sempre gostou*” de reciclagem, pede para seu pai comprar uma perua para auxiliar na coleta. A parceria não dura muito tempo e após divergências, Cafú consegue manter a perua com ele.

Com a “*sede social*” do Pinheirinho mudando de localidade “*lá para cima*”, a liderança ofereceu o grande terreno dessa sede a Cafú, pois ele “*dava serviço para os outros lá dentro*”.

Sua reciclagem cresce, faz uma entrada na Ocupação para entrar com a Perua e para poder entrar “*os caminhões para retirar [os materiais]. Estava crescendo lá rapaz! [Eu] estava parecendo empresário lá! [risos]*”. Ensina muitas pessoas a separar material: “*a gente fazia um esquema de separação [...]: PET, PEAD, ABS, SINGEL, papelão, papel branco, revista, jornal, caixa de leite Tetra Pak*”. Conta que acabava ajudando a todos, pois “*as pessoas ganhavam com que faziam. Então tinha pessoas que ganhavam duzentos reais por semana, tinha pessoa que ganhava cento e cinquenta, almoçavam ali com a gente, a gente tinha um ‘fogãozinho’ de lenha lá, rapaz! chique!*”.

Uma de suas funcionárias é Vinda, entrevistada em outro momento nessa pesquisa. Vinda comenta a respeito de Cafú:

[Ele] Começou mexendo com madeira, ferro velho, e foi dando tudo que nós precisávamos. E eu comecei trabalhando para ele ganhando 5 reais. [...] Ai ele passou a me dar dez [reais], de dez [reais] ele aumentou para vinte [reais]. Sei que quando sai, eu estava ganhando cento e sessenta reais [...] por mês.

Com o dinheiro que ganhava na reciclagem, Vinda decide montar um bar em sua casa. Começou comprando uma caixa de cerveja e “*um litro de [cachaça] 5l. [...] Quando foi no outro dia, já tinha cliente. Peguei dinheiro e comprei mais uma caixa [de cerveja], mais um litro de pinga e fui progredindo. Trabalhando no barzinho, trabalhando no Cafú e*

progredindo”. Conta que Cafú a ajudava com materiais e ela pagava para ele trabalhando na reciclagem “*ele começava a catar reciclagem na rua e [...] jogava lá, esparramava tudo lá, o lixo, tudo com coisa de cocô. Eu estava ali limpando. Separava aquela reciclagem*”. Com um dinheiro que o marido trouxe de um trabalho realizado em São Paulo, investiu mais no bar, que acabou virando sua única fonte de renda. É interessante pontuar que com o dinheiro que recebia, investia em seu bar, fazendo-o, por fim, de alvenaria, deixando sua casa ainda “*de madeira*”.

Já a história de Irene começa a partir de seu cansaço e frustração com as condições de seu trabalho em uma confecção de roupas. É então estimulada por seus filhos a investir em uma lanchonete/bar/brechó, já que teve uma experiência anterior com um dos companheiros que teve.

Para tanto, “*fez acordo*” com a dona da confecção em que trabalhava, uma “*evangélica peruona, muito gente fina!*”. Apesar da intimidade com a dona, conta que perdeu “*quase a metade do que eu tinha direito [...]*”. “*Empatou*” o dinheiro para a construção da lanchonete. Seu filho caçula vendeu seu fusca e aplicou metade do dinheiro em “*material*” para levantar a lanchonete/bar/brechó.

Irene “*vendia suco, lanche, açaí, tinha uma mesa de bilhar [...]. Aos sábados [...] fazia som ao vivo, com DJ [...]*” além de festas a fantasia e festas temáticas em datas comemorativas: “*fechava tudo, era chic! [...] jogo de luz, globo, [...] pisca-pisca, fumaça. O meu genro é DJ ele ia fazer o som, [...]*”. Orgulhava-se de “*ser metida*” e não vender pinga, por ser bebida de “*baixa qualidade*”.

Utilizou “*blocos de construção*” que eram despejados por caminhões lá dentro e “*criou*” uma praça localizada em frente à sua lanchonete/bar/brechó, fazendo um “*cercado enorme em volta dos pés de manga, ficou igual uma praça. A gente fez mesa de madeira, bancos... então o pessoal ficava muito lá embaixo, tudo muito limpinho, plantava flores lá embaixo [...]*”.

Atraía “*freguesia*” de todos os lados. Homens casados que iam escondidos da mulher, mulheres que iam escondidas dos homens, “*nóias*³⁴” – contanto que consumissem drogas “*do meio da rua prá lá*” -, “*catador*” (de reciclagem) e “*muita gente de fora*”.

Em outro cômodo de sua casa, fez um brechó no qual “*vendia material escolar, pulseira, brinco, anel, tudo e qualquer muamba*”, além de “*botão, linha, agulha, pipa, essas coisas, [...], modéstia à parte, era um dos melhores comércios que tinha!*”.

A partir dos relatos acima, entende-se que a Ocupação trazia significados muito além da moradia e possibilidade de renda em si. Desde intempéries e superações para alcançar a

³⁴Gíria referente às pessoas que consomem drogas. Algumas vezes utilizada para referenciar quem pratica crimes.

infraestrutura básica, a momentos intimistas com suas plantações ou de entretenimento com amigos e familiares em suas casas ou em seus comércios, traziam um sentimento de unidade aos moradores que, apesar da heterogeneidade das trajetórias individuais, carregavam consigo um ponto em comum - a luta pela regularização da Ocupação.

Nesse ponto, “ser diferente” dos “de fora”, por negativo os faziam iguais, pelo menos em alguns sentidos. Bauman (2009, p. 41) acerca de alguns males decorrentes do que ele conceitua modernidade líquida, nos faz levantar uma hipótese para compreender a satisfação dos moradores com a Ocupação, além da moradia: “A incerteza do futuro, a fragilidade da posição social e a insegurança da existência - que [...] escapam ao controle dos indivíduos - tendem a convergir para objetivos mais próximos e a assumir a forma de questões referentes à segurança pessoal [...]”. Apesar de a segregação trazer diversos e conhecidos malefícios, como a perda da capacidade de negociação com o “outro”, no caso da Ocupação Pinheirinho, a heterogeneidade dos moradores e os recorrentes momentos de encontro, propiciados pelas reuniões e assembleias, ou o fato da Ocupação ser cercada como um condomínio fechado, possam justificar, em pequena parte, é claro, a sensação de segurança e conforto relatada pelos moradores, um “lugarzinho suficientemente confortável, acolhedor, seguro, num mundo que se mostra selvagem, imprevisível, ameaçador; de resistir à corrente, buscando proteção contra forças externas que parecem invencíveis” (BAUMAN, 2009, p.76), em um simulacro das recorrentes ações das elites que se fecham em condomínios particulares para se proteger do “outro”: “[...] eles [a liderança da Ocupação] fizeram [...] igual aos [bairros] Jardim Apolo, Jardim Esplanada³⁵... Era a mesma coisa no Pinheirinho, só que lá abrigava [...] pessoas de níveis e classes diferentes [mais baixas]” (IRENE). Sendo esse um fator de contentamento ou não, os relatos falam por si só, como Cafú: “A gente morava no paraíso e não sabia” e Irene “Ali era um pedacinho do céu”.

Nesse sentido, a estabilidade da moradia e as experiências positivas compartilhadas dentro da Ocupação, faziam emergir uma “Segurança Ontológica”, que define Giddens (1991, p. 84):

A expressão se refere à crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua auto identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes. Uma sensação da fidedignidade de pessoas e coisas, tão central à noção de confiança, é básica nos sentimentos de segurança ontológica; daí os dois serem relacionados psicologicamente de forma íntima.

³⁵Inês faz referência a bairros nobres da cidade de São José dos Campos.

Diversos foram os relatos de momentos de alegria passados dentro da Ocupação, principalmente nos finais de semana, reunindo familiares e amigos em suas casas. São relatos de simplicidade e improvisações, onde o importante era estar reunido com pessoas queridas que sempre “*juntava mais [pessoas sem avisar] [...] e já ficava para almoçar [...]*” (DINA).

Ao relatar a autoconstrução de suas moradias, dois pontos em comum permeavam os discursos. Primeiramente, dado que a “[...]autoconstrução é a arquitetura possível para a classe trabalhadora, dadas as condições em que se dá a sua reprodução em meio urbano”. (MARICATO, 1979), destaca-se a dificuldade enfrentada, como dormir na chuva ou a dificuldade para encontrar material para a construção do barraco e, em segundo lugar, o orgulho de ter sua moradia, adjetivando-a sempre com superlativos: “[...] *minha casa era considerada assim, uma [...] [das melhores] casas que tinha no Pinheirinho*” (DINA), “*no final foi uma casa imensa que nós fizemos*” (VINDA), “*era uma casa antiga, mas ela era grande*” (CAFÚ), “*fizemos uma casinha muito bem feitinha e todo mundo ficava bobo de ver*” (DINHO). A conquista da moradia, ainda que irregular, trazia consigo um sem número de sentidos e significados, para sujeitos que viam a moradia própria alijada de suas possibilidades: “*Àqueles que não tinham casa, os seus barracos eram os seus palácios*” (IRENE). Nesse sentido, Ferro (2004, p. 4), entende que: “[...] a autogestão na construção tem repercussões que saem do canteiro, atingem outros níveis da vida social. [...]. As negociações para obtenção do terreno, de financiamento, de compra, etc., fortalecem a perspectiva socializante destas iniciativas. [...]”.

Mais do que propiciar a possibilidade da autoconstrução de sua moradia, a “garantia” da moradia pela Ocupação (os moradores acreditavam em sua regularização) trazia a tranquilidade de focar esforços financeiros em outras áreas de suas vidas, como cultura e o consumo em si: “*O dinheiro que eu tinha lá era para o meu sustento, para [...] eu fazer um programa de família, ir a um cinema*” (DINA), “*No pinheirinho [...], você trabalhava para [se] vestir bem, [...] comer bem e você melhorar a sua casa, entendeu?*” (MARTA).

Apesar da satisfação relatada pelos moradores à respeito de suas moradias, os entrevistados insistiam em pontuar o desejo por pagar por suas casas e sua infraestrutura, como água e luz, ficando impedidos devido a não regularização da Ocupação.

Outro ponto comum aos moradores da Ocupação, que podia ser empiricamente percebido por quem passava por ela, era a constante melhoria nas casas, dando a impressão de estarem sempre em construção, acompanhando o ritmo de seus instáveis e incertos rendimentos, como comenta Vinda “*tudo que chegava eu juntava para botar no barzinho, para botar na minha casa. E fui fazendo!*”. No entanto, a prioridade de construção era para a melhoria do lado interno, deixando a parte estética do exterior em segundo plano, como afirma Dinho: “*O que*

interessava era por dentro”, que vai de encontro ao comentário de Irene: “*Às vezes você olhava por fora [e via] um barraco. Mas se entrava dentro, [era] tudo muito bonitinho, muito arrumadinho*”. Harvey (2004) afirma que na atualidade, a estética deixa de ser estável, segundo o padrão da modernização fordista, sendo substituído pela efemeridade, espetáculo e mercantilização da cultura. Em uma época em que o capital depende de acelerar seu tempo de giro, essas casas aparecem na contramão dessas expectativas, com um cuidado estético voltado mais para o privado (casa) do que para o público (rua), seguindo o raciocínio de DaMatta (1997).

A possibilidade de estabelecer comércios (e prestar serviços) dentro da Ocupação – pelos próprios moradores- para complementar (quando não for a única) a renda familiar, claramente contribuiu para uma mobilidade ascendente na vida dos entrevistados, como comenta Cafú.

Quando nós [esposa e ele] nos casamos, tínhamos uma geladeira, [...] [que] a porta caía e quando colocava a coisa dentro, congelava tudo [risos], não tinha cama, não tinha nada. Ai nós começou [a reciclagem e] tudo que a gente conseguiu adquirir, [...] foi lá dentro do pinheirinho. Se eu tenho alguma coisa hoje, eu consegui lá dentro [...].

4.3.2 A BATALHA PELOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS

A presente seção apresenta um cenário de arbitrariedades e lutas para a conquista de serviços públicos básicos pelos moradores da Ocupação. Para tanto, inicialmente será apresentado, de forma bem sucinta, um pano de fundo para elucidar os relatos que se seguem.

Harvey (2005, p. 78), em uma abordagem estritamente teórica a respeito da leitura de Marx sobre o Estado e o modo capitalista de produção, apresenta um Estado que se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade, baseado em interesses de classe. Contradiz, dessa forma, teorias que consideram o Estado como um poder vindo de fora, ou “a realidade da ideia moral”, atacando Hegel, mas sendo ele um produto da própria sociedade, marcada por antagonismos, dispostos a mantê-lo a favor da classe dominante, ou seja, a classe economicamente dirigente, tornando-se, por sua vez, a classe politicamente dirigente (ENGELS).

Segundo Engels:

O estado antigo era, antes de tudo, o Estado dos senhores de escravos para controlar os escravos, assim como o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão-de-obra assalariada pelo capital (ENGELS. apud HARVEY, 2005, p. 78).

Sendo que, quando o poder das classes se iguala, o Estado acaba assumindo um papel de mediador.

Harvey (2005, p.78), aponta que para a classe dirigente utilizar o Estado a seu favor, deve aparentar um “poder para todos”. Dessa maneira, indica duas estratégias para fazer valer a ideia de poder para todos. Primeiramente, com instituições que pareçam independentes e autônomas em seu funcionamento. Em segundo lugar, criar um “interesse geral ilusório”, a partir da “conexão entre Ideologia e Estado”, sustentando a ideia de Marx e Engels, onde a classe dirigente “domina também como pensadora, como produtora de ideias, e regula a produção e distribuição de ideias de sua época: assim, suas ideias são as ideias dominantes da época” (MARX & ENGELS, 1970 apud HARVEY, 2005, p.79).

Isto posto, é fácil hegemonizar as noções de “justiça”, “direito” e “liberdade”, apartadas de qualquer interesse de classe (e relações sociais de troca sob o capitalismo), mesmo com evidências explícitas de desigualdade e falta de liberdade. Dessa maneira o Estado incorpora para si, junto com o sistema legal, funções para garantir: o direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, os contratos, proteção de mecanismos de acumulação, eliminação de barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho, assim como a estabilização do sistema monetário. Para Harvey, o Estado não é elemento passivo da história (HARVEY, 2005, p. 78 et seq.).

Fazendo uma diferenciação entre Estado, Governo, Políticas Públicas e Sociais. Assuma-se aqui a sucinta explicação de Höfling (2001), a respeito da diferenciação entre Estado e Governo:

[O Estado é] o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Já Políticas Públicas, considera-se o como sendo o “Estado em ação” (GOBERT, 1987 apud HÖFLING, 2001), implantando um projeto de governo, com programas de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

A Política Social, como poderá ser visto adiante, ao mesmo tempo em que responde positivamente aos interesses dos representantes do trabalho, proporcionando-lhes ganhos reivindicativos na sua luta constante contra o capital, também atende positivamente aos

interesses da acumulação capitalista, preservando o potencial produtivo da mão-de-obra e, em alguns casos, até desmobilizando a classe trabalhadora (PEREIRA et al, 2006).

As Políticas Sociais, como processo, são marcadas por um “conjunto muito rico de determinações econômicas, políticas e culturais, e seu debate encerra fortes tensões entre visões sociais de mundo diferentes” (BEHRING, 2009). Dessa forma, é interessante reconhecer que a Política Social assume diferentes formas no decorrer da **história** e **localidade**, podendo-se destacar pontos de continuísmos e inflexões.

Destaca-se o contexto do liberalismo, com o controle econômico – e social, ou “Darwinismo Social” - da mão invisível do mercado, ficando limitado ao Estado “a defesa contra os inimigos externos, a proteção de todo o indivíduo de ofensas dirigidas por outros indivíduos e o provimento de obras públicas que não possam ser executadas pela iniciativa privada” (idem). As bases do liberalismo, que nega as Políticas Sociais, começam a ser enfraquecidas com o crescente movimento operário, mostrando sua fragilidade quanto à concentração de capital e monopólios. Encerra-se esse “período” com a “grande depressão” de 1929-32, sendo seguido pelo fordismo-keynesianismo como uma resposta à crise (id..).

Nesse “período”, há uma maior intervenção estatal a fim de amenizar os ciclos de crise, com foco no pleno emprego e políticas sociais, conhecido como Welfare State - para manter a economia e o consumo sempre em marcha. Os “anos de ouro” como ficou marcada a época, encerra-se com a impossibilidade de se manter o pleno emprego, com o incremento tecnológico e o alto endividamento público e privado (id..).

Reinventar-se o liberalismo e inicia-se outro ciclo para as políticas públicas, marcado pela crise do petróleo na década de 1970, seguido pelo contexto da ascensão ao poder de governos conservadores iniciando o chamado Neoliberalismo, tendo como princípios um Estado forte para tirar poder dos sindicatos e controlar a moeda; poucos gastos sociais e regulamentações econômicas; busca pela estabilidade monetária; forte disciplina orçamentária, com contenção de gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego; reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos e o desmonte dos direitos sociais. O Neoliberalismo também pode ser entendido em duas fases. A primeira de ataque ao Keynesianismo e ao Welfare State, e uma segunda de focalização, privatização e descentralização (idem, 2009).

Para consolidar esse novo consenso, foi preciso apresentar as ideias anteriores como “contra-senso, manifestação de interesses corporativos e/ou particularistas, sobrevivências de doutrinas antiquadas” (MORAES, 2002). Não é difícil imaginar seu êxito, como referido anteriormente, em Marx & Engels (S/D, p. 65 apud HARVEY, 2005, p.79), a classe dominante

também regula e produz ideias que serão comuns à sua época. Para Moraes (2002), com esse “poder”, o pensamento hegemônico conseguiu ir além das denúncias de incapacidade de se manter políticas públicas devido às questões econômicas ou fiscais, fala amplamente difundida para justificar o fim do *Welfare State*. Logrou apresentá-las como “sintomas de decadência civilizacional e, simultânea e paradoxalmente, como indutoras da decadência. Como algo intrinsecamente mau e que não se deve sustentar, mesmo quando possível fazê-lo” (MORAES, 2002). Nesse momento, a Política Social adquire um caráter assistencialista residual (BEHRING, 2009).

Behring (2009) faz uma compilação das tendências das políticas sociais, como reflexo das políticas Neoliberais (reestruturação produtiva, privatizações, flexibilização do trabalho, dentre outras):

- a) desresponsabilização do Estado e do setor público;
- b) política de redução de pobreza desarticulada com outras políticas sociais;
- c) responsabilização da sociedade civil e família pela ação assistencial;
- d) "incentivo" às ONGs e terceiro setor;
- e) mercantilização da proteção social;
- f) serviço público de baixa qualidade;
- g) políticas prioritariamente emergenciais, no geral, com dimensões assistenciais;
- h) formação de assistentes sociais não críticos e com baixa infraestrutura.

Com os apontamentos de Behring (2009), é fácil reconhecer uma tendência à despolíticação da sociedade e a “filantropização” das Políticas Sociais e, porque não, das Políticas Públicas.

Nesse quadro, o acesso aos Serviços Públicos básicos se deu de forma particular para os moradores da Ocupação Pinheirinho. Para garantir o recolhimento de lixo, por exemplo, segundo Marta, foi necessário colocar o lixo no lado do bairro Residencial União. Dessa forma, o acúmulo de lixo que acabava “*prejudicando outras pessoas*” fez com que a Prefeitura o recolhesse, mesmo “*sabendo que não era vontade deles*”, pois, inicialmente, “*a lixeira estava transbordando e eles não carregavam*” (MARTA). Passado esse episódio, o lixo era colocado em lixeiras comunitárias, separadas por setor, e recolhido pela Prefeitura. São jogos de poder que vão se revelando nas narrativas dos entrevistados.

Para alguns tipos de serviços básicos, era necessário utilizar o endereço de alguém “de fora” da Ocupação. As arbitrariedades nesse aspecto eram explicadas pela falta de CEP, justificativa para a não chegada de correspondências, a impossibilidade de fazer crediários em

lojas – e receber as mercadorias, ter telefone fixo etc. Por outro lado, de acordo com alguns depoimentos, vê-se que chegavam algumas correspondências, que eram encaminhadas para a secretaria da Ocupação. Dessa maneira, alguns conseguiam fazer crediários em lojas – e receber mercadorias- e, inclusive, ter telefone fixo, como no caso de Cafú, que teve telefone fixo por seis anos no Pinheirinho - porém a conta ia para a casa de seu pai, que morava “fora” da Ocupação. “*Dá para entender isso aí, ou não?*” (CAFÚ). Para receber correspondências, muitos moradores utilizavam a estratégia de passar o endereço de algum parente ou amigo:

Os outros [moradores], [...] era sempre assim, [para receber correspondência, indicavam] parentes ou amigos ou entregavam na secretaria [da Ocupação]. É, mas daí foi bem para o final, mas assim, não eram todas as cartas também, era só da Prefeitura, de bolsa família. Quando era da Prefeitura eles entregavam na secretaria, quando não era, qualquer outra coisa, a pessoa que tivesse endereço para passar [passava], porque não tinha endereço [no Pinheirinho] para passar (MARTA).

Para alguns entrevistados, correio “*Não chegava lá não*” (DINHO), ou na fala de Cafú “*Correio não ia, quando ia alguma coisa, ia para a secretaria [do acampamento], né?*”. Mesmo com algumas correspondências indo para a secretaria do acampamento, nem todos os entrevistados se sentiam confortáveis com isso já que “*Não tinha organização, ia para a secretaria, na secretaria não tinha uma pessoa certa para entregar, podia ser que... [Dina faz cara de desconfiança] O meu endereço era a casa da minha mãe. [...], o correio nunca entrou lá*” (DINA). Já Irene, devido à localização de sua casa – na “*mangueira*” e a popularidade de seu bar, “*depois de um tempo*”, recebia correspondências normalmente em sua casa.

Vê-se que bloqueios impostos por serviços públicos arbitrários, forçavam estratégias para aquisição de acessos, que aconteciam em um mesmo movimento de criação de novos bloqueios, já que muitas vezes a reação de quem via “de fora”, era negativa.

Com relação à saúde, os moradores do Pinheirinho utilizavam o “Postinho do União”,³⁶ comum em todas as falas, apesar de que nas falas dos moradores mais “antigos” esse fato se deu depois da consolidação da Ocupação, pois “*No começo, se você falasse que era do Pinheirinho, no médico mesmo, você não passava*” (MARTA). Já na fala de Cafú não é percebido nenhum ressentimento, já que “[*utilizava*] *Eu a minha esposa. A primeira menina, mesmo, fez o pré-natal no [Unidade Básica de Saúde do bairro Residencial] União*”.

Com relação a ônibus, eram utilizados aqueles que iam para o Bairro Colonial, também situado na Zona Sul da cidade. Inicialmente os moradores do Pinheirinho relatam ter tido dificuldades com relação à escola. Segundo Marta, “*no começo a gente não podia ter escola,*

³⁶Refere-se à Unidade Básica de Saúde (UBS) do Bairro Residencial União.

[...], eu estudava, não deixei de estudar porque a gente usava o endereço da minha avó que morava aqui que mora aqui na rua um [do bairro Campo dos Alemães]”, e denuncia que as escolas “diziam que não tinha vaga para criança do Pinheirinho”. De qualquer maneira, disputavam-se vagas apenas em escolas do sistema Estadual. Não conseguiam vagas em escolas Públicas Municipais, pois essas alegavam que era necessário “*endereço fixo*”.

Ainda em relação à escola, destaca-se que no contexto contemporâneo de crise do capital os direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 passam a ser desfigurados por processos econômicos macroestruturais, desconstruindo, dessa maneira, a noção de universalidade. No entanto, no que tange aos moradores do Pinheirinho, a questão é ainda mais complexa e perversa porque associada ao preconceito da escola e seus dirigentes. Em relação aos serviços públicos é interessante notar que os discursos divergem em alguns temas que deveriam ser comuns a todos. Não ter certeza se determinado serviço Público básico é ou não ofertado, bem como suas formas e condições. É esperada em uma cidade do tamanho, com a riqueza e “desenvolvimento” de São José dos Campos, que o lixo seja recolhido, a correspondência seja entregue e que a luz acenda quando o interruptor é acionado. A fala de Marta resume muito bem essa arbitrariedade da presença do Poder Público, que se faz confundir, inclusive, no que é Público ou privado:

[...] não vamos nem se dizer como se fosse um bairro, era uma cidade, por tudo que a gente tinha ali [no Pinheirinho]. A única coisa que a gente não tinha era escola e médico... Fora isso a gente tinha tudo. A gente tinha açougue, a gente tinha mercado, a gente tinha sacolão, a gente tinha loja de roupa, tinha cabeleireiro, tinha igreja, tinha tudo lá dentro. Tinha tudo lá (MARTA).

A fala de Marta sintetiza as diretrizes políticas de nosso tempo, revelando, inclusive as contradições intrínsecas ao sistema capitalista vigente. Vê-se a importância dada ao privado, com sua marcante presença, completamente alinhada com as propostas Neoliberais dos últimos 30 anos. A forma, porém, que ele se apresenta, também é bastante importante, visto que dentro da Ocupação, os serviços prestados eram informais/ilegais/ilícitos³⁷, que por sua vez fazia girar a economia de “dentro e de fora” da ocupação, de acordo com a lógica capitalista (por exemplo, a carne vendida no açougue era comprada de “fora” da Ocupação e muitas vezes vendidas “para fora”, como sanduíches vendidos em bares “de dentro”. Outro exemplo são os comerciantes de reciclagem, que transacionavam seu material com empresas intermediárias de grandes indústrias).

³⁷Ver seção “A precariedade do Trabalho” e “Ilegalismos e Jogos de Poder”.

Como comentado no início desta seção, vive-se um período de distanciamento da política, de acordo com os pressupostos neoliberais vigentes. Por outro lado, remando contra a maré, encontra-se na Ocupação uma conscientização política que merece destaque nesta pesquisa, como segue.

4.3.2.1 CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Às terças-feiras aconteciam as reuniões de núcleo, espaço dedicado a levantar necessidades de cada setor da Ocupação, sendo esta conduzida por um líder e frequentada por moradores daquele setor. Sábados aconteciam as assembleias gerais, onde eram discutidos os assuntos de interesse de todos, levantados previamente por cada setor, como regras de conduta interna, novidades sobre o processo de regularização do terreno, reivindicado pela liderança do Movimento dos Sem Teto etc. Lá eram explicadas as “lutas” e os “atos”³⁸, termos amplamente presentes nas falas dos entrevistados. Segundo Cafú, lá “[os líderes] passavam os informes de processo, [...] o que estava acontecendo na ocupação. Sempre tem alguma festa. [...] tudo era discutido ali e votado ali pelo pessoal mesmo”. Vinda considerava as reuniões interessantes, apesar de ter que fechar o seu bar nos horários de assembleias e reuniões, pois “Era coisa para nós, para o nosso bem que eles falavam” e quando ela não podia ir, o marido dela ia em seu lugar “Eu ia em todas, a gente nunca faltou.”

Os entrevistados apontaram as lutas pela moradia como fio condutor das assembleias. Alguns, inclusive, identificando como único motivo para os “atos”. Porém, como diz Cafú “[...] a gente não tinha acesso [...] a nenhum programa social. Então a gente fazia passeata [...]. A gente queria moradia, queria os direitos sociais, com o governo, para que a gente pudesse ter uma vida digna igual à de todo mundo, né?”.

Além da moradia, outras pautas eram discutidas pelos líderes nas reuniões semanais. Dinho relata:

[...] nós não lutávamos só pelo Pinheirinho não, nós fazíamos ‘porta de fábrica’, nós lutávamos por moradia de outras pessoas também [...] [fizemos manifestações] na Embraer, [...] na GM, [...] [no bairro do] Rio Cumprido, na Praça [Afonso Penna, no centro da cidade] [...]. [...], íamos para a prefeitura, para as ruas. [...] Fechamos a [Rodovia Presidente] Dutra duas vezes para chamar a atenção do governo.

³⁸ Manifestações e reivindicações públicas realizadas pelos moradores. Ver mais detalhes em Andrade (2010).

Vinda e Irene não participavam das manifestações, por não considerar correto: “*Eu acho que você não ganha nada, atrapalhando o outro, [...] em porta de fábrica, essas coisas, eu não acho certo.*” (IRENE), “*prejudicar os carros na rua [...]. Fazer essas coisas de queimar pneu [...]. Eu não gosto nem de falar.*” (VINDA). Nesse momento Vinda está visivelmente receosa em dar esse depoimento na entrevista, com medo de retaliações caso o entrevistador tenha alguma relação com a liderança do movimento ou da prefeitura, e completa “*Eu não gostava, mas também não gosto de criticar*”³⁹.

Essas reuniões serviam de aprendizado político para os moradores: “*Tínhamos que frequentar reuniões, frequentar assembleias, para a gente estar mais por dentro [...]. Eles [os líderes] explicavam bem para a gente [...] as formas de luta*” (DINHO).

Dina acredita que, devido a essas reuniões, os moradores se politizaram “*porque na realidade o pessoal do Pinheirinho, são pessoas que entendem de política [...]. Era muito mais que um bairro. Ali foi uma escola. Tanto para mim como para muitas pessoas.*”. Cafú reforça essa ideia: “*Eu aprendi muita coisa ali que eu nem sabia [que existia]. [...] Eu tenho muitos direitos que eu não sabia que eu tinha*”.

Dina faz uma reflexão da transformação que teve no Pinheirinho: “*Agora eu luto pelos meus direitos, né? Hoje em dia eu posso reclamar, eu sei que eu posso bater. Antigamente eu não [reclamava]... eu aceitava. Se tivesse médico [no posto de saúde] estava bom, se não tivesse, estava bom!*”.

E reforça, com um exemplo do que estava acontecendo no dia da entrevista:

“Eu vou agora [...] no postinho, porque eu fiz um tratinho⁴⁰ no dente. Até agora não teve o retorno, eu fiquei de ligar. Eu não vou pagar para arrumar se eu tenho o postinho ali, eu vou pegar no pé deles.”. “[...] o Pinheirinho me transformou [...]. Se eu tenho direito, eu vou atrás do meu direito. Que seja um real [...] hoje em dia eu luto pelo que eu tenho”.

Dina acredita que a politização dos moradores do Pinheirinho era um dos motivos que geravam rejeição à Ocupação por quem não residia lá: “*Como eu aprendi a me defender, muitas pessoas também aprenderam*” e considera que “*a gente mexeu na ferida [...] enquanto a verdade está debaixo do tapete...*”. Acreditava que os moradores do Pinheirinho eram vistos como baderneiros, e responde “*é que nós sabemos do nosso direito, e as pessoas aqui de fora*

³⁹ Esse discurso voltará a ser analisado na seção “*O outro lado do avesso*”

⁴⁰ Dina está se referindo a um tratamento odontológico.

não”, e fica inconformada com as pessoas “*de fora do Pinheirinho*”, que acreditam que “*tem que aceitar o que foi posto ali, [...] aceitar aquela situação*”.

Alguns entrevistados revelam a sensação de conquista de direitos e “mais facilidade” de acessos à cidade quando se residia no Pinheirinho, como comenta Cafú: “*Quando você morava ali, parece que as coisas, eram mais fáceis, porque a gente conseguia marcar consulta com postinho, as crianças estavam estudando, porque não é fácil [...]*”. Credita-se muito dos logros à união dos moradores.

4.3.3 O OUTRO LADO DO AVESSO

4.3.3.1 RELAÇÕES DENTRO-FORA

Uma das referências utilizadas nessa pesquisa foi Bauman (2009), na expectativa de, através de seus estudos, enriquecer a discussão acerca da subjetividade contida nas narrativas dos sujeitos. Porém uma de suas considerações pauta as próximas linhas na tentativa de validar a sua utilização em nosso contexto, discorrendo a respeito do universo de possibilidades da população por ele caracterizada como sendo da “primeira fila” e da “última fila”. Consideramos aqui, a título de compreensão, como uma questão de classes:

[...] o espaço da "primeira fila" está normalmente ligado às comunicações globais e à imensa rede de trocas, aberto a mensagens e experiências que incluem o mundo todo. Na outra ponta do espectro, encontramos as redes locais fragmentárias, muitas vezes de base étnica, que depositam sua confiança na própria identidade como recurso mais precioso para a defesa de seus interesses e, conseqüentemente, de sua própria vida. O quadro que emerge dessa descrição é o de dois mundos-de-vida separados, segregados [...] (BAUMAN, 2009, p. 26-27).

E em outro momento continua “Em geral, para defini-lo, diz-se que [a última fila] está fora das redes mundiais de comunicação com as quais as pessoas da “primeira fila” vivem conectadas e com as quais sintonizam suas próprias vidas. [...]” (idem, p. 27).

O que chama a atenção nesse momento específico da pesquisa de Bauman (2009), ao contrário desta, é a restrição às redes de comunicações globais pelos sujeitos da “última fila”, assim como a visão de dois “mundos-de-vida separados, segregados” (Ibid.).

Na presente pesquisa, observa-se um constante movimento entre os ex-moradores do Pinheirinho e as pessoas, serviços, infraestrutura, informações, consumo etc. existentes do “lado de fora” da Ocupação, ou seja, entre os da “última fila” e os da “primeira fila”. Esse “contato” acontecia por diversas situações, cabendo esclarecer, porém, o estranhamento

causado nesses apontamentos, pois para esse pesquisador, o encontro deveria ser entendido como algo natural entre os habitantes da Cidade. Porém, no sentido de ser didático com as linhas que seguem, sem a mínima intenção de mistificá-lo, toma-se a liberdade de pontuar rapidamente alguns dos motivos desses encontros entre “dentro” e “fora”:

a) “Dependência” de amigos e parentes “de fora” da Ocupação, para serviços como correios ou na necessidade de algum cadastro que necessite o fornecimento de um “endereço fixo”; b) Consumo realizado “fora” da Ocupação, tanto artigos de extrema necessidade, como os considerados supérfluos; c) Consumo realizado pelos moradores “de fora”, “dentro” da Ocupação, em bares etc.; d) Trabalho formal “fora” da Ocupação, como Marta trabalhando em uma empresa terceirizada para uma empresa de telecomunicações; e) Trabalho “informal” em sinergia com o trabalho “formal” fora da Ocupação, como coleta de reciclagem, serviços de pedreiro, etc.; f) Relações de amizade, parentesco etc.; g) Relação com o poder público, seja com infraestrutura, assistência social ou em manifestações e “atos” de reivindicação por moradia etc.; h) Meios de comunicação etc.

Dado os apontamentos retirados das narrativas dos entrevistados, acredita-se não ser possível utilizar nessa pesquisa, de forma rígida, a percepção de Bauman (2009) em relação às comunicações da “última fila”. Por outro lado, os “dois mundos-de-vida separados, segregados” (idem), levanta a ideia de “exclusão social”, tão comum e propalado no universo popular, que em um primeiro momento também soa estranho, dado os apontamentos anteriores. Portanto cabem algumas considerações. Nesse sentido, concorda-se que “qualquer estudo sobre a exclusão deve ser contextualizado no espaço e tempo ao qual o fenômeno se refere” (WANDERLAY, 2001, p. 18).

A utilização do conceito de “exclusão social” carrega consigo diversas contradições e discussões no meio acadêmico quanto à sua utilização, capacidade de explicação, problematização e definições, sendo utilizada, como por exemplo, no sentido de minorias, como negros, homossexuais, deficientes físicos, idosos, desadaptados sociais, desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de aceder ao mercado de trabalho, não acesso aos benefícios da urbanização, pobres, sem-habitação, sem-teto, favelados, meninos de rua, catadores de lixo, periferias, a certo tipo de privação, discriminação ou banimento (WANDERLEY, 2001; VERÁS, 2003), ou ainda estudos que norteiam a discussão com conceitos de “desqualificação” (PAUGAM, 2003), dando enfoque para o status social da nova pobreza, que “marca” quem a vive; “desinserção” (GAUJELAC e LEONETTI, 1994 apud WANDERLEY, 2001) ressaltando os valores de ordem simbólica dos fenômenos de exclusão; “desfiliação” (CASTEL, 1996 apud ZIONI, 2006,) com a dissolução dos laços sociais como o

resultado de uma dinâmica de precarização e de fragilização ou ainda participação/ excludente, inclusão perversa ou marginal e inclusão forçada (FORACCHI, 1974; MARTINS, 1997; FONTES, 1997 apud SAWAIA, 2001).

Porém, nota-se nas narrativas coletadas nessa pesquisa, algo que se assemelha mais ao que descreve Verás (2001), com o termo exclusão sendo “concebido como expressão das contradições do sistema capitalista e não como estado de fatalidade” que, impulsionado por políticas neoliberais, ao invés de excluir, mantém políticas de inclusão precária e marginal (MARTINS, 1997, p. 200 apud VERÁS, 2001), indo de encontro com a ideia de Foucault (1998), com a disciplinarização dos corpos (nesse caso, dos excluídos).

Ainda seguindo o raciocínio de Verás (2001), analogamente à dialética marxista de inclusão do trabalhador, alienando-o de seu esforço vital, a autora entende que o processo de exclusão traz consigo a contraditoriedade da inclusão, logo indissociáveis entre si. Sugere, então, a utilização da dialética inclusão/exclusão, priorizando os diferentes movimentos sócio-históricos (VÉRAS, 2001; SAWAIA, 2001).

Nesse sentido, ainda fazendo referência às “redes mundiais de comunicação” discutidas por Bauman (2009), apesar dos ex-moradores da Ocupação Pinheirinho estarem, sim, conectados a elas, questiona-se a “qualidade” que se dava essa “inclusão”. Aqui se concorda com Bauman (2009, p. 26-27), a respeito das “redes locais fragmentárias” (2009, p. 26-27), tão danosas quanto uma “exclusão” total, uma vez que se perdem referenciais e pontos de comparação, afetando tomadas de decisões. Exemplo claro são as formas atuais de consumo. A “inclusão” às comunicações publicitárias, sem a “inclusão” às comunicações de economia doméstica, por exemplo, propicia o endividamento exacerbado, em sintonia com a fase atual do capitalismo.

Para essa pesquisa, parece ainda mais apropriado que o conceito inclusão/exclusão, compreender, de forma semelhante, a dialética acessos/bloqueios à Cidade para os moradores da Ocupação Pinheirinho.

A Ocupação Pinheirinho em si já se apresentava como um acesso criado para suprir um déficit habitacional e um direito constitucional não cumprido. Porém, no mesmo momento em que é criado esse acesso, uma infinidade de bloqueios são impostos, como acesso à infraestrutura e serviços básicos, preconceitos, etc. Tais bloqueios levavam à “luta” por mais acessos. A politização dos moradores da Ocupação subsidiava tais “lutas”, que por sua vez, eram mal vistas pela população “de fora” do Pinheirinho, gerando novos bloqueios. Dá-se então um constante movimento de criação de acessos e bloqueios à população que residiu no Pinheirinho. Como exemplo, a necessidade de “coletar” matéria prima nas ruas, para construção

de seus barracos (acessos), era mal visto/criminalizado pela população “de fora” da Ocupação (bloqueios); ou mesmo, como a solução para contornar a falta de infraestrutura (bloqueio), criavam-se “gatos” de água e luz ou estratégias de enfrentamento – como a solução para o lixo – (acessos), também mal vistos pela população “de fora” da Ocupação (novos bloqueios), dentre outros.

Com relação às falas dos moradores da Ocupação, por vezes estes também acabam se posicionando e assumindo discursos que prevalecem do “lado de fora”. Cafú, como apresentado anteriormente, ao refletir sobre a “imagem de fora” da Ocupação, acredita que, caso não tivesse feito parte dela, provavelmente teria o mesmo preconceito que os “de fora” da Ocupação possuem.

Esse tipo de discurso se encontra além do lugar de construção de mundo do sujeito – “estratégia” no entendimento de Certeau (1998, p. 46) – sendo identificado como “tática” e que “só tem por lugar o do outro” (Idem).

A seção “*Orgulho e Preconceito*” desta pesquisa acaba, por diversos momentos, deslocando os sujeitos para essa posição, a partir do momento em que são provocados a refletir acerca do olhar “de fora”.

4.3.3.2 RELAÇÕES DENTRO-DENTRO

Em um primeiro momento, podendo parecer mais “palatável” que as relações “dentro-fora”, as relações “dentro-dentro” guardam algumas particularidades que merecem serem discutidas, dado o pluralismo de opiniões, tratando-se de relações não homogêneas e, por vezes contraditórias, uma vez que “Dispositivos semelhantes, jogando com relações de forças desiguais, não geram efeitos idênticos.” (CERTEAU, 1998, p. 44). Irene, por exemplo, não compartilha das mesmas opiniões de outros moradores da ocupação a respeito da liderança do Movimento dos sem Teto, dadas, entre outros fatores, suas experiências pessoais, como a maneira que chegou à Ocupação, comprando um terreno que não poderia ser vendido segundo as regras da liderança; a “*submissão*” que a “*Mangueira*” tinha ao “*Pinheirinho*”, pois caso o Pinheirinho “*tivesse algum benefício nós [moradores da região da Mangueira] seríamos excluídos [caso não apoiassem a Ocupação como um todo]*”; assim como seu contato com diversos atores que circulavam pela sua lanchonete – policiais, “*trabalhadores*”, “*pessoal do corre*”, “*liderança*” etc.

Não foi difícil encontrar no pluralismo das opiniões coletadas no decorrer das diversas entrevistas, discursos heterogêneos e mesmo contraditórios. Os superlativos utilizados na

descrição de suas moradias e elogios à Ocupação como comenta Cafú: “*A gente morava no paraíso e não sabia*” dividem espaço, no mesmo discurso, com críticas: “*Porque querendo ou não, a gente vivia numa prisão, né? [...]*” (CAFÚ). Da mesma maneira, elogios à liderança da Ocupação, como mostrados na seção “*Consciência Política*” se contradizem com as duras críticas a seu respeito e suas ações: “*Eu acho que você não ganha nada, atrapalhando o outro, [...] [fazendo protesto] em porta de fábrica, essas coisas, eu não acho certo.*” (IRENE), Vinda, reprovando os protestos organizados pela liderança, relata que não concorda em “*prejudicar os carros na rua [...]. Fazer essas coisas de queimar pneu [...]*” (VINDA), Irene comenta a respeito dos líderes:

[...] [são pessoas] completamente leigas, elas não conseguem ver um palmo diante do nariz e acabam se metendo em liderança. Tem até analfabeto na liderança, pessoas que não sabem conversar. Então, os melhorzinhos são os que arrastam os outros
(IRENE)

A mesma Irene, quando reflete acerca da possibilidade de ter exercido uma função de líder dentro da Ocupação, refuta: “[...] *Eu não sirvo para ser ladrona.*”

Nesse sentido, entende-se que a Ocupação Pinheirinho passa por um processo de “negociação da realidade”, que segundo Duarte (2005, p. 144 apud LOPES, 2014)

[...] sublinha a qualidade complexa, conflitiva ou contraditória do horizonte de possibilidades em que se movem os sujeitos das sociedades modernas em suas decisões éticas. Isso envolve em primeiro lugar a mencionada preeminência do “pluralismo”, implicada no valor da liberdade. Mas acentua sobretudo a dimensão dialógica que tendem a assumir todos os atos (inclusive os mais subjetivos) num contexto como esse.

O pluralismo de pensamentos encontra espaço e é legitimado em um processo de reconhecimento pela Ocupação. Segundo Lopes (2014), trata-se de uma lógica dos novos movimentos sociais, em uma transição dos movimentos sociais institucionalizados “tradicionais”, deslocando-se da “[...] macro política para mediações mais próximas e significativas às pessoas [...]”. Lopes (idem) reconhece que:

O princípio até então operante do antagonismo referia-se às teleologias opostas e complementares que se projetam de amplos segmentos sociais em oposição, pela implementação de modelos normativos de organização da vida social, como na concepção de luta de classes. Esses modelos tendiam a consolidar as projeções normativas em quadros institucionalizados alheios aos sujeitos [...]

Já com relação aos novos movimentos sociais, instaura-se o princípio do agonismo e transita-se “[...] da perspectiva do pertencimento para a do reconhecimento social, na lógica dos atores” (Idem):

o caráter agonístico das lutas sociais implica constituir estratégias e um lugar próprio de onde os sujeitos se constituem como coletividade política – um “nós” – e desde onde possam gestar suas relações com alteridades distintas. Ou seja, os processos de reconhecimento implicam um saber de si, que é coletivo e reflexivo na medida em que também reconheçam as fronteiras políticas que se estabelecem na negociação com um “eles” (idem)

Lopes (idem) reconhece que o princípio agonístico é constituidor de uma “economia das diferenças”, sendo que “o desafio está em preservar a coletividade, sem anular as contínuas reivindicações e interesses que têm de ser negociados”, presentes na “[...] constituição de sujeitos, na luta, que forma um “nós”: um saber de si, coletivo e reflexivo.” (idem).

Percebe-se, no decorrer das entrevistas, realmente a constituição de um “nós” na Ocupação, podendo ser facilmente percebido nas falas dos sujeitos. Dina sintetiza:

[Dentro do Pinheirinho, éramos como] uma aldeia de índios. Ali era assim. Se [...] seu filho estivesse fazendo algo de errado, eu chegava no seu filho e falava: ‘filho, não faz assim’ [...]. Eu respeitava você, e você me respeitava. E eu estava pronta para te ajudar em um momento que você precisasse e você também estava pronto para me ajudar. (DINA)

O “vínculo” (DINA) entre os moradores é creditado, segundo relatos – e contraditoriamente às críticas expostas anteriormente-, aos esforços da liderança do Movimento dos Sem Teto, transmitidos no dia-a-dia e nas reuniões e assembleias semanais como descrito em seção anterior (DINA, CAFÚ, IRENE, DITO, IDA). “[...] foi a própria liderança que imprimiu esse vínculo nos moradores” (DINA).

Entende-se, a partir dos relatos, que apesar das diferenças, os moradores mantinham um vínculo, uma unidade, de forma que o princípio agonístico constituído dentro da Ocupação Pinheirinho legitimava o adversário como um inimigo legítimo, com bases comuns, e não um competidor. Dessa forma, aceita-se o “outro”, não sendo “percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão” (MOUFFE, 2006, p. 20). Ainda segundo Mouffe (idem, p. 21), o foco não é “eliminar as paixões da esfera do público, de modo a tornar possível um consenso racional, mas mobilizar tais paixões em prol de desígnios democráticos.”,

uma vez que “Muita ênfase no consenso e a recusa de confrontação levam à apatia e ao despreço pela participação política” (MOUFFE, 2006, p. 21).

A participação política dentro da Ocupação, por sua vez, se fazia constante, como relatado na seção “*Consciência Política*”, aqui se resumindo às colocações de Dina: “*porque na realidade o pessoal do Pinheirinho, são pessoas que entendem de política [...]. Era muito mais que um bairro. Ali foi uma escola. Tanto para mim como para muitas pessoas.*”, sendo reforçada pela declaração de Cafú: “*Eu aprendi muita coisa ali que eu nem sabia. [...] Eu tenho muitos direitos que eu não sabia que eu tinha*”.

4.3.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A questão da assistência social pode ser entendida pelas expectativas dos moradores, visto que esperavam maior atendimento por parte do poder público dentro da Ocupação, ou seja, a imagem que tinham acerca da política e dos profissionais que a executam os levava a acreditar que obteriam respostas mais concretas, já que essa política tem marcas históricas no que se refere à intervenção social do Estado, sobretudo junto aos segmentos pauperizados, ainda que essa intervenção tenha se dado de forma fragmentada e descontínua desde os anos de 1930 até a aprovação da Constituição Federal de 1988 quando a Assistência Social ganha estatuto de política pública ingressando, junto com a Saúde e a Previdência Social, no campo da Proteção Social⁴¹.

A assistência social se configura como reposta à questão social na medida em que emergiu das “necessidades da população, articuladas como estratégias de controle do Estado sobre as classes subalternizadas, a fim de configurar a face humanitária do capitalismo sob a aparência de assistência” (SPOSATI et. al., 2010), mas, contraditoriamente, a Assistência é também espaço de conquista de direitos sociais e de reconhecimento da cidadania.

Sendo, nesse sentido, compreensível a expectativas dos moradores do Pinheirinho em relação à política de assistência social, como também de seus profissionais.

⁴¹Evidentemente o fato de a Assistência Social compor a Seguridade Social não garantiu imediatas mudanças nas formas de a população ver a política, nem mesmo o processo de mudança no interior desta tenha se dado em um passe de mágica. Desde 1988 até os dias de hoje, os trabalhadores da área lutam para efetivar a política na perspectiva do direito, buscando eliminar o ranço clientelista e assistencialista que a permeou historicamente.

A organização social COMAS⁴², localizada no Bairro Residencial União, concentrava todas as informações das necessidades dos moradores do Pinheirinho, porém não deixava claro para os moradores suas funções e responsabilidades ou mesmo quem ela representava. Além da COMAS, a própria liderança da Ocupação se preocupava e por vezes supria as necessidades sociais de seus moradores.

Com relação à assistência do poder público dentro do Pinheirinho, os entrevistados identificaram apenas duas ou três visitas de assistentes sociais ao longo de todos os anos de ocupação. Os motivos dessas visitas ainda geraram desconfiança por parte dos moradores que, segundo eles, serviu apenas para “mapear” a Ocupação: *“Auxílio não foi oferecido. Lá dentro nunca teve nada disso”* (CAFÚ):

Eles [os assistentes sociais da prefeitura] fizeram a contagem todinha lá dentro, mapearam rua por rua, [...] lá dentro não tem um que não foi cadastrado [...]. Então, eles [prefeitura] sabiam certinho o número de pessoas que tinha [e] o número de famílias que tinha, o número de crianças que tinha, acho que até gato e cachorro eles sabiam quantos tinham lá dentro, porque eles rodaram lá, tudinho. Casa por casa. Tanto que eles mapearam, marcaram as casas (CAFÚ).

Dina, que morou desde a origem da Ocupação, considera que a visita dos assistentes sociais se deu *“Porque a prefeitura recebeu uma ordem que era para cadastrar todas as famílias.”*. Ela se recorda que viu apenas duas vezes assistentes sociais dentro do Pinheirinho:

foi esse dia que a prefeitura recebeu essa ordem que era para cadastrar, que [...] fizeram aquele mutirão que o censo fez [...] marcaram de casa em casa, entendeu? Colocaram número, [...] cada [...] casa tinha recebido seu número.

A marcação das casas encheu Vinda de esperança:

*o pessoal que foi lá disse que era da prefeitura. A gente estava ali na esperança, naquela expectativa de ter as coisas no nosso nome, me dar um papel [para regularizar a casa] [...] porque elas cadastraram com o nome nosso! [...] Meu bar era 67, aí a prefeitura foi lá, **regularizou** tudo direitinho e falou assim ‘o bar da senhora vai ser 68, para ficar certinho lá’. [...] Pintaram tudo na parede lá* (VINDA, destaque do autor)

⁴²COMAS: Comunidade de Ação Social. ONG contratada pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos e da Igreja Apostólica Fonte da Vida, desde 01 de Março de 1992. Segundo o site oficial, oferece Plantões Sociais, Cestas Básicas, Armação de óculos, fotos, vale transportes, encaminhamento das famílias aos programas na Rede de Proteção Social Básica etc. Disponível em: <<http://comas.weebly.com/>>. Acesso em: 12 nov. 2013

Dinho teve a mesma esperança “*Quando fizeram o mapeamento, foi quando ficamos mais contentes. Agora a prefeitura vai liberar [a Ocupação] para nós! Mas não foi.*”. Dinho explica como se deu a nova numeração por parte da prefeitura:

Quem era rua dois, casa número onze. E vinham contando: um, dois, três, quatro e tinha a casa número onze. Colocavam o número onze [com spray na fachada de suas casas]. Mas o número que era pelo livro, do Pinheirinho, era outro [...]. O número da prefeitura era um [e do Pinheirinho outro] (DINHO).

A distinção entre o número do Pinheirinho e o da Prefeitura, para os moradores, se fazia constante. Apesar do “*número da Prefeitura*” estar marcado “*com spray*” na fachada de suas casas, nem todos os entrevistados se recordavam desse número, como no caso do Cafú “*minha casa era d71, daí ficou outro número*”.

Claramente os moradores se identificavam mais com a numeração dada pela Liderança do Movimento dos Sem-Teto do que a numeração da Prefeitura da cidade. Provavelmente pela baixa presença ou respostas às necessidades sociais da Prefeitura na Ocupação.

Percebe-se nas narrativas dos sujeitos, perplexidade em relação à postura da Prefeitura, expressa pela presença dos assistentes sociais em cadastrar as famílias e moradias. Contudo, cabe refletir sobre o quanto os trabalhadores sociais de modo geral estão submetidos a uma nova lógica no âmbito do Poder Público. Os trabalhadores sociais experimentam em seu cotidiano profissional o

[...]predomínio de uma cultura de mercado, de produtividade e de espacialização, de subsunção do homem à máquina, de tecnologia ‘emancipada’. (...) Na qual “a ideia de flexibilidade tornou-se símbolo de toda uma época (...) que pede a todos, especialmente aos trabalhadores, uma entrega incondicional à velocidade, à rapidez, à mudança incessante, ao risco (...). Inevitavelmente, o trabalho sofre pesada reconfiguração: dissolvem-se metas de carreira, parâmetros de talento e projetos de vida, bem como todo um conjunto de relações de classe e de vínculos de pertencimento (NOGUEIRA, 2004, p. 199).

Nesse contexto, há um claro processo de precarização das condições de trabalho, terceirizações e perda de autonomia, o que leva a fragilizações do ponto de vista das categorias profissionais que têm na maioria das vezes projetos profissionais que se chocam aos projetos políticos dos governos sejam eles municipais, estaduais ou federal (RAICHELIS, 2011).

Dessa maneira, os trabalhadores sociais, em particular os Assistentes Sociais citados pelos moradores do Pinheirinho, foram também vitimizados pela lógica mercantilista/ privatista que invadiu o Estado brasileiro de modo geral, em suas diferentes esferas, produzindo, em última instância, a cisão entre as classes trabalhadoras.

Apesar dos entrevistados não relacionarem a COMAS com a Prefeitura, aquela era a responsável, pelo lado da prefeitura, por centralizar as necessidades sociais do Pinheirinho. Lá eram feitos cadastros para “bolsas” do Governo (como o Programa Bolsa Família) e também o cadastramento para recebimento de cestas básicas, que era repassada de três em três meses (CAFÚ, MARTA, DINHO, DINA). As falas dos entrevistados, porém, desconhecem o que é a COMAS e seu caráter, deixando em aberto se é pública, privada ou filantrópica. Para fazer o cadastro na COMAS os moradores do Pinheirinho utilizavam o endereço dado na Unidade Básica de Saúde do Bairro Residencial União (DINA).

Conforme explica Rolnik (2009, p. 37), no modelo político vigente no país, tanto na política de habitação quanto nas demais políticas públicas “imperava a ‘ambiguidade constitutiva’ amplamente debatida por historiadores e cientistas políticos como marca da política brasileira”. Essa ambiguidade, por sua vez “produz fórmulas combinatórias entre o ‘real’ e o ‘legal’, o público e o privado, reinventando suas fronteiras, mas trabalhando na direção de sua manutenção” (GOMES, 1998, p. 502).

A COMAS se inscreve na lógica adotada a partir da década de 1990, com o “encolhimento de recursos públicos e aumento da pobreza” (TELLES, 2010, p. 91). Nesse momento outra modalidade de trabalho se ocupa da questão social, antes responsabilidade exclusiva do Estado - o chamado terceiro setor.

Antunes (2004) considera que, por incorporar o chamado exército de reserva, ou seja, trabalhadores desempregados, essa lógica acaba servindo ao mercado. Dessa forma, ONGs, associações de bairro, trabalho voluntário, “cestas de fim de ano” etc. se transformam em soluções precárias e inconsistentes para a gestão social. Ainda segundo Telles (2010, p. 91) a “velha” e a “nova” forma de gestão social se confundem, “até porque tudo acontece por vezes nos mesmos espaços e territórios, e os personagens [...] passam e transitam entre um e outro”, justificando a falta de conhecimento acerca da COMAS para os ex-moradores da Ocupação.

Segundo Montaño (2002) a partir dos anos de 1990, o Estado brasileiro passa a implementar o ideário neoliberal, alterando, por meio de mecanismos legais, as relações entre Estado, Sociedade e Mercado. Na “nova agenda”, as repostas à questão social são mercantilizadas, quer dizer, os serviços sociais são transformados em serviços mercantis, “sendo transpassados para o mercado e vendidos ao consumidor, como uma nova forma de apropriação da mais-valia do trabalhador”. Isto, na análise do autor, “conforma o tipo de fornecimento empresarial de serviços sociais, dirigidos aos cidadãos plenamente ‘integrados’, o ‘cidadão-cliente’” (MONTAÑO, 2002, p. 197).

A questão social no contexto neoliberal passa também a ser re-filantropizada, ou seja, amplos setores da população ao não serem cobertos pela ação estatal, passam a ser atendidos pela “rede de serviços” que compõem o universo heterogêneo das organizações filantrópicas e caritativas, de ajuda-mútua ou auto-ajuda, as quais se dedicarão aos setores dos “excluídos” ou “parcialmente integrados”, os quase não-cidadãos, com financiamento do fundo público⁴³ (Id., p. 197).

Na lógica neoliberal, o Estado passa a implementar parcerias com a sociedade civil via organizações sociais, de forma que essas prestem os serviços sociais por meio da política de convênios. Tal perspectiva deixa indícios claros de um processo de terceirização promovido e financiado pelo primeiro.

O crescimento do chamado terceiro setor, no qual se inscreve a COMAS, é um fenômeno que integra a lógica de desreponsabilização do Estado, ao mesmo tempo em que “cria uma demanda lucrativa para os serviços privados e, finalmente, estimula a ação voluntária e filantrópica” (MONTAÑO, 2002, p. 1), contrariando os dispositivos constitucionais, nos quais o Estado é quem deve ofertar e prover os serviços sociais aos cidadãos.

As falas dos entrevistados remetem justamente a isso. Não há clareza de quem é o prestador de serviço, quem é o público, o privado, quem faz por “obrigação” ou quem faz por “caridade”. Marta é enfática ao dizer “*por parte da Prefeitura a gente não teve assistência nenhuma*”. Marta se recorda: “*a gente não tinha auxílio nenhum, [...] teve até uma época que a gente precisava. [...] de uma cesta básica [e conseguimos] aqui [no COMAS], que é um centro de apoio à família carente*”. Cabe ressaltar que a COMAS é uma organização social que mantinha parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de São José dos Campos.

Devido a sensação – e vivência – de ausência de Políticas Sociais, Cafú, apesar de considerar-se “*bem colocado*” no Pinheirinho, o compara a morar em uma prisão, por ter seus acessos restritos: “*Porque querendo ou não, a gente vivia numa prisão, né? [...] não tinha acesso algum a programa social*” e acaba relacionando as privações à necessidade das “*lutas*”, “*A gente queria moradia, queria os direitos sociais, com o governo, para que a gente pudesse ter uma vida digna igual à de todo mundo, né*”.

Por fim, a própria Ocupação se preocupava em ajudar quem necessitava, o que acontecia, segundo Dinho nas reuniões de núcleo:

⁴³Sobre o fundo público ver: SALVADOR, E. (2010).

Nós [pessoas próximas da liderança, líderes ou moradores da Ocupação como um todo] tínhamos obrigação de saber quais as famílias que estavam desempregadas, criança pequena e a gente chegava neles, com um papel ‘fulano de tal, está passando isso e isso de necessidade’ e levava no núcleo.

Dinho, amigo de um líder de seu setor, conta que saía com um caderno para arrecadar itens para fazer e encaminhar uma cesta básica para quem precisasse.

A gente anotava o nome da pessoa [que precisava de ajuda], o número da casa, o bloco que morava e a gente passava para o núcleo [...]. Quem puder ajudar com alguma coisa [...] põe em cima da mesa. E eu batia assim na mesa. Era rapidinho e a gente fazia a cesta básica da pessoa. A gente era muito unido! Demais. Era muito bom.

Dina comenta que o Pinheirinho recebia muita doação, as quais eram armazenadas em um depósito e então oferecidos para quem precisasse. Por vezes esses materiais eram utilizados na recepção de novos moradores que não tinham possibilidade de comprar itens de primeira necessidade como “*alimentação, fogão, geladeira, roupa*”, além de “[...] *um barraco pronto ou uma casa de alvenaria*”. Dina ainda comenta a respeito de um casal que chegou à rodoviária de São José dos Campos, vindo do estado da Bahia, perderam o endereço da casa que iam e acabaram “*virando mendigo*”. O “*guarda*” da rodoviária, vendo a situação do casal, indicou a ida para o Pinheirinho “[...] *tem um bairro ali, na zona sul, chamado Pinheirinho. Vai lá para você conseguir uma casa para você*”. Casos como esses deixam claro o papel que o Pinheirinho representava na cidade sendo, inclusive, primeira opção de encaminhamento para um profissional que trabalha em um local que recebe inúmeras pessoas, como o segurança da rodoviária da cidade.

Além dessas assistências, o Pinheirinho recebia aleatoriamente doações de entidades e grupos, como de motoqueiros ou empresários locais que se sensibilizavam com a ocupação, doando presentes em datas comemorativas e algumas vezes, cestas básicas (CAFÚ).

4.3.5 ILEGALISMOS E JOGOS DE PODER⁴⁴

Devido à localização de sua lanchonete, Irene estava muito próxima do ilegal, do informal e do ilícito. Mais do que isso, Irene estava próxima aos ilegalismos, conceito que será discutido mais adiante.

⁴⁴ Aqui é utilizado o mesmo título dado por Telles (2010) a um de seus capítulos, de forma a explicitar a influência da obra da autora nessa seção.

Irene explica que nunca teve problemas de segurança em sua lanchonete, que era “*protegida*” apenas por uma única porta de vidro. Nem mesmo brigas entre os fregueses, segundo ela maioria “*de fora*” da Ocupação, ocorria. Acredita que isso se dava pelas “*regras de conduta*” existentes na Ocupação. Pregada pela liderança e executada pelo “*peçoal do corre*”⁴⁵ ligado ao Primeiro Comando da Capital⁴⁶ (PCC): “[*a liderança era*] *Cega, surda e muda, entendeu!?*”. “*Nada tinham a ver*” com os métodos utilizados.

Caso ocorresse alguma “*infração*”, como “*mexer com a mulher dos outros, caguetar alguém [...]. [...] Roubar [...]*”, o “*cara ia para o sumário*”⁴⁷, liderado pelo “*cabeça do corre*”. Discute-se a infração e é decidida a pena: “[...] *o que chegou de gente ir para sumário e apanhar tanto, de parar no pronto socorro e ir para UTI [...]. [...] juntavam seis, sete para bater, de você ouvir o barulho de ‘paf, paf’ [...]*”.

Irene considerava viver “*como uma comunidade*”, onde “*a marginalidade, as coisas ruins estão [...] aqui fora, [pois] lá dentro não era permitido*”. “*Se entrar um carro roubado [...] a gente sabe que aquele carro não é de lá*”. Dessa forma, ela se aproveitava dessa “*rede de proteção*” para vender fiado a seus fregueses “*firmeza, não venha pagar que vai ficar ruim para você!*”.

A lanchonete/bar/brechó de Irene se localizava próximo à chamada “*Cracolândia*”, segundo ela “*um pedacinho do inferno*”. Chegou a entrar lá a pedido de colegas, para procurar seus filhos. Irene tinha intimidade com todos, devido à sua personalidade e à sua lanchonete. Inclusive um de seus filhos era viciado e frequentava a “*Cracolândia*”: “*Um lugar de pó, barraco para lá e barraco para cá, aquela viela. [...] fazia uma curva. Lá no fim da curva, tinha um barzinho. [...] Lá para baixo, era uma ribanceira. [Um local de] desova [de corpos]*”. Porém as mortes tinham que ser consentidas no “*sumário*”. Conta que chegaram a levar corpo de fora, assim como pagar para mães, também usuárias de droga, não reclamarem o corpo de

⁴⁵Gíria referente às pessoas que participam do tráfico de drogas. Algumas vezes utilizada para referenciar quem pratica crimes

⁴⁶O PCC teve origem em 1993, dentro de uma cadeia, um ano depois do Massacre do Carandiru. Reivindicava reação a qualquer opressão do sistema contra os presos, mas também do preso contra o preso. Legitimou sua autoridade no cárcere por aplicar políticas expressas de interdição do estupro, do homicídio considerado injusto e, posteriormente, do crack dentro das prisões sob seu regime. Firmou-se como interlocutor entre os gestores e funcionários dos presídios, porque a disciplina estrita que introduzia nas “suas” unidades prisionais lhes era funcional. Durante os anos 1990, a guerra sangrenta contra grupos rivais e desrespeito ao proceder associou-se ao ideal de “paz entre os ladrões” do Partido. Quanto mais o PCC se expandia, mais o governo investia na ampliação do sistema que o nutria: metas crescentes de encarceramento, construção de dezenas de novas unidades e interiorização das prisões. A reforma dos anos 1990 quadruplicou a população carcerária paulista na década seguinte, impulsionada pela equivalência do tráfico de drogas a crime hediondo, que jogou dezenas de milhares de jovens nas cadeias. As prisões passaram a ser chamadas de “faculdades”. O PCC construiu sua hegemonia no crime (FELTRAN, 2013, on-line).

⁴⁷Sumário: tribunais conduzidos pela facção, onde são julgados os que não seguiram a conduta moral por ela estabelecida.

seus filhos assassinados lá dentro: “*Eu tive um filho que esteve lá dentro. Você entendeu? Eu sei de coisas.*”.

As situações narradas por Irene encontram-se ancoradas em uma prática comum e padronizada no Estado de São Paulo – ao menos – pelos “irmãos” batizados pelo PCC. Feltran (2010, p. 59) analisa em suas pesquisas como ocorrem essas ações. Segundo Feltran (2010, p. 59), moradores de periferia contam com diferentes instâncias de autoridade para buscar justiça – e isso não significa, necessariamente, alcançar a resposta pretendida. São elas as instâncias do Estado e Justiça legal – Justiça do Trabalho, Justiça Civil etc. –, além de integrantes do “crime”, meios de comunicação em massa e por último, a autoridade divina, como a possibilidade, última, de redenção e justiça.

Interessante a constatação de Feltran (2010, p. 60) no sentido de que a opção dos moradores de periferia pelos “tribunais do crime”⁴⁸, não se faz como negação ao Estado de direito ou à “legalidade oficial”, sendo que esses moradores seriam, talvez, os mais interessados em recorrer às instituições do Estado, porém se veem constantemente suprimidos ou frustrados com essa opção, não tendo respostas ao alcance de suas necessidades. Dessa forma, a instância do crime aparece como opção. Ao contrário do que poderia parecer, essa instância obedece “leis” e “éticas” estritas, normatizadas na última década.

Ainda segundo Feltran (2010, p. 63) os “tribunais do crime”, podem agir em três níveis diferentes, a depender da “infração” ocorrida. O primeiro nível corresponde a “trocar uma ideia”, solução para desvios leves, ou seja, “conscientizar”, através de uma conversa o “proceder”⁴⁹, mostrando a presença do PCC e “registrando” uma primeira advertência. O segundo nível, de gravidade moderada, envolve “irmãos” com mais influência no “crime”, podendo ser necessárias consultas, através de telefones celulares, a outros “irmãos” que estão cumprindo pena em presídios. Por fim, em casos mais graves, ou na recorrência de casos leves, a depender da situação, quando se delibera sobre a vida de um “acusado”, é necessário o envolvimento de “torres” – “irmãos” com grande poder na “empresa”⁵⁰-, e grandes debates são realizados, cabendo argumentação de todos os lados. Chega-se no final, a um consenso, baseado nos princípios da facção, que pode deliberar “quem vive, quem mata e quem morre” (FELTRAN, 2010, p. 64).

⁴⁸Mesmo que sumário: tribunais conduzidos pela facção, onde são julgados os que não seguiram a conduta moral por ela estabelecida.

⁴⁹Expressão utilizada para indicar a postura correta dentro das normas locais estabelecidas pela facção PCC.

⁵⁰Uma dentre tantas formas de se referenciar a facção PCC.

Cabe ressaltar, porém, que a “pena de morte” é altamente regulamentada, buscando a pacificação do conflito e ainda tomando o cuidado de interromper o “ciclo” de violência e vingança que aquela situação pode gerar, ou seja, evitando uma escalada de violência na região (FELTRAN, 2010, p. 64).

A presença massiva da facção PCC em alguns territórios, somadas ao “senso de justiça” e a “preocupação” em evitar mortes desnecessárias é apontada, por moradores “da periferia” como fator para a redução do número de homicídios de jovens em áreas “conflituosas”, como ocorria até o final do século passado. Esse argumento é resumido em falas espalhadas pelo Estado de São Paulo: “não pode mais matar”. Nesse caso, cabe complementar a frase “não pode mais matar **sem autorização** [do PCC]”. Ainda segundo Feltran (2010, p; 64) Outras explicações para a redução das taxas de homicídios são “porque já morreu tudo” e “porque prenderam tudo”, fazendo alusão a jovens que faziam parte do “mundo do crime” que, ou já foram mortos, ou foram presos. De qualquer maneira, se o mundo do crime permanece, percebe-se que houve uma mudança nesse comportamento de homicídios. Por outro lado, o encarceramento em massa, estratégia que será tratada na seção “*Orgulho e preconceito*”, coincide com o período de expansão e consolidação do PCC. (FELTRAN, 2010, p. 64).

Apesar de se tratar de uma instituição à margem da legalidade, a mercê de todas as arbitrariedades inseridas e relacionadas com o “mundo do crime”, sua eficiência e senso de justiça - além de sua intimidação - atrai e se legitima como instância de justiça para a “população da periferia”.

Na perspectiva de quem vive nesses territórios, se a “justiça do crime” tem os conteúdos da exceção inscritos em sua “lei”, ela seria justa por se aplicar “**de igual para todos**”. Por isso, a “lei do crime” expande sua legitimação nas periferias da cidade, na medida exata em que a justiça penal oficial é percebida como voltada para encarcerar seus habitantes. O fato de a “lei oficial” ter conteúdos democráticos só funciona para **legitimá-la entre classes médias e altas**, que constroem sua percepção de que vivemos numa “democracia consolidada”. A tensão pela disputa da legitimidade, nas fronteiras da cidade, é evidente (FELTRAN, 2010, p. 71, grifos do autor).

Voltando à lanchonete de Irene, assim como outros estabelecimentos da Ocupação, recebia constantemente assédios por negócios de caráter duvidoso, vindos, “*de fora*” da Ocupação. O primeiro foi a proposta de “*colocar uma mesa de sinuca*”, com lucros de 60% sobre o valor da ficha. Como na época Irene não tinha telhado na lanchonete, a mesma pessoa ofereceu “*fazer um puxado*”⁵¹. Recusou, pois queria o telhado da sua maneira. Assim que teve

⁵¹Fazer um novo cômodo de forma simples. Nesse caso, referia-se a construção de um telhado.

o telhado, aceitou a mesa de sinuca. Vinda, outra entrevistada, que tinha um bar, recebeu a mesma proposta da mesa e telhas: “*a senhora vai descontando e todo o mês a senhora paga um pouquinho*”. Aceitou a proposta, que foi realizada às nove da manhã: “*Quando foi meio dia estava o caminhão de telha lá com a mesa de sinuca*” (VINDA).

Irene ainda teve outras propostas, que foram aceitas, como uma máquina de música, duas de fliperama, além de oito caça niqueis, cada proposta feita por uma pessoa diferente.

As máquinas de caça níquel merecem destaque nesta pesquisa. Devido a elas alguns clientes ficavam até a madrugada na lanchonete: “[...] *eu cheguei a pagar prêmios bons lá, [...] aí o pessoal ficou louco! [...] cheguei a pagar R\$ 900,00 [...] de prêmio*”. Inicialmente Irene ficou receosa em ter os caça niqueis: “*e se os homens⁵²virem?*”, mas teve a garantia do dono das máquinas “[...] *se tiver alguma blitz [da polícia], alguma coisa, [...] ligo te avisando para você guardar*”. Segundo Irene, “*elas são ‘truta’ da polícia, todo mundo trabalha junto.[...] Quantas vezes [o dono das máquinas me ligava e] eu tive que correr e guardar.*”.

Alguns fregueses “*não iam embora para casa*”, por “*não querer perder dinheiro*” nos caça niqueis: Irene conta que suas mulheres “*caguetavam*” as máquinas para a polícia. Em uma batida policial **em que ela não foi avisada**, conta que um policial viu uma máquina de caça níquel que estava separada em sua sala para consertá-la, mais tantas outras no quarto mais ao fundo, além de outras duas do lado de fora da lanchonete. Segundo ela, o policial conversou com o tenente e, após alguns questionamentos, conclui: “*Dona Irene, eu vou fazer de conta que sou cego dessa vez. Não vou levar as suas máquinas, mas a senhora dê fim nelas, ouviu?*”. Irene continuou com as máquinas até o fim da Ocupação.

Para análises das experiências relatadas por Irene e de outras que seguirão, nas pistas de Telles (2010), faz-se uso do conceito de gestão diferencial dos ilegalismos de Foucault (2006). Espera-se, dessa maneira, deslocar o foco jurídico de ilegalidade, fugindo de análises binárias, certo-errado, bom-ruim, legal-ilegal, formal-informal, lícito-ilícito:

Se há porosidade nos âmbitos formal-informal, legal-ilegal, lícito-ilícito, isso não quer dizer indiferenciação entre uns e outros, pois é justamente nas suas dobras que se dão os agenciamentos políticos (corrupção, extorsão, repressão, violência e as várias modulações dos mercados de proteção, entre outros) que condicionam essa ampla circulação de bens, mercadorias, pessoas e populações itinerantes (TELLES, 2010, p. 181)

Inicialmente, cabe ressaltar que o termo “ilegalismo”, denota um neologismo cunhado por Foucault, utilizado em algumas de suas obras, como *Vigiar e Punir* (1999). Nessa obra, para

⁵²Gíria que faz referência a Policiais.

a tradução brasileira, o termo aparece como “*ilegalidade*”, trazendo, dessa maneira, toda a bagagem simbólica que esse termo apresenta em nossa sociedade. Fonseca (2002, p. 130), analisa que os termos *illégalisme* (também um neologismo na língua Francesa) e *illégalité*, por vezes aparecem com o mesmo sentido nos textos de Foucault, porém uma preferência é dada à *illégalisme* que, por também se tratar de um neologismo, traz “a intenção de marcar uma especificidade do mesmo em relação ao termo mais corrente, *illégalité*” (Id.).

A questão reside justamente em se ter, de um lado, o que é estabelecido por lei e as ilegalidades (irregularidades, transgressões) e por outro um sistema punitivo que não é neutro. Assim “nem toda prática ilegal deve ser punida e, no sentido inverso e ao mesmo tempo proporcional, nem toda lei deve ser respeitada” (FONSECA, 2002, p. 132). O termo ilegalismo, entra nesse ponto, assumindo uma ideia maior do que um “ato ilegal”, rompendo com o “regime funcional de atos considerados ilegais no interior de uma dada legislação, em vigor no interior de uma sociedade” (idem, p. 138), trazendo a ideia de “gestão” de ilegalidades (FONSECA, 2002; HIRATA & TELLES, 2010, TELLES 2010), tolerando-a, autorizando-a ou punindo-a.

Como avaliam Hirata e Telles (2010, p. 41), os ilegalismos não são “imperfeições ou lacunas na aplicação das leis”, mas trazem à tona jogos de poder por vezes tolerados, autorizados ou punidos. Dessa maneira “[as leis] não são feitas para impedir tal ou qual comportamento, mas para diferenciar as maneiras de contornar a própria lei” (FOUCAULT, 1994 apud HIRATA & HIRATA, 2010, p. 41). Dessa maneira acredita-se que, ao ajustar o foco para os ilegalismos, um rico cenário se desvela, com suas tensões e seus jogos de poder “em torno desses ilegalismos, se estruturam campos de força e jogos de poder que deslocam, fazem e refazem a demarcação entre a lei e o extralegal, entre a justiça e a força, entre acordos pactuados e a violência, entre a ordem e seu avesso” (HIRATA & TELLES, 2009, p. 59).

Pode-se dizer que as experiências narradas por Irene se enquadram no que Telles (2010, p. 171) avalia como “um fenômeno transversal na experiência contemporânea”, perpassando o informal, o ilegal e o ilícito. A metáfora “a cidade como bazar” (RUGGIERO & SOUTH apud TELLES, 2010, p. 172), indicando intersecções entre os **mercados formais** e os informais, ilegais e ilícitos, conceito amplamente utilizado por Hirata & Telles (2010) e Telles (2010), cai aqui como uma luva, embaralhando e confundindo esses mercados. Se em um primeiro momento, se faz difícil à distinção entre o “certo” o “errado”, em um segundo momento se naturaliza o não questionamento, fazendo tudo parte de uma coisa só. Questiona-se, inclusive, a expressão corrente em “periferias”: “caminhar pelo certo⁵³”. Mas afinal, o que é o certo?

⁵³Expressão utilizada para indicar o caminho correto a ser seguido, evitando o “mundo do crime”.

Mais para demonstrar a complexidade do tema e a riqueza de fatos que o cercam, do que apontar as “irregularidades” (não é o foco da pesquisa), quase um ato de ironia, ilustra-se um cenário que não seria incomum no dia a dia de Irene, com sua lanchonete (sem registros), localizada em uma Ocupação irregular: Utiliza-se de água e luz adquirida de forma ilegal, paga seus funcionários informais, e entretém a freguesia com suas máquinas de caça níquel ilegais enquanto tomam cerveja *Brahma* ou *Schin* fornecidas por caminhões legais representantes de grandes empresas, que entregam na porta de sua lanchonete (assim como o gás e outros pequenos produtos). Caso o freguês não consiga pagar o que consumiu, Irene “pendura” a conta, pois tem a tranquilidade do pagamento, garantido pelo medo do “sumário” aplicado pelo PCC. Para manter o alto “nível” da lanchonete, “permite” que os “nóias” consumam drogas ilícitas apenas “da metade da rua para lá [da lanchonete]”. Caso haja uma “batida policial no bar”, sua rede de proteção (composta por um sem número de intermediários) é acionada, para que esconda os caça-níqueis. Certa vez foi “pega” com suas máquinas, mas o policial fez “vistas-grossas”. Em outro momento, provavelmente uma denúncia de um X9⁵⁴ da Ocupação, foi intimada pela polícia, mas “liberada” pela juíza.

Vê-se nessa ilustração, “semifictícia” – pois as situações ocorreram, mas em momentos diferentes- mais do que irregularidades: ilegalismos. A gestão diferencial é clara na situação apresentada acima de “autorização” dos caça-níqueis dada pela rede de proteção de Irene, que envolve inclusive policiais, na “tolerância” no momento de flagrante, fazendo “vistas grossas às máquinas” ou na “punição” quando foi incriminada, devido às máquinas de jogo, (ainda assim, “tolerada” em um segundo momento pela juíza). São jogos de poder no qual Irene vai se adaptando e se reinventando constantemente, mais para se manter atuante do que para se “enquadrar em leis previstas” na legislação.

Talvez o mais interessado pelo tema seja o próprio mercado de proteção, que precifica seus serviços (proteção/ extorsão) de acordo com a situação (complexidade, momento histórico, repercussão, simbologia, aceitabilidade moral etc.), sendo eles a “face política do bazar contemporâneo” (TELLES, 2010, p.180).

A expressão de Thompson “arte do contornamento” apontado por Telles (2010) e indicada como “um traço transversal da experiência contemporânea”, explica por si só, como os moradores lidaram com a questão do fornecimento da água e da luz, fato comum a todos que moraram no Pinheirinho. Aqui, está exposto o “embaralhamento” do que é legal e ilegal, como resultado de normalizações e campos de disputa, no caso a ilegalidade da Ocupação em si. Do

⁵⁴Expressão utilizada para indicar a postura correta dentro das normas locais (o “proceder”).

outro lado, o conceito de ilegalismos “cai como uma luva” ao examinar a tratativa dada a essa situação.

O Pinheirinho não possuía o fornecimento legal de água e luz. Logo, os recém-chegados se deparavam com duas situações: quem chegou com a Ocupação já consolidada e já foi para um barraco ou casa com luz e água – pois comumente algumas casas e barracos eram desocupados por seus moradores e colocados à disposição de recém-chegados à Ocupação – o novo morador, tinha como preocupação “apenas” a intempérie de uma possível falta de fornecimento pelo rompimento das mangueiras de água ou no caso, por exemplo, de um “*caminhão cegonha passar e arrancar os fios da rua*”, necessitando nova ligação de eletricidade. Para os que chegaram no começo da Ocupação, ou quando não encontravam barracos ou casas à disposição, recebiam o “*cartão de visita do Pinheirinho*” (destaque do autor), com a necessidade de se fazer uma ligação clandestina.

Em uma entrevista, Foucault (1994, apud CARVALHO JR., 2007) comenta “Desde o momento em que uma lei é instaurada, ela proíbe ou condena em um só golpe um certo número de comportamentos. Logo aparece, em torno dela, uma aura de ilegalismos. [...]”. Como será visto mais adiante, os moradores relatam suas estratégias para realizar as “ligações clandestinas”, “contornando” as ações da polícia, que longe de seguir o previsto em lei, gerava por um lado medo e por outro diversão para os moradores. Quanto à arbitrariedade da polícia, segue Foucault:

Ora, esses ilegalismos não são tratados nem reprimidos da mesma maneira pelo sistema penal e pela lei propriamente dita, o que nos permite perguntar se a lei não seria, sob aparência de regra geral, uma maneira de fazer aparecer certos ilegalismos, diferenciados uns dos outros, que vão permitir, por exemplo, o enriquecimento de uns e o empobrecimento de outros, que vão tanto assegurar a tolerância, quanto autorizar a intolerância (FOUCAULT, 1994 apud CARVALHO JR., 2007).

No início da Ocupação, segundo Marta, foi necessário utilizar velas “*até conseguir chegar à ‘voltagem’ [...] [porque] no começo, ia bem fraco*”, para suprir a necessidade de iluminação. Com relação à água, era utilizado um poço existente na Ocupação, porém era preciso “sorte” e chegar cedo para pegar “*uma água [...] mais limpa, porque no final era aquela água barrenta [...]*”. Moradores que dispunham de parentes ou amigos nas regiões vizinhas, comumente se abasteciam de água com eles.

A necessidade de fazer ligações clandestinas, segundo relatos de Dina, Vinda, Marta e Cafú, ficaram marcadas na vida dos moradores, principalmente pelo medo da ação policial:

Todo mundo que morou no Pinheirinho tem isso na cabeça, porque já veio desde o começo quando a gente estava ligando a água e a luz. A polícia vinha e descia o cacete, pegava nosso material e levava embora. Então [...], sempre ficou aquela coisa [...]: a polícia vai ver e vai bater (DINA).

Em seu livro *Confiança e Medo na Cidade*, Bauman (2009, p. 68) deixa uma pergunta no ar: “É possível derrotar o medo e ao mesmo tempo suprimir o tédio?”. Bauman está se referindo às soluções encontradas para se conviver com a moderna sensação de constante insegurança, e suas consequências:

[...] com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura, em suma, todos os atrativos da vida urbana. A alternativa à insegurança não é a beatitude da tranquilidade, mas a maldição do tédio (BAUMAN, 2009, p. 68).

Seria ingênuo, é claro, dizer que os moradores da Ocupação não tinham medo de realizar as ligações clandestinas devido às reações, sempre imprevisíveis, da polícia. Experiências aqui relatadas mostram o contrário. Por outro lado, as estratégias utilizadas para realizar tais ligações, com a participação de vizinhos, a constante sensação de que algo pode não dar certo – a aventura e a surpresa-, o êxito, as improvisações, o ato de “resistir” em si etc., revelam-se, nas entrevistas coletadas, como um momento de entretenimento – ou supressão do tédio. Apesar do receio da polícia, já que “*perante polícia a gente é tudo marginal*” (MARTA), muitos entrevistados lembram com nostalgia dos momentos que necessitavam fazer uma ligação clandestina: “*Então era uma situação gostosa, porque estava todo mundo na rua. E ali, menino, que gostoso que era*” (DINA), em outro momento, Dina confirma “*Então era gostoso. Era o divertimento que a gente tinha ali*”. O mesmo relato se dá em situações de mais tensão, como relata Marta: “*a polícia chegava, a polícia quebrava tudo, a gente saía correndo, [...] a coisa era animada, era gostoso, era bem legal!*”. Por fim, Dalva afirma “*a gente aprendeu a viver com o medo, entendeu?*”.

O sentimento de união dos moradores da Ocupação, era visto na divisão das tarefas para a realização dos “*gatos*”⁵⁵ (DINHO). Segundo Dina, Marta, Cafú, Dinho e Vinda, enquanto os homens faziam o pesado, como “*estourar*” o asfalto ou “*fazer uma ligação*”, as mulheres ficavam com bandeiras sinalizando para auxiliar os carros que passavam naquele momento e também sinalizavam caso vissem um carro de polícia. Outras pessoas ficavam fazendo rondas em carros, alertando caso vissem sinais da polícia. A união dos moradores também se dava pela necessidade de compartilhar redes de água e luz, assim como os custos desta, como mangueira

⁵⁵Gíria relacionada à “clandestinidade”, “ilegalidade”, “falsificar”, “forjar algo”.

e fiação: “*olha, aqui deu tanto. Você me dá uma parte em dinheiro para mim e usa [a mangueira de água] aí para você. Aí ajudei ele lá, e puxei a água*” (DINHO).

De maneira antagônica, a mesma lei que proíbe ligações clandestinas, cria, nos ilegalismos, apesar do receio da polícia e suas ações, um momento de alegria para os moradores, reforçando laços de união e comunidade em “forças tarefa” para alcançar alguma necessidade, principalmente as não atendidas pelo Poder Público.

Dessa forma, quando se fazia necessário criar alguma ligação clandestina de eletricidade, ou “*ligar uma água*”, fazia-se saber:

E aquele vizinho já passava para outro vizinho. Quando eu estava lá batendo a marreta na rua para furar o asfalto, [...] ia juntando gente. Um ia apoiando o outro [...] eu dava uma marretada, outro dava uma marretada, quando via já estava aberta rua e a água ligada (DINA).

Essa união, segundo Dina, era tão forte que “*quando a polícia chegava, nós todos saímos correndo. Se fosse para apanhar nós apanhava todo junto. [...] Até para apanhar a gente apanhava junto!*”.

A “nebulosidade dos ilegalismos”, segundo os relatos, se apresenta no sentimento de legalidade nas ações clandestinas que eram realizadas. Para muitos moradores, eles tinham autorização da “*Bandeirante*⁵⁶” de utilizar a luz, mesmo que ela não fosse fornecida “*oficialmente*”:

Luz foi autorizada porque existe uma lei que se diz que o ser humano não pode viver sem a água e sem luz. Não que foi autorizada a Bandeirante ir lá e ligar a luz. [...] mas a Prefeitura nunca assinou um papel para que eles colocassem luz lá dentro. A Prefeitura nunca assinou esse contrato. A Prefeitura e a Bandeirante. [...] o juiz deu direito, porque todo ser humano tem direito a água e luz [...] (DINA).

A arbitrariedade do poder Público e das informações que ventilavam no Pinheirinho, é verificada na ambiguidade da fala dos entrevistados e no que aconteceu de concreto lá dentro. Uma expressão não poderia passar aqui despercebida: “*gato legalizado*”, com duas palavras antagônicas e que, à primeira vista ou sob o comum ponto de vista jurídico/legal, se anulariam e perderiam valor, sintetizando o embaralhamento da situação em questão que se faz pelo ponto de vista de quem é “gerido nos ilegalismos”.

⁵⁶Bandeirante Energia é uma empresa de distribuição de energia elétrica, criada em 1998 no Programa Estadual de Desestatização do Governo do Estado de São Paulo, com 56% de capital da portuguesa EDP. A Bandeirante Energia fornece energia elétrica para habitantes 28 municípios do Estado de São Paulo, nas regiões do Vale do Paraíba e do Alto Tietê.

A questão dos ilegalismos em Foucault, além do fato de criar uma ficção teórica onde as leis teriam sido feitas para serem cumpridas, também remete à questão de dominação social:

[] a economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista. A ilegalidade dos bens foi separada da ilegalidade dos direitos. Divisão que corresponde a uma oposição de classes, pois, de um lado, a ilegalidade mais acessível às classes populares será a dos bens — transferência violenta das propriedades; de outro a burguesia, então, se reservará a ilegalidade dos direitos: a possibilidade de desviar seus próprios regulamentos e suas próprias leis; de fazer funcionar todo um imenso setor da circulação econômica por um jogo que se desenrola nas margens da legislação — margens previstas por seus silêncios, ou liberadas por uma tolerância de fato. E essa grande redistribuição das ilegalidades se traduzirá até por uma especialização dos circuitos judiciais; para as ilegalidades de bens — para o roubo — os tribunais ordinários e os castigos; para as ilegalidades de direitos — fraudes, evasões fiscais, operações comerciais irregulares — jurisdições especiais com transações, acomodações, multas atenuadas, etc. A burguesia se reservou o campo fecundo da ilegalidade dos direitos. E ao mesmo tempo em que essa separação se realiza, afirma-se a necessidade de uma vigilância constante que se faça essencialmente sobre essa ilegalidade dos bens (FOUCAULT, 1999, 107).

Tal afirmação se faz clara, no caso da Ocupação Pinheirinho, quando é relatado que diversas denúncias feitas à polícia a respeito das ligações clandestinas em andamento – ilegalidade de bens -, eram feitas por moradores do Bairro Residencial União, localizado na mesma avenida da Ocupação. Por outro lado, não existia reclamação a respeito da dívida de IPTU – ilegalidade de direitos- do terreno ocupado, pertencente à massa falida Selecta, no valor de R\$17 milhões (em setembro de 2012, após a desocupação, possuía mais R\$28 milhões em multas), alvo de disputas judiciais. Marta considera que as denúncias feitas pelos moradores do Bairro Residencial União com relação às ligações clandestinas, ocorriam porque *“pessoas de classe social um pouquinho melhor [...] sentem na verdade um pouco melhor que os outros. [...] É tudo assim questão financeira”*.

4.3.6 ORGULHO E PRECONCEITO

Segundo os entrevistados, os moradores da Ocupação Pinheirinho sofriam preconceito e discriminação por parte de outros moradores da cidade. Como essa pesquisa entrevistou apenas moradores da Ocupação Pinheirinho, o que será visto, são as impressões que os entrevistados têm a respeito deles mesmos, em outras palavras, suas percepções acerca desse tema.

Antes mesmo de analisar as percepções dos sujeitos da pesquisa acerca do preconceito que sofriam, importa explicitar o que se entende por preconceito. Na acepção de Agnes Heller (1989, p. 47) refere-se a “juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência

cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão”. A autora afirma que nessas situações os indivíduos possuem uma “fixação afetiva no preconceito”, como uma espécie de fé.

O preconceito “sinaliza para a desinformação, ignorância e irracionalismo presentes no comportamento preconceituoso, os quais contribuem para tolhera autonomia do indivíduo, por estreitarem as suas possibilidades e alternativas reais de escolha” (PAIVA et. al. 1996, p. 194).

Diversos motivos eram dados para justificar o preconceito sofrido, principalmente a situação financeira, sendo enumerada a soberba da “*classe social um pouquinho melhor ou mesmo os interesses imobiliários da região*” (MARTA, CAFÚ). O preconceito transmitido e gerado pelos grandes meios de comunicação, interessados em transmitir apenas o que “dá ibope”: “[...] a Vanguarda⁵⁷ [...] só divulgava na mídia o que era favorável à prefeitura: teve uma apreensão de drogas no Pinheirinho, estava lá. Mas [...] nunca teve nada que favorecesse alguém de lá [do Pinheirinho] na reportagem deles” (MARTA). Outro fator mencionado foi relacionado à legalidade da ação dos moradores, vistos, muitas vezes como pessoas que “[...] estavam roubando luz, roubando água, pegando coisa dos outros. Tomando terra dos outros”. A politização dos moradores do Pinheirinho e, conseqüentemente, as suas reivindicações, também foram apontados como incômodos a quem não residia na Ocupação. Segundo Dina, a consciência política dos moradores era, por diversas vezes, confundida com “*baderna*”:

As pessoas aqui fora, julgavam muito a gente por isso: achavam que a gente era baderneiro. Não é que a gente era baderneiro, é que nós sabemos do nosso direito, e as pessoas aqui de fora não [...] porque na realidade o pessoal do Pinheirinho [...] entendem de política! (DINA).

Percebe-se como ponto comum nos relatos dos ex-moradores da Ocupação, a percepção do desconhecimento do resto da cidade à respeito da Ocupação, gerando um estranhamento. Frequentemente, quando estavam falando sobre o tema de preconceito, rebatiam os argumentos dando exemplos do quão bom era morar “lá dentro”, sendo que muitas vezes esse tema tomava conta da fala, desviando, involuntariamente, do assunto inicial – o preconceito. Cafú, inclusive, acredita que se ele não fizesse parte da Ocupação, provavelmente teria o mesmo preconceito. Irene relatou, por exemplo, ter medo da Ocupação antes de conhecê-la.

Interessante notar as interpretações das motivações dos diversos preconceitos sofridos, majoritariamente creditados à questão financeira e à própria mídia. Sabe-se, como comentado

⁵⁷Rede de televisão regional, que transmite para o Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo. Filiada à Rede Globo, maior canal televisivo do Brasil.

em capítulos anteriores, que o preço dos imóveis em São José dos Campos, entre 2008 e 2011, teve um aumento de 110% (COSTA, 2012). Também em diversos momentos dessa pesquisa foi referenciado matérias de jornais a respeito da Ocupação, quase sempre com uma mensagem negativa a respeito dela. Destarte, não parecem completamente irreais as percepções dos entrevistados.

O preconceito se dava, basicamente, por pessoas próximas aos moradores, como colegas de escola, amigos, colegas de trabalho e até mesmo no ambiente familiar. “Vagabundo” foi lembrado constantemente pelos entrevistados, quando se referiam aos adjetivos que recebiam de quem não era do Pinheirinho, assim como diversas menções a roubo de luz, água, terra e perigos associados à Ocupação.

Com relação à discriminação, há relatos principalmente referentes ao recebimento de serviços, tanto público quanto privado. Segundo Dinho, em relação aos serviços, “*para nós que morávamos no Pinheirinho, nós éramos bem recusados. Era mal atendido, quando falava que era do Pinheirinho já era recusado*”. Conta, por exemplo, que recusaram fazer um exame médico nele, pois o laboratório não aceitou o endereço do Pinheirinho. Após ele reclamar da recusa, o laboratório chamou a polícia para encerrar a discussão. Recebeu a informação “*que [a polícia] ia me chamar depois para fazer depoimento na delegacia [...]. E não veio até hoje!*”.

Outra dificuldade comum a todos era fazer crediário em lojas “*se fosse fazer crediário na loja, não queriam atender, não atendiam*” (DINHO). A estratégia utilizada por muitos moradores para “driblar” esse problema, foi dar o endereço da casa de um parente quando precisava fazer alguma compra que necessitasse entrega. Marta utilizava o endereço de sua avó, pois:

[...] carnê de loja, se você falasse [...] [que morava no Pinheirinho] a pessoa já recusava na hora pelo preconceito de nós morarmos no Pinheirinho. O pessoal tinha [...] um preconceito muito grande, achavam que todo mundo que morava lá era ladrão, [...] vagabundo, desempregado (MARTA).

Segundo Vinda, no início da Ocupação, as lojas não entregavam as mercadorias no Pinheirinho, porém “*depois ficou normal [...], eles entregavam direitinho no Pinheirinho*”. Segundo sua filha que se aproximou nesse momento da entrevista,

[As lojas] Marabrás⁵⁸ não saia lá de dentro. Toda hora era Marabrás lá dentro entregando eletrodoméstico, móveis, toda hora. Só o caminhão das Casas Bahias que era muito alto, então não passava, por causa dos fios, mas a Marabrás não saia lá de dentro (VINDA).

⁵⁸Rede de loja de móveis populares.

Ainda segundo sua filha, que trabalhava de faxineira em uma empresa terceirizada de um Shopping de luxo da cidade, ouvia de suas companheiras de trabalho coisas como “*é, por causa de vocês do Pinheirinho, [que] hoje a gente paga conta de luz e água altíssima, as televisões e os canais são horríveis pelos gatos que vocês fazem lá*”. Vinda tinha fregueses de “dentro” e de “fora” da Ocupação, inclusive “*polícia ia lá*”, portanto não se sentia ofendida, pois acreditava que “*crítica tem em todo lugar*”.

As falas sobre preconceito e discriminação relatados, refletem a corrente criminalização dos pobres, justificada e retroalimentada pelas percepções a respeito dos usos que os moradores da Ocupação faziam da cidade. Nesse sentido, cabe a pergunta que Brisola (2012) faz “será que é a pobreza que assusta os setores dominantes ou será que sua forma de aparecer a tais setores os assusta?”.

Segundo Brisola (2012), uma das medidas para manter a ordem em uma sociedade marcada pelo desemprego e trabalho precário é, como aponta Wacquant (apud BRISOLA, 2012), a concentração de esforços no sentido de inchar um Estado Penal em detrimento de um Estado Social. Para Castro (2010, apud Brisola, 2012), as pistas da criação de um Estado Penal estão expressas principalmente, na estigmatização e criminalização dos pobres.

No que se refere à estigmatização, é percebido o discurso das “classes dominantes” nas falas dos próprios moradores da ocupação. Nesse sentido, Irene conta sua percepção sobre um dos motivos que acreditava gerar discriminações contra os moradores da Ocupação:

A discriminação é tremenda, e o olhar já muda [quando sabem que você mora na Ocupação], [...] você já é discriminada. [...] também, tem o outro lado. Tem umas mulheres que você tem vergonha de chegar perto. [...] Umas piranhas suja, feia, encardida. Que acaba denegrindo a imagem de todo mundo (IRENE).

É interessante notar na fala de Irene a heterogeneidade de opiniões dentro da Ocupação, sendo que nesse sentido, Irene assume o discurso hegemônico de “fora da Ocupação”, criticando a forma que a pobreza se apresentava entre “*piranhas suja, feia, encardida. Que acaba denegrindo a imagem de todo mundo*” (IRENE).

Como já comentado nessa pesquisa, a mídia tem uma grande responsabilidade agindo a favor do capital, com notícias imediatistas de “fácil absorção” e apelo que fazem jus às melhores produções de filmes de ação hollywoodianos. Assim, é corrente a fácil associação entre os moradores da Ocupação a traficantes e criminosos: “*achavam que todo mundo que morava lá era ladrão, todo mundo era vagabundo desempregado*” (MARTA). Nesse sentido, uma lacuna

persiste nos argumentos e nas iniciativas do Poder Público: a própria população residente da Ocupação – foco, não por acaso, dessa pesquisa.

Irene expressa muito bem sua posição de moradora, argumentando com um policial que a questiona em sua lanchonete: *“eu estou no meio de um fogo cruzado, [...] aqui tem os nórias, tem o pessoal do corre e vocês [policiais]. Se eu ficar do lado de vocês os bandidos acabam comigo, se eu ficar do lado dos nórias, vocês vem. Pô, não dá para continuar assim!”*.

A relação com a polícia, como visto acima, se dava de forma conturbada e refletia o processo de estigmatização e criminalização que era favorecido devido ao “confinamento” dos moradores à uma Ocupação. Relatos apontam essa fácil relação Ocupação-Pobreza-Marginalidade com frequência: *“perante à polícia a gente é tudo marginal”* (MARTA).

Como apresentado anteriormente na fala de Dina, a necessidade de implementar uma infraestrutura básica mínima, apresentava o “cartão de visitas” da relação policial com os moradores da Ocupação: *“Todo mundo que morou no Pinheirinho tem isso na cabeça, [...] já veio desde o começo quando a gente estava ligando a água e a luz. A polícia vinha e descia o cacete [...]. Então [...] sempre ficou aquela coisa: **a polícia vai vir e vai bater**”* (DINA).

A criminalização dos pobres tem, como outra consequência, à naturalização de atitudes outrora inaceitáveis, como agressões desmedidas e arbitrárias por parte de policiais. A pergunta: *“quem tem passagem?”*⁵⁹ feita corriqueiramente em abordagens policiais a pobres já demonstra a inferioridade da pobreza, “que descredencia indivíduos para o exercício de seus direitos” (TELLES, 2001), pois terão um tratamento diferenciado caso já tenham sido presos, mesmo que já tenham cumprido sua pena.

Assim como aqueles que são excluídos do trabalho, os criminosos (ou seja, os que estão destinados à prisão, já estão presos, vigiados pela polícia ou simplesmente fichados) deixaram de ser vistos como excluídos provisoriamente da normalidade da vida social. Não são mais encarados como pessoas que seriam “reeducadas”, “reabilitadas” e “restituídas à comunidade” na primeira ocasião, mas veem-se definitivamente afastadas para as margens, inaptas para serem “socialmente recicladas”: indivíduos que precisam ser impedidos de criar problemas e mantidos a distância da comunidade respeitosa das leis (BAUMAN, 2009, p. 24-25).

Um episódio narrado por Irene resume muito bem um roteiro comum que passa despercebido dos grandes meios de comunicação e que, assustadoramente, ganha simpatizantes, que pregam a ordem e o Estado Penal a todo custo para “aumentar a sensação de segurança”.

⁵⁹Pergunta comumente feita por policiais a suspeitos de ações criminosas, referindo-se a quem já foi incriminado judicialmente, “tendo passagem pela polícia”.

Irene conta que foi abordada por policiais enquanto lavava a cozinha de seu bar, porque encontraram no banheiro de seu estabelecimento, situado dentro da ocupação, uma “*carteira e uma carreirinha de pó*”⁶⁰. Questionada, responde com ironia “*o senhor quer que eu entre com os homens no banheiro para ver o que eles estão fazendo?*”. É muito significativa sua fala nesse momento: “[...] *chamei [uma] testemunha, [...] e peguei a minha carteira profissional [...]*”. Menos por conhecer os seus direitos, e mais por conhecer “como as coisas funcionam”, Irene faz questão de ter uma “*testemunha*” acompanhando-a. Por outro lado, a atitude de pegar a sua “carteira profissional”, está relacionada à sua condição de “*trabalhadora*”, que ademais do caráter positivo, como muito bem explorado em Andrade (2010), traz consigo a “negação de seu negativo”, associado à bandidagem, vadiagem, marginalidade e outros sinônimos que atacam o status de pobre.

Os cerca de “*seis policiais*”, após identificarem o dono da carteira, chamam-no até o banheiro enquanto as outras pessoas esperavam do lado de fora: “*Essa hora tinha em uma parede, uns dez em pé lá na frente. Tinha gente boa, gente ruim, trabalhador, tudo misturado*”. Mesmo com o suspeito argumentando contra, os policiais o fizeram cheirar toda a carteira de cocaína: “*saiu de lá como uma pimenta!*”. Após isso, os policiais chamam ao banheiro:

[...] um por um. Ia e voltava. Apanharam muito! [...] Teve um neguinho que saiu de lá com a cabeça toda molhada, eu acho que enfiaram a cabeça dele dentro do vaso e davam a descarga. [ele gritava]: ‘Não, pelo amor de Deus, senhor. Eu sou trabalhador’. [...] Eu fiquei ali [por volta de] meia hora vendo eles apanharem e voltar para o lugar [...] (IRENE).

Relatos como esse, mostram que se tratam de ações corriqueiras - Vinda, por exemplo, relata que policiais que frequentavam seu bar, certa vez “*botou todos os meus fregueses na parede. [...] para poder revistar*”. Em casos como esse, há uma “expropriação ou apropriação privada da soberania do Estado” (MISSE, 2006 apud TELLES, 2010), com a soberania do Estado se efetivando no poder de suspender a própria lei (AGAMBEN, 2007 apud TELLES, 2010, p. 198).

Contraditoriamente, foi relatada a presença da polícia (relatada ora como polícia comunitária, ora como polícia pacificadora) dentro da ocupação, “*fazendo trabalho com jovens, com criança*” (CAFÚ). Como as entrevistas se realizaram depois da desocupação, a presença da polícia lá dentro é revista com desconfiança: “[antes da desocupação] eu conheci o comandante “*José*” (nome fictício), lá dentro. Nós conversamos [...]”. Esse mesmo

⁶⁰Gíria utilizada para fazer referência à cocaína.

comandante é reconhecido por Cafú na ocasião da desocupação do Pinheirinho. Então, pondera, “*agora, é difícil dizer para você se [...] eles já estavam mapeando [...] a Ocupação*”.

Ainda segundo Brisola (2012), a manifestação do Estado Penal, carrega consigo, além do estigma e da criminalização dos pobres, a capacidade de disseminar o “medo ao outro”, com inúmeros prejuízos às relações sociais. Nesse sentido, os entrevistados faziam questão de quebrar esse “tabu”, no sentido de afirmar “*nunca ter vergonha de falar que morava no Pinheirinho*”: “[...] *quando eu via [alguém] falando que morava em outro lugar, eu falava: não, a gente tem que falar que a gente mora no Pinheirinho. Porque o Pinheirinho não é um nenhum bicho papão!*” (CAFÚ).

A arbitrariedade da ação do Poder Público, também é responsável por motivar diversas ações “de usos” que poderiam ser entendidas como agressivas aos moradores do entorno da Ocupação. Nesse caso, em específico, responde-se à pergunta levantada por Brisola (2012) anteriormente, em que a forma pela qual a pobreza se apresenta assusta quem reside fora da Ocupação. Um fato marcante pela forma que a pobreza se mostrou, respondendo às arbitrariedade do Poder Público, foi a solução encontrada para o recolhimento do lixo gerado no Pinheirinho. Como o lixo não era recolhido pela prefeitura, à solução adotada foi acumular o lixo no bairro Residencial União, localizado “*do outro lado da avenida*”, em frente à Ocupação, pois era entendido que eles tinham mais direitos perante a cidade e lograriam o recolhimento a partir da pressão e descontentamento da população daquele bairro, conforme realmente ocorreu. Essa prática, por outro lado, gera o descontentamento e cria percepções negativas da Ocupação, já que “*ninguém chegou em você e perguntou porque você está lá [no Pinheirinho]? [Se] Você precisa de alguma coisa*” (MARTA). Já com relação ao desconhecimento da “*Ocupação por dentro*”, por parte da população da cidade, é possível fazer uma analogia com a forma que Irene descreve parte das moradias da Ocupação “*Às vezes você olhava por fora [e via] um barraco. Mas se entrava dentro, [era] tudo muito bonitinho, muito arrumadinho*”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os usos que os ex-moradores da Ocupação Pinheirinho em São José dos Campos – SP faziam da cidade se revela, transcorrida a pesquisa, como uma iniciativa tanto inocente quanto ousada, dado o tamanho e o número de variáveis que se revelaram no meio da pesquisa.

Apenas com uma grande dose de desapego foi possível concluir a pesquisa no prazo estabelecido de dois anos, e é sabido que esse desapego é refletido no conteúdo da pesquisa, priorizando alguns assuntos em detrimento de outros. De toda forma, acredita-se no êxito das escolhas, assim como se entende que na maioria das linhas nas quais aparecem relatos coletados em entrevistas, encontraram-se conclusões por si só.

No decorrer das entrevistas, foram se revelando experiências sociais pela percepção dos próprios sujeitos que delas fizeram parte. Apesar de se tratar de relatos e pontos de vista “das ruas”, não costumam entrar nas pautas de telejornais, tampouco em rodas de conversa de amigos. Por diversas vezes também escapam de discussões acadêmicas.

Essas experiências marcam formas de se apropriar da cidade, visivelmente ancoradas nas relações atuais de trabalho, que sofreram - e ainda sofrem - mutações acentuadas nos últimos 30 anos. “Experiências flexibilizadas” que revelam disputas e movimentos contraditórios dentro da Cidade.

A escolha por coletar experiências de sujeitos que residiram em uma “ocupação desocupada” trouxe, de início, algumas dificuldades que não deixam de revelar as tensões e jogos de poder que se faziam existentes na vida dos entrevistados.

Encontram-se, logo no início das entrevistas, famílias inteiras marcadas pela experiência da Ocupação e de sua remoção, sendo que esta última aumentou a complexidade das entrevistas, necessitando intensa intervenção do entrevistador para conduzi-las nos eixos propostos. No mesmo sentido, enfrentou-se o sentimento de desconfiança dos entrevistados, consequência da forma que se relacionavam na Ocupação e com o Poder Público. O receio se dava a respeito da identidade dos entrevistadores, que poderiam estar relacionados à Prefeitura da Cidade ou ao Movimento dos Sem Teto. Denunciar alguma irregularidade à Prefeitura poria em risco a continuidade de seus aluguéis-sociais, ofertados em uma parceria dos Governos Municipal e Estadual mediante a um “termo de compromisso” que, diga-se de passagem, feria a condição política e cidadã dos antigos moradores da Ocupação.

Em contrapartida, mostrar insatisfação quanto às ações da liderança da Ocupação, ocasionaria um desconforto, já que esses continuam “na luta” para reaver o terreno da

Ocupação, manter o aluguel social, resolver a questão de moradia etc. reunindo-se periodicamente no mesmo “Campão” que teve fundamental importância para a origem da Ocupação Pinheirinho.

Logo nas primeiras seções de análise, revelam-se pontos em comum entre os sujeitos que “optaram” pelo Pinheirinho, com destaque à precariedade do trabalho –e ao não trabalho- e ao local de residência anterior à Ocupação.

A renda proveniente do trabalho precário e instável, assim como o déficit habitacional definiram o ponto de inflexão de diversas famílias, que sobreviviam com estratégias que causariam inveja a David Spathaky⁶¹, se desdobrando em inúmeros trabalhos precarizados, recorrendo à co-residência ou mesmo optando pelo “mundo do crime”, a ponto de barracos improvisados aparecerem como a melhor “opção” para famílias inteiras.

Com relação ao local de residência anterior ao Pinheirinho, 80% residiam em São José dos Campos - SP e aproximadamente 50% residiam na Zona Sul da cidade, sendo que, segundo entrevistados, mais especificamente no bairro Campo dos Alemães. O Campo dos Alemães, como explicitado em seção à parte, é fruto de políticas habitacionais e sociais marcadas por interesses de classe, interrupções, atrasos e remendos, resultando em um bairro com inúmeros problemas em relação ao restante da Cidade, como um alto adensamento populacional, baixo atendimento de transportes públicos, maiores taxas de desemprego e um dos mais baixos rendimentos familiares da Cidade.

Dado o objetivo de investigar os usos da Cidade de São José dos Campos pelos ex-moradores do Pinheirinho, encontra-se na própria Ocupação, a cidade sendo transformada em algo radicalmente diferente, assim como compreende Harvey (2009) a respeito do Direito à Cidade, ou seja, a Ocupação Pinheirinho é o uso mais significativo da cidade que pode ser apontada nessa pesquisa e, da Ocupação, derivam outros usos e são ditadas novas trajetórias refletidas de forma particular em cada família.

Já para iniciar a construção de seus barracos, a cidade foi utilizada como “fonte de matéria prima”. O cenário que se desenhou foi de homens, mulheres e crianças “coletores”, carregando madeiras, *paletes*, lonas e papelão de forma improvisada pelas ruas ao redor da Ocupação. Estavam construindo seus acessos. Para quem via de fora, era impossível reconhecer o modelo imaginário do trabalhador fordista, trajando social ou os típicos macacões fabris, ausentes de casa por cumprir sua jornada de trabalho. Provavelmente era mais fácil reconhecer as consequências da flexibilização do trabalho: “trabalhadores flexibilizados”. Eram trabalhadores

⁶¹Recordista mundial de equilíbrio de pratos.

que estavam construindo seus acessos com ao auxílio do que “não prestava”, dos “dejetos dos outros”, do que “não servia mais”, sendo que, em determinados momentos, passaram a ser confundidos com eles.

Dentro da Ocupação, os jogos de poder acirravam a disputa em um constante cabo de guerra entre a Ocupação, o Poder Público e os demais serviços e relações que se estabeleciam fora do Pinheirinho.

Nesse sentido, é muito simbólica a questão do lixo enfrentada pelos seus moradores. Como inicialmente não havia recolhimento de lixo na Ocupação, prática comum para os “outros” moradores da cidade, a solução encontrada foi depositar o lixo do outro lado da avenida que fazia um dos limites da Ocupação, já correspondendo ao Bairro Residencial União. Insatisfeitos com o acúmulo de lixo, os moradores do Bairro Residencial União solicitaram a coleta do lixo à Prefeitura da cidade, solucionando o problema. Narrativas como essa explicitam os jogos de poder existentes na cidade: Por que o recolhimento de lixo foi atendido em um bairro e em outro não, sendo que fazem divisa apenas por uma avenida?

As narrativas apontam que o preconceito e a discriminação, tanto pelo Estado Penal e sua prática de criminalizar os pobres, quanto pelas formas que os ex-moradores do Pinheirinho utilizavam a cidade, transformavam-se em bloqueios de serviços públicos e privados, como escolas, saúde, crediários em lojas, mercado de trabalho, relacionamentos pessoais etc. Nesse sentido, Bauman (2009) atribui um fator de medo no olhar do “nativo” ao “estrangeiro”, em nosso caso os “de fora da Ocupação” e os “de dentro da Ocupação” respectivamente, justificando o desejo de distância –criar bloqueios- dos “estrangeiros”, que carregam simbolismos de:

[...] horror de guerras distantes, de fome, de escassez, e representam nosso pior pesadelo: o pesadelo de que nós mesmos, em virtude das pressões desse novo e misterioso equilíbrio econômico, possamos perder nossos meios de sobrevivência e nossa posição social. Eles representam a fragilidade e a precariedade da condição humana, e ninguém quer se lembrar dessas coisas horríveis todos os dias, coisas que preferiríamos esquecer (BAUMAN, 2009, p. 79-80).

Entende-se, nesse sentido, que Bauman (idem) está explicitando uma das formas das disputas atuais de classe. Os moradores do Pinheirinho, por sua vez, tramavam, a partir desses bloqueios, estratégias para contorná-las, seja pelas vias “legais” com negociações feitas pela liderança da Ocupação, ou “ilegais”, como no caso das instalações de água e luz. Tem-se aí a prática dos “gatos”, dado o não fornecimento desses serviços básicos, fundamentais para se residir nas cidades atuais. Relatos contam como se davam essas instalações, com estratégias

para evitar a polícia, que respondia com arbitrariedade e violência. Surpreendentemente, tornaram-se ações banais, configurando-se como jogos no estilo “polícia e ladrão⁶²”, trazendo sentimentos de nostalgia e alegria quando recordado por alguns entrevistados.

As reuniões e assembleias semanais existentes na Ocupação, por sua vez, criaram uma consciência política, além de fortalecer os laços de amizade em seus moradores. Difícil missão para os dias atuais, marcada por uma uniformidade de discursos conservadores, onde a saída política se restringe, muitas vezes, a entidades do terceiro setor. A consciência política, por sua vez, fez-se fundamental para a quebra de alguns bloqueios que se apresentavam aos moradores da Ocupação.

Percebe-se, nas entrevistas, um constante desenvolvimento nas condições de vida das famílias entrevistadas, assim como a de outras famílias presentes em suas narrativas. As casas estavam constantemente em construção, melhorando algo. O cultivo de plantações em seus terrenos também era comum, garantindo um mínimo necessário caso a família passasse por alguma crise financeira mais aguda. A tranquilidade da garantia da moradia (os moradores acreditavam na regularização da Ocupação), a “Segurança Ontológica” da casa (GIDDENS, 1991), permitia concentrar as finanças em outras áreas de suas vidas, como “*programas de família*”, cinema, comer bem e melhorar suas casas (DALVA, MEIRE).

O estabelecimento de comércios e prestação de serviços, como uma das possibilidades de uso da Ocupação por seus moradores, claramente traziam benefícios econômicos para seus donos e àqueles ali empregados.

Entrevistar donos de algum desses estabelecimentos trouxe grande riqueza para a pesquisa, em especial à realizada com Irene, dona de uma lanchonete/bar/brechó, por ser um ponto de encontro de diferentes histórias e trajetórias de vida, de moradores e não-moradores do Pinheirinho.

O estabelecimento de Irene reunia, dessa forma, pessoas interessadas em jogar em seus caça niqueis ou em sua mesa de bilhar, assim como “trabalhadores”, pessoas de fora da Ocupação procurando diversão longe de suas mulheres, prostitutas, usuários de drogas (contanto que as usassem do outro lado da rua), criminosos, etc. As regras eram definidas pela subjetividade moral da dona do estabelecimento, respeitando, claro, os jogos de poder ali existentes, que tinham como “instância superior”, segundo Irene, além das regras da Ocupação, a facção Primeiro Comando da Capital (PCC).

⁶²Brincadeira infantil onde um grupo se intitula “polícia” e tem como meta correr para pegar o outro grupo, intitulado de “ladrão”. Mais informações em <<http://mapadobrinca.folha.com.br/brincadeiras/pegar/507-policia-e-ladrao>>.

Esses locais de encontro, assim como nos casos das ligações clandestinas etc. eram alvo de ações policiais que, em situações arbitrárias, por vezes tolerante, por vezes violenta, “julgava” as ações dos moradores da Ocupação. Em outras palavras, realizavam a gestão diferencial dos ilegalismos (FOUCAULT, 1999), tornando mais espessa a névoa que cobre as ações legal/ilegal-formal/informal-licito/ilícito (TELLES, 2010).

Diversas experiências se apresentavam sem malícia para os donos desses estabelecimentos. Faziam parte do dia a dia, se apresentando como naturais. Nesse sentido, ainda citando Irene, a opção por ter caça niqueis, não se dava pela “prática de um ato criminoso”, mas por se apresentar como uma aquisição natural, afinal, o que é certo e o que é errado em uma localidade na qual tudo se apresenta de forma nebulosa e as coisas são tidas como certas ou erradas a depender do momento? Por que é permitida ou proibida uma Ocupação irregular, ou um terreno com anos de dívida, ou “gatos de água e luz”, ou abuso de poder de policiais, ou a presença e conhecimento de traficantes, ou todo o leque de “ações questionáveis⁶³” identificadas nessa pesquisa? O que faz algo ser mais certo ou mais errado que o outro? Percebe-se nas falas dos entrevistados a naturalização do “não questionamento” justamente pela impossibilidade de responder à essas perguntas ou pela não existência da contradição.

Ao contrário da ideia rígida de “separação” que o termo “exclusão social” possa trazer, o contato com o “lado de fora” se dava de diversas maneiras, porém em muitas delas de forma precarizada. Tem-se uma constante disputa por criação de acessos, que por sua vez geravam novos bloqueios. Pode-se dizer que, na relação “dentro-fora”, assumiam-se papéis de “inimigos” cujas ideias são combatidas (MOUFFE, 2005, p. 20). Em contrapartida, os diversos pontos de vista e contradições percebidas nas relações “dentro-dentro” da Ocupação, davam-se segundo um conceito de agonismo, “a qual não requer a condescendência para com ideias que opomos, ou indiferença diante de pontos de vista com os quais discordamos, mas requer, sim, que tratemos aqueles que os defendem como opositores legítimos” (idem).

Por fim, apesar de algumas famílias estarem recebendo o benefício de um aluguel social pela parceria dos Governos Municipal e Estadual, e o Movimento dos Sem-Teto continuarem reivindicando a manutenção desse benefício, assim como a solução para a questão habitacional, o prazo prometido pelo Governador do Estado de São Paulo, de 18 meses⁶⁴ para a construção de cinco mil moradias, já se encerrou, enquanto recém se definiu (julho de 2013) um novo

⁶³ Aqui, na intenção de provocar, assumindo o discurso hegemônico.

⁶⁴ Mais detalhes em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-governo-promete-5-mil-moradias-em-cidade-do-pinheirinho,7258c280d01da310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>.

terreno para a construção dessas casas. Como visto, o Pinheirinho não deixa de ser um reflexo de políticas públicas inconsistentes e mal resolvidas do passado. Nesse sentido, é preciso aprender com os erros, pois como observa Telles (2010, p. 86) “pelo prisma das mobilidades urbanas e seus territórios, a história passada não se volatiliza nas brumas do tempo [...]. Ela está corporificada e incorporada nos espaços e seus artefatos”, ou seja, o Pinheirinho ainda está vivo na cidade.

6 REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVES, M.; TAVARES, M A. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANDRADE, I. C. D. **Movimento social, cotidiano e política**: uma etnografia da questão indenitária dos sem-teto. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-10112010-110021/es.php>>. Acesso em: 04 fev. 2012.

ANTUNES, R. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. São Paulo, v. 25, p. 335-351, 2004.

ARAÚJO, M. S. C. **Os donos da casa**: das políticas de habitação aos significados da moradia. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, 2005.

AZEVEDO, R. **As verdades e mentiras sobre Pinheirinho num artigo**. Blog Reinaldo Azevedo: Online. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/as-verdades-e-mentiras-sobre-pinheirinho-num-artigo/>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 302-338.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. Em Tese - **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. vol. 2, n. 3, p. 68-80, janeiro a julho de 2005. Disponível em: < www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 26 jun. 2012.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRISOLA, E. M. A. **Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social**. Ser Social (UnB), v. 14, p. 127-154, 2012.

CAMPANERUT, C. **Senadores Suplicy e Aloysio Nunes discutem em audiência sobre desocupação do Pinheirinho (SP)**. UOL: online. 2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/02/23/senadores-suplicy-e-alloysio-nunes-discutem-em-audiencia-sobre-desocupacao-do-pinheirinho-sp.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

CAPEZ, R. Pinheirinho: ideologia e fatos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 fev. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/28400-pinheirinho-ideologia-e-fatos.shtml>>. Acesso em: 14 ago. 2012

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004

CARVALHO JR, O. L. Corrupção e morte da política: análise de uma patologia social. **Revista Mediações**, v. 12, n. 2, p. 154-174, Jul./Dez. 2007.

CASSAB, L. A. **História oral**: miúdas considerações para a pesquisa em serviço social. Serviço Social em Revista. v. 5, n. 2, Jan./Jun., 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v5n2.htm>>. Acesso em: 6 ago. de 2013.

CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano**: arte de fazer. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CLARK, C. **The conditions of economic progress**. Nova Iorque, 1940.

COSTA, A. Preço dos imóveis dobra em S. José em três anos, diz Creci. **O Vale**. São José dos Campos, SP, 18 set. 2011. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/preco-dos-imoveis-dobra-em-s-jose-em-tres-anos-diz-creci-1.158678>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 51-66. 81 p. ISBN 85.326.1145-1.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a Rua**: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBERT, G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004

DEMARTINI, Z. B F. **Trabalhando com relatos orais**: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa – Reflexões Sobre a Pesquisa Sociológica. Coleção Textos, n. 3, São Paulo: CERU, 1992.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, s.d.

FELTRAN, G. S.. **Crime e castigo na cidade**: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. Cad. CRH [online]. 2010, vol. 23, n. 58, p. 59-73. ISSN 0103-4979.

_____. Vinte anos de PCC em São Paulo: o espaço entre governo e crime. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo. 2013. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1351>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

FERRO, S. **Nota sobre a usina**. 2004. Disponível em: <<http://usinactah.org.br/files/depoimentosergioferro.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e o Direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FORACCHI, M. **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Hucitec, 1982.

FORLIN, L. C. **Urbanização e segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos-SP**: o caso Pinheirinho. Geosul, Florianópolis, v. 25, n. 49, p 123-158, jan./jun. 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GASPARI, E. Pinheirinho, a estratégia da tensão. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/22003-pinheirinho-a-estrategia-da-tensao.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2012

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, L. (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.4.

GOMES, R. et al. **Organização**, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 185-221. 244 p. ISBN 85-89697-06-1.

HARVEY, D. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. In: Fórum Social Mundial, 29 jan. 2009, Belém. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/02/440802.shtml>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

_____. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Espaços de esperança**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2011a.

_____. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HIRATA, D.; TELLES, V. S. **Ilegalismos e jogos de poder de São Paulo**. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, n. 22, vol. 2, dez. 2010, p. 39-59.

HOFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES, Campinas: SP, v. 21, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010** - Resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2012.

KOWARICK, L. (Org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo. Editora 34. 2000

LACERDA, A. et al. **A exclusão de famílias conviventes secundárias na avaliação do déficit habitacional em São José dos Campos**. In: XII INIC, VIII EPG e II INIC Jr – UNIVAP. 2008, São José dos Campos, SP. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG01268_01_A.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LANG, A. B. S. G. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, J. C. S. (Org.). **(Re) Introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. (Série Eventos)

LAVOR, E. M. **São José dos Campos: o desenvolvimento industrial, seus efeitos sobre os setores econômicos urbanos e a concentração regional.** Taubaté, SP: 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração) - Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, 2007.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, J. R. “O caráter formativo da ação social e o princípio-educação nos movimentos sociais.”. . Capítulo inédito no prelo. 2014.

MACHADO, R. Alckmin define área de casas para sem-teto do Pinheirinho. **O Vale.** São José dos Campos, SP, 26 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/nossa-regio/alckmin-define-area-de-casas-para-sem-teto-do-pinheirinho-1.428440>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

MANOLESCU, F.; KROM, V. **A dinâmica do desenvolvimento sócio-econômico de São José dos Campos.** São José dos Campos. Capítulo inédito no prelo, 2008.

MANOUKIAN, F. Região Metropolitana exige novo pacto entre municípios. **O VALE.** São José dos Campos, SP, 27 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/nossa-regio/regio-metropolitana-exige-novo-pacto-entre-municipios-1.186899>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

MARICATO, E. Autoconstrução: a arquitetura possível. In: _____. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa Omega, 1979.

_____. Nossa cidades estão ficando inviáveis. **Revista Desafios do Desenvolvimento - Ipea.** Edição 66. 2001.

_____. **O nó da terra.** Ecodebates, 2008. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2008/07/14/o-no-da-terra-artigo-de-erminia-maricato/>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

_____. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrôpoles (PUCSP)**, v. 21. p. 33-52. 2009

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus. 1997.

MIGRANTES encabeçam ‘pelotão’ do Pinheirinho. **O Vale**. São José dos Campos, SP. 15 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/migrantes-encabecam-pelot-o-do-pinheirinho-1.206891>>. Acesso em: 15 jun. 2012

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 9-29.81. p. ISBN 85.326.1145-1.

_____. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E.R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 19-51. 244 p. ISBN 85-89697-06-1.

_____. et al. **Métodos, Técnicas e relações em triangulação**. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 71-103. 244 p.-06-1.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção estatal**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, R. C. **Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade**. *Educ. Soc.* [online], 2002, vol. 23, n. 80, p. 13-24. ISSN 0101-7330.

MORAES, V. **Novos Poemas II**. Rio de Janeiro: São José, 1959.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23, nov. 2005.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO/ UNICAMP – NEPO. **Atlas das condições de vida em São José dos Campos**, 2003.

O PIB dos municípios paulistas em 2009. **Fundação SEADE**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/pibmun/pdfs/PIBMunicipal_2009.pdf>. Acesso em: 22. jun. 2012.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. s.l. s.d.. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_economia_brasileira.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

_____. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____; RIZEK, C. S. **A era de indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, J. O S., PATO FILHO, U. R., DEMÉTRIO, C.M.C., OLIVEIRA, J. B. S, Santana: São José dos Campos: evolução histórica e diretrizes urbanas. São José dos Campos, SP. 1999.

OPERAÇÃO Pinheirinho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/22118-operacao-pinheirinho.shtml>>. Acesso em: 26 jul.. 2013

PAULA, J. A. **A produção do conhecimento em Marx**. Cadernos ABESS-CEDEPSS, n. 5, p. 17-42, maio 1992. 136 p. ISSN 0103-5142.

PDDI-2006. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, PDDI 2006 – Diagnóstico**. São José dos Campos: PMSJC, 2006.

PEIXOTO, C.; LUZ, G. **Processos de re-coabitação entre as gerações**. Cadernos Pagu, 29, p 171-191, jul./dez. 2007.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral**. São Paulo, 1997. (Projeto História 15)

PRADO JR., C. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista**. [Online]. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/caio.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

RAICHELIS, R. **O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social brasileira**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Gestão do trabalho no âmbito o SUAS: uma contribuição necessária. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

RESCHILIAN, P. R. **A produção de assentamentos precários em São José dos Campos: a favela Nova Tatetuba, um exemplo para análise**. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 2004.

_____. A metropolização como perspectiva de desenvolvimento regional: um debate necessário. In: I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, 2012. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro.

RICCI, F., **Indústrias têxteis na periferia: origens e desenvolvimento - o caso do Vale do Paraíba**. Taubaté, SP: Cabral, 2006.

RONILK, R. **Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil**. R.B. Estudos urbanos e regionais v. 1 , n. 2, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/219>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

ROSA, H. História oral e micro-história: aproximações, limites e possibilidades. In: V Encontro Regional Sul de História Oral, 2007. **Anais eletrônicos**. Florianópolis, SC, 2007. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/anais.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

ROSA FILHO, A. **As políticas públicas do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos - SP**. 2002. 119 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, 2002.

_____. A. **A geografia das favelas: uma análise das políticas públicas do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos - SP , 1970-2000**. Taubaté, SP: Cabral/Livraria Universitária, 2007.

SABINO, Y.; MANOLESCU, F. Uma discussão sobre o desenvolvimento endógeno no Vale do Paraíba Paulista. In: **XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação**. São José dos Campos, SP, 2008.

SANTOS, A. **Arquitetura industrial**: São José dos Campos. São José dos Campos, SP: Takano, 2006.

SAWAIA, B. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In. SAWAIA, B (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SECRETARIA de Desenvolvimento Metropolitano. (Banco de dados). Disponível em: <<http://www.sdmetropolitano.sp.gov.br/portalsdm/vale-do-paraiba.jsp>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SILVA, A. E. P. **Estudo sócio-econômico de São José dos Campos como estância climática e hidromineral (1935 a 1950)**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), 2001.

SILVA, E. L; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2005. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf>. Acesso em: 04 set. 2012.

SPOSATI, A. O. et al. **Assistência Social na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SUPPLY: DÍVIDA PODE POR PINHEIRINHO NO MINHA CASA, MINHA VIDA. **Terra**. [Online]. 2012. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/suplicy-divida-pode-por-pinheirinho-no-minha-casa-minha-vida,0749dc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

SURIANO, A. L. C.; RESCHILIAN, P. R. Urbanização, habitação e segregação socioespacial. **Revista Univap**. São José dos Campos-SP, v. 18, n. 32, dez. 2012. ISSN 2237-1753.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.


TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

VERÁS, M. Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VIEGAS, W. **Fundamentos de metodologia científica**. 2 ed. Brasília: UNB, 1999.

WANDERLAY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

**ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TERMO DE COMPROMISSO

Eu [REDACTED] nacionalidade
 Brasileira, estado civil [REDACTED], inscrito (a) no CPF sob
 n.º [REDACTED] e no R.G n.º [REDACTED] recebo neste
 momento, em parcela única, o Auxílio-Mudança no valor de R\$500,00 (quinhentos
 reais), proveniente de Recurso Municipal, para atender despesas com a transferência dos
 bens móveis para o novo endereço, bem como a 1ª parcela do Aluguel Social, composta de
 R\$ 400,00 (quatrocentos reais) de repasse do Governo Estadual e R\$ 100,00 (cem reais) de
 repasse do Governo Municipal, para cobertura de despesas com moradia, totalizando
 R\$1.000,00 (um mil reais).

Reconheço que atendo aos requisitos previstos na Lei Municipal nº 8598/12
 (realização de cadastro no momento em que foi retirado da área denominada
 "Pinheirinho", estar em abrigo municipal, ou na residência de parentes ou terceiros no
 momento da concessão dos benefícios, e ter renda familiar de até 03 salários mínimos),
 para receber tal quantia, comprometendo-me a utilizar os benefícios para fins de moradia e
 mudança, com a saída definitiva do abrigo, juntamente com família e respectivos pertences.

Estou ciente que o não cumprimento dos critérios estabelecidos na Lei Municipal nº
 8598/12, dentre eles, o retorno à área invadida ou invasão de nova área, bem como, seja
 dada solução habitacional definitiva por qualquer das esferas de Governo ou a pessoa,
 família ou grupo vir a conquistar autonomia financeira, implicará na suspensão dos
 benefícios.

Cheque nº. [REDACTED] Agência [REDACTED] Banco [REDACTED]
 São José dos Campos, de Fevereiro de 2012.

Assinatura: [REDACTED]
 Nome [REDACTED]
 Novo endereço: [REDACTED]
 Telefone: [REDACTED]

Rua José de Alencar, 123 - 5º andar - sala 02 - Vila Santa Luzia - Cep. 12209-530
 Tel. (12) 3947.8270 fax. (12) 39478065

ANEXO B – TROCA DE E-MAILS ENTRE O PESQUISADOR E ANTONIO DONIZETE FERREIRA (TONINHO)

Contato Pedro Machado - UNITAU

6 mensagens

[Redacted] 14 de novembro de 2012 19:05

Boa noite Toninho, tudo bem?

Estive com você no evento da Unitau "A criminalização dos movimentos sociais". Na ocasião, você me passou seu e-mail.

Como comentei com você na ocasião, estou cursando o Mestrado em "Desenvolvimento Humano: Formação, Práticas e Políticas sociais" e faço uma análise crítica de São José dos Campos, com o tema "A CIDADE ILEGAL E AS CONSEQUÊNCIAS DA REMOÇÃO PARA SEUS MORADORES".

Envio esse e-mail, pois acreditamos que seria muito rico fazer um estudo de caso dos ex-moradores do bairro do pinheirinho, compreendendo os desafios para o desenvolvimento humano quando se vive em uma "cidade ilegal" e dela é removida.

Gostaria de saber se você pode me ajudar com contatos para serem entrevistados (utilizaremos a História Oral, com uma entrevista semi-estruturada) ou mesmo de pessoas que possam me indicar esses contatos. Queremos uma amostra mais ampla possível, contemplando, por exemplo, cenários como pessoas que continuaram em SJC, pessoas que saíram de SJC, pessoas que continuam com o aluguel social, pessoas que perderam o aluguel social etc.

Já temos um desenho inicial da dissertação. Caso seja interessante, posso te apresentar para entender os caminhos que estamos seguindo.

Agradeço desde já,

Pedro Machado

[Redacted]

21 de novembro de 2012 14:58

Oi Pedro, posso te ajudar sim.
Se quiser te mando telefones, endereço, etc.

vc escolhe
bom trabalho
abs toninho

[Redacted]

[Redacted]

27 de novembro de 2012 16:26

Muito obrigado Toninho!
Como podemos fazer, você os tem fisicamente ou online, prefere que nos encontremos?

obrigado,
Pedro Machado

[Redacted]

[Redacted]

--
--
Pedro M

[Redacted]

3 de dezembro de 2012 10:26

Ola Pedro, ai vai alguns, se precisar de mais me avisa ou pergunte a eles mesmos.

[Redacted]

abs toninho

[Redacted]

Subject: Re: Contato Pedro Machado - UNITAU
[Texto das mensagens anteriores omitido]

[Redacted]

4 de outubro de 2013 16:28

Para: Antonio Ferreira <toninho@netman.com>

Boa tarde Toninho,

Escrevo inicialmente para agradecer a gentileza de apontar alguns contatos de moradores do Pinheirinho para eu utilizar em minha pesquisa. Minha dissertação está chegando ao fim, devendo ser concluída até o final deste ano. Assim que concluída, irei disponibilizá-la a todos.

Além dos agradecimentos, escrevo para pedir autorização de anexar nossa troca de e-mail em minha pesquisa, garantindo que ocultarei os nomes citados acima, assim como nossos os endereços eletrônicos, mantendo o sigilo necessário à uma pesquisa acadêmica.

Mais uma vez, muito obrigado,
Pedro Machado

[Redacted]

[Redacted]

--
--
Pedro Machado

[Redacted]

4 de outubro de 2013 10:31

Oi Pedro, fique a vontade para usar da maneira que achar melhor.
Fico feliz de ajudar. Ao mesmo tempo vc também nos ajuda quando divulga. Faça da maneira que achar melhor.

Bom trabalho.

Um abraço

[Redacted]